

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO**

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COGNIÇÃO E LINGUAGEM**

**CYNTHIA VIVIANE MACHADO DOS SANTOS**

**VÍNCULOS FAMILIARES E CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO:  
APORTES TEÓRICOS PARA A COMPREENSÃO DE UMA EXPERIÊNCIA EM  
ENTIDADE DE ABRIGO**

**Linha de Pesquisa: Filosofia da Mente e Processos Cognitivos**

**CAMPOS DOS GOYTACAZES**

**NOVEMBRO/2008**

**CYNTHIA VIVIANE MACHADO DOS SANTOS**

**VÍNCULOS FAMILIARES E CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO:  
APORTES TEÓRICOS PARA A COMPREENSÃO DE UMA EXPERIÊNCIA EM  
ENTIDADE DE ABRIGO**

Dissertação apresentada ao centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Cognição e Linguagem, orientada pelo Prof. Dr. Gilberto Lourenço Gomes.

**CAMPOS DOS GOYTACAZES**

**NOVEMBRO /2008**

**CYNTHIA VIVIANE MACHADO DOS SANTOS**

**VÍNCULOS FAMILIARES E CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO:  
APORTES TEORICOS PARA A COMPREENSÃO DE UMA EXPERIÊNCIA EM  
ENTIDADE DE ABRIGO**

Dissertação apresentada ao centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Cognição e Linguagem, orientada pelo Prof. Dr. Gilberto Lourenço Gomes.

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2008.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Gilberto Lourenço Gomes  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

---

Prof. Dr. Frederico Schwerin Secco  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

---

Prof. Dr.<sup>a</sup> Vera Deps  
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

---

Prof. Dr.<sup>a</sup> Maria Luisa Bampi  
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Macaé

**CAMPOS DOS GOYTACAZES  
NOVEMBRO /2008**

*À minha família,  
co-responsável pelo que me tornei,  
parceira em todas as lutas e conquistas.*

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, pela oportunidade de ingressar no Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem, no Centro de Ciências Humanas.

Ao Prof. Dr. Gilberto Lourenço Gomes, por me receber para orientação neste trabalho, pela paciência, e pelas inúmeras contribuições neste processo.

Ao Prof. Dr. Frederico Schwerin Secco, pela participação na banca de defesa do projeto para esta pesquisa, oferecendo preciosas contribuições, e por aceitar este novo convite.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Lúcia Deps, pela participação na banca de defesa do projeto para esta pesquisa, pela participação na qualificação deste trabalho, com seus importantes apontamentos, e por aceitar mais uma vez contribuir com este trabalho.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Luisa Bampi, pelo incentivo, pelas observações que me ajudaram a construir este trabalho, quando de sua participação na qualificação do mesmo, e por aceitar mais uma vez vir a Campos dos Goytacazes para mais uma contribuição.

A todos os colegas do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem, que direta ou indiretamente contribuíram com a conclusão deste trabalho, especialmente às queridas colegas Priscila e Fernanda. Obrigada, principalmente, a todos da turma com a qual tive oportunidade de estudar. Em especial, à Simone Pedro, pelo incentivo, a Germano Quintanilha, pelas palavras de motivação, a Diogo Ramos pelo encorajamento, a Paulo Cristóvão e Laura Stobaus pelas conversas animadas. Sobretudo, obrigada porque, além das discussões brilhantes em nossas aulas, também tivemos momentos tão agradáveis e descontraídos.

À minha família, sempre presente e pelo seu constante apoio.

A todos os amigos, pela presença constante neste período e pelo encorajamento.

Sobretudo, a Deus, sem O qual nada seria possível.

*“Sou um guardador de rebanhos  
o rebanho é os meus pensamentos  
E os meus pensamentos  
são todos sensações.  
Penso com os olhos e com os ouvidos  
E com as mãos e os pés  
E com o nariz e a boca.”*

*Fernando Pessoa (Alberto Caeiro)*

## RESUMO

O objetivo deste estudo foi o levantamento de aportes teóricos relevantes para a compreensão da institucionalização infantil em entidades de abrigo. Para tal, lançou-se mão de duas perspectivas teóricas principais, a saber, a Teoria Psicanalítica Freudiana e a Teoria do Apego, no intuito de relacionar possíveis dificuldades em relações interpessoais na vida adulta e a perpetuação da violência com os vínculos vivenciados e formados na infância, utilizando esses elementos para a compreensão da realidade do abrigo. Além da discussão dessas duas teorias, foram também discutidos trabalhos acerca da constituição do tabu do incesto, tendo em vista a relevância deste tabu para a organização familiar e a ordem social. O presente trabalho ainda conta com o relato de uma experiência profissional em entidade de abrigo, contextualizando seus aspectos legais, e trazendo a discussão de casos sob a luz das teorias utilizadas.

**Palavras-chave:** Complexo de Édipo; Incesto; Tabu do incesto; Apego; Institucionalização; Abrigo; Desenvolvimento infantil.

## **ABSTRACT**

The aim of this study was to make survey of relevant theoretical contributions for the comprehension of child institutionalization in shelter institutions. For this, two main theoretical perspectives were used, namely, Freudian Psychoanalytic Theory and the Attachment Theory, with the intention of relating possible difficulties in interpersonal relations in adult life and violence perpetuation with bonds experienced and formed in childhood, using these elements for the comprehension of the reality of shelter institutions. In addition to the discussion of these two theories, work on the constitution of incest taboo was also discussed, taking into account the relevance of this taboo for family structure and social order. The present work also includes an account of my professional experience in a shelter institution, contextualizing its legal aspects, and bringing the discussion of cases to the light of the theories previously discussed.

**Key-words:** Oedipus complex; Incest; Incest Taboo; Attachment; Institutionalization; Shelter institution; Child development.

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>9</b>
<b>1. Relações Familiares e Sexualidade segundo Freud.....</b>	<b>15</b>
<b>2. O papel do tabu segundo Freud.....</b>	<b>34</b>
<b>3. A evitação do incesto entre a natureza e a cultura.....</b>	<b>49</b>
<b>4. A Teoria do Apego: outra vertente de explicação dos vínculos familiares....</b>	<b>79</b>
<b>5. Casa Abrigo: Vínculos familiares no relato de uma experiência.....</b>	<b>117</b>
<b>6. Considerações Finais.....</b>	<b>156</b>
<b>7. Referências Bibliográficas.....</b>	<b>161</b>

## INTRODUÇÃO

As relações humanas têm sido tema de interesse em diversos âmbitos das ciências humanas. A compreensão de tais processos intriga os mais diversos campos do saber.

Dentro do campo das relações humanas, é possível destacar as relações interpessoais da criança dentro da família como um processo instigante, uma vez que tais relações apresentam um papel altamente relevante na constituição do sujeito.

O homem estabelece laços e vínculos ao longo de sua existência, e o que é o ponto chave deste processo é a forma como se dá a construção destes vínculos.

As relações da criança em família situam-se nesta rede de vínculos, criada pelo sujeito. No entanto, é importante atentar para a construção de tais relações e, com isto, esbarra-se em diversas questões.

Dentro destas questões referentes às relações infantis em família, é possível citar como temas presentes nesta discussão a sexualidade infantil e, com ela, o tabu do incesto, além da questão do apego.

Quando tratamos da questão da sexualidade infantil que perpassa tais relações em família, é imprescindível falar da sexualidade descrita por Freud em seus *Três Ensaio sobre a Sexualidade*. Assim como, pela via do tabu do incesto, é possível chegar ao viés indicado pela psicanálise, através do qual os vínculos sexuais são as prerrogativas destes vínculos sociais. Esta é a hipótese que Freud descreve sob o rótulo de complexo de Édipo.

No entanto, não há somente esta via de compreensão dos vínculos sociais. E é justamente este o interesse de tal tema: perscrutar a explicação psicanalítica para o tema, mas também, buscar outras vias de explicação para o mesmo, com fins de levantar reflexões sobre esses processos.

Assim, é importante investigar, também, o caminho da Teoria do Apego, apontado por John Bowlby, como uma vertente também eficaz para a discussão acerca da formação dos vínculos sociais.

O presente trabalho caminhava na direção de, simplesmente, discutir tais temas no processo da formação dos vínculos na infância e seu papel para a constituição do sujeito e suas relações futuras. No entanto, a prática profissional enquanto psicóloga integrante da equipe técnica da Casa Abrigo<sup>1</sup> de São Fidélis abriu o caminho para que este tema fosse tocado também sob outro aspecto. Tal aspecto diz respeito ao quanto pode ser afetado o desenvolvimento daquela criança ou adolescente colocado em entidade de abrigo.

Enquanto a pesquisa para a conclusão do trabalho prosseguia, em paralelo seguia a prática profissional no referido abrigo. A relação entre ambos os espaços foi se tornando clara, pois a medida em que pesquisava sobre a formação dos vínculos na infância e as relações da criança em família, pude perceber o quanto o processo

---

<sup>1</sup> Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, o abrigo é uma medida específica de proteção, a chamada medida protetiva. A criança ou adolescente pode ser colocada em abrigo quando da impossibilidade de a família natural responsabilizar-se pelo mesmo. O estatuto coloca em seu artigo 101 que “[o] abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade”.

de ruptura com a família de origem, e a posterior institucionalização<sup>2</sup>, podem trazer conseqüências para as futuras relações da criança que passou por este processo.

Além disso, a própria legislação referente às questões da infância, como será visto posteriormente neste trabalho, entende a importância de que, se possível, a criança permaneça com os pais, em prol de seu bom desenvolvimento. A partir desta visão, muitos trabalhos têm surgido no intuito de investigar na criança os prejuízos advindos de um processo de institucionalização, para a construção de seus vínculos e de seu referencial cognitivo, bem como todos os aspectos que envolvem seu pleno desenvolvimento.

Assim, o objetivo deste trabalho passou a ser o de pesquisar a leitura da psicanálise para as relações familiares na infância e o papel do tabu, especialmente o do incesto, para a ordem familiar e social, bem como, pesquisar a Teoria do Apego, na leitura da obra de John Bowlby, o que contribui para relacionar dificuldades em relações interpessoais na vida adulta, e a perpetuação da violência com os vínculos vivenciados e formados na infância, utilizando esses elementos para a compreensão da realidade do abrigo.

O presente trabalho não pretende desenvolver uma pesquisa empírica, com dados que possam servir de base para uma possível generalização das experiências de crianças abrigadas. No entanto, tornou-se interessante que esta pesquisa fosse acrescida do relato de uma experiência profissional, numa tentativa de exemplificar e analisar a relação entre o que a pesquisa teórica tem a dizer, e o que vem acontecendo na prática.

---

<sup>2</sup> Cuneo (2007, p.64) entende por institucionalização “o processo de confinamento de crianças e adolescentes em estabelecimentos públicos ou privados(...)”. No caso deste trabalho, estamos falando da institucionalização de crianças e adolescentes em entidades de abrigo.

Esta dissertação pretende, com isso, discutir as relações familiares ocorridas na infância de crianças abrigadas e a sua possível relação com a formação de vínculos futuros, sua interferência em relações interpessoais posteriores.

Assim, o que este trabalho propõe como hipótese é que as relações familiares na infância são norteadoras para a estruturação psíquica do sujeito, e na definição dos modos de relação da criança e do futuro adulto. Dentro desta hipótese, propõe-se que tais relações na infância poderão influenciar os vínculos futuros de apego, e que tais vínculos refletirão o tipo de apego vivenciado pelo sujeito na infância. Desse modo, propõe-se que sujeitos que desenvolveram apego inseguro na infância poderão apresentar dificuldades na formação de novos vínculos no futuro. Além disso, propõe-se também que, mediante a compreensão freudiana da sexualidade humana, as relações familiares na infância poderão influenciar o desenvolvimento da aprendizagem e a escolha das vias de sublimação<sup>3</sup> pelos sujeitos. Ainda cabe propor que a ausência de delimitações claras que ordenem o relacionamento familiar e social na infância poderá acarretar eventos traumáticos como o incesto, por exemplo.

A hipótese geral do presente trabalho contrapõe-se à hipótese de que a estruturação psíquica do sujeito decorreria meramente da herança genética, sem nada depender das relações familiares vividas pela criança na infância.

Tendo o Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro uma proposta de

---

<sup>3</sup> Segundo Laplanche & Pontalis (2001, p. 495), este é o processo que Freud postulou para explicar as atividades humanas sem relação aparente com a sexualidade, mas com elemento propulsor na força da pulsão sexual. Freud cita como exemplos de sublimação a atividade artística e a investigação intelectual.

interdisciplinaridade, o presente trabalho propõe uma discussão entre elementos de cunhos psicanalítico, psicológico, antropológico, social, e jurídico. Além disso, em uma proposta de estudar o desenvolvimento psicológico humano e as trocas sociais efetuadas pelo sujeito, esta pesquisa vai ao encontro do interesse acadêmico do programa nos temas que envolvem a mente humana e seus processos.

A relevância de tal tema funda-se na necessidade de compreensão dos modos de relação dos sujeitos na infância, especialmente em família, e como tais processos poderiam determinar sua constituição psíquica e suas relações futuras na vida adulta. Sendo assim, tal relevância mostra-se com uma importância também social, além de acadêmica, uma vez que o problema da infância e juventude agrava-se cada vez mais, mediante a falta de um real trabalho de planejamento familiar, ocasionando famílias em total carência financeira e social, e despreparadas para assumir seus filhos.

Este trabalho conta com um tópico destinado à leitura psicanalítica a respeito das relações familiares iniciais, através da proposta freudiana do complexo de Édipo, e também da leitura freudiana acerca do papel do tabu na sociedade, especialmente do tabu do incesto. A abordagem desta questão se deve ao fato de que relações de natureza incestuosa perpassam a realidade de muitas crianças e adolescentes atendidas pelo abrigo.

Em seguida, a questão do tabu do incesto será discutida num panorama histórico acerca da interpretação científica para constituição de tal tabu, incluindo desenvolvimentos posteriores à psicanálise freudiana e à antropologia de sua época.

Para encerrar a pesquisa bibliográfica, a Teoria do Apego, na perspectiva de John Bowlby, é trazida como alternativa à proposta freudiana, e numa tentativa de

oferecer explicação para os vínculos da vida adulta com base na formação dos vínculos na infância.

Após a fundamentação teórica, este trabalho traz o relato de uma experiência profissional em entidade de abrigo, com a descrição de alguns casos que podem ser relacionados com a pesquisa teórica.

O trabalho será concluído com as considerações finais a respeito da pesquisa realizada, levantando reflexões a respeito do tema proposto.

## 1. RELAÇÕES FAMILIARES E SEXUALIDADE SEGUNDO FREUD

Ao propor abordar o tema das relações familiares neste trabalho, inevitavelmente, deparamo-nos com a proposta freudiana da compreensão de tais relações e sua interferência na constituição psíquica do sujeito, e conseqüentemente, a sua abordagem para a sexualidade humana. Além disso, mediante a importância dada por Freud às vivências infantis em família para a constituição psíquica do sujeito, faz-se importante a discussão de sua teoria neste tema, inclusive no que diz respeito à ruptura destes laços familiares, na experiência em instituição de abrigo.

Assim, este tópico destina-se a levantar questões sobre a sexualidade e seu papel nas relações familiares e no desenvolvimento infantil, a partir da discussão acerca do complexo de Édipo e seu papel na estruturação psíquica do sujeito.

Sigmund Freud construiu em sua teoria uma proposta diferenciada da sexualidade humana como entremeio das relações familiares, e colocou estas relações familiares, a partir da vivência do conflito edípico, como ponte para o desenvolvimento psíquico do sujeito e sua conseqüente estruturação. Nesta proposta, Moreira (2004, p.219), ao falar sobre a construção da idéia edipiana por Freud, ao longo de sua obra, ressalta que:

*Para a teoria psicanalítica, o momento crucial da constituição do sujeito situa-se no campo da cena edípica. Dessa forma, o Édipo não é somente o “complexo nuclear” das neuroses, mas também o ponto decisivo da sexualidade humana, ou melhor, do processo de produção da sexuação. Será a partir do Édipo que o sujeito irá se*

*estruturar e organizar o seu vir-a-ser, sobretudo em torno da diferenciação entre os sexos e de seu posicionamento frente à angústia de castração*<sup>4</sup>.

Esta possibilidade levantada por Freud sobre a ocorrência da sexualidade humana ainda em sua fase infantil ampliou o campo designado pelos psicanalistas como sexualidade. No entanto, é importante ressaltar que a sexualidade a qual Freud se refere, e mencionada neste trabalho, não é aquela relacionada somente às atividades sexuais e ao aparelho genital:

*Sexualidade não designa apenas as atividades e o prazer que dependem do funcionamento do aparelho genital, mas toda uma série de excitações e de atividades presentes desde a infância que proporcionam um prazer irredutível à satisfação de uma necessidade fisiológica fundamental (respiração, fome, função de excreção, etc), e que se encontram a título de componentes na chamada forma normal do amor sexual. (Laplanche & Pontalis, 2001, p.476).*

Santos (2003, p. 11-12) ressalta que essa noção de sexualidade, na obra freudiana, e conseqüentemente na teoria psicanalítica, começou a ser concebida a partir da prática clínica de Freud, que, em seus estudos de caso, percebeu que as idéias insuportáveis para seus pacientes eram, em sua maioria, desencadeadas por eventos traumáticos, e quase sempre de origem sexual. Desse modo, Freud desenvolveu uma nova noção de “sexual”, até então não discutida, onde sua compreensão de sexualidade se dá de maneira ampliada:

---

<sup>4</sup> Laplanche & Pontalis (2001, p. 72-73) relacionam a angústia de castração com o “complexo de castração”, ressaltando que este está em relação estreita com o complexo de Édipo, e que a estrutura e efeito deste complexo são diferentes entre meninos e meninas: “[o] menino teme a castração como realização de uma ameaça paterna em resposta às suas atividades sexuais, surgindo daí uma intensa angústia de castração. Na menina, a ausência do pênis é sentida como um dano sofrido que ela procura negar, compensar ou reparar”.

*Entenda-se bem o que Freud quer dizer com sexual. Em seu pensamento, sexual não se confunde com genital. A sexualidade genital refere-se precisamente à cópula com o objetivo de procriar ou de obter prazer orgástico. Mas a sexualidade é mais ampla que a sexualidade genital. Inclui as preliminares do ato sexual, as perversões, as experiências sensuais da criança vividas em relação ao seu próprio corpo ou em contato com o corpo da mãe. A amamentação, nesse sentido, é entendida já como uma experiência sexual, geradora de prazer para a criança que suga e até mesmo para a mãe que amamenta. Não se veja aí qualquer sinal de perversão no sentido usual do termo, e sim um exercício prazeroso que o contato corporal proporciona. (Kupfer, 1989, p. 39).*

A partir daí, é possível pensar que a criança, ao longo de seu desenvolvimento, e sua conseqüente estruturação psíquica, vai buscar e/ou receber prazer de alguma forma, numa demonstração de que a sua sexualidade está presente, ainda que latente, e que está sendo estruturada.

Com isso, chega-se à idéia das “fases” de desenvolvimento, descritas por Freud e de como o prazer da criança estará estruturado em cada uma dessas “fases”. No entanto, estas “fases” devem ser chamadas de “constelações psíquicas” (Freud, 1913, p. 139), pois para Freud elas designam diferentes organizações psíquicas que fazem parte de todo um processo de estruturação. Assim, estas “fases” não representam estágios que têm de ser obrigatoriamente cumpridos num determinado processo de evolução, para que se complete um determinado desenvolvimento satisfatório.

Tais constelações psíquicas representam diversos momentos da estruturação psíquica do sujeito, nos quais, a busca de sua satisfação, de seu prazer, vai estar apontada para diferentes objetos sexuais ou zonas corporais. Assim, através da estruturação de sua sexualidade na infância, o sujeito vai tendo sua estrutura psíquica formada, nas relações que a criança vai mantendo com seus pais como intermediadores deste processo.

Freud chegou a pensar na educação como exercendo um papel de repressão sobre a sexualidade, mediante as noções de pecado e vergonha inculcadas no sujeito acerca de sua sexualidade, o que viria a ser causa de neuroses. No entanto, esta idéia de Freud a respeito da educação como fonte de repressão e conseqüente geradora de neuroses, foi repensada quando Freud conceituou o recalque<sup>5</sup> como um produto intrapsíquico, tendo o eu como agente deste recalque, ou seja, o recalque como produção do próprio indivíduo:

*Freud se dá conta de que há, no interior da própria sexualidade, um desprazer – e é este desprazer que dá força à moralidade, não o contrário. As forças morais não vêm de encontro às tendências do indivíduo – no sentido de que se chocam contra elas – mas vão ao encontro dessas tendências – no sentido de que trabalham junto a elas, em comunhão de interesses. (Kupfer, 1989, p. 37).*

A experiência de Freud com suas pacientes histéricas o levou a pensar sobre a veracidade dos referidos eventos traumáticos e de origem sexual descritos pelos pacientes. Ele começou a pensar a hipótese de que as experiências relatadas poderiam ser, não acontecimentos verdadeiros, mas sim, fantasias. Foi esta hipótese que o levou a pensar sobre a sexualidade infantil, já que a quantidade e intensidade de tais experiências denotavam mais fantasia do que realidade. É neste ponto que Freud postula a revisão da idéia de que a sexualidade humana somente se constituiria no momento da puberdade.

---

<sup>5</sup> Segundo Laplanche & Pontalis (2001, p. 430), o conceito de recalque pode ser postulado como “[operação] pela qual o sujeito procura repelir ou manter no inconsciente representações (pensamentos, imagens, recordações) ligadas a uma pulsão. O recalque produz-se nos casos em que a satisfação de uma pulsão – suscetível de proporcionar prazer por si mesma – ameaçaria provocar desprazer relativamente a outras exigências”. O conceito de pulsão será discutido mais adiante neste trabalho.

A revisão dessa idéia inicial sobre a sexualidade levou Freud à produção de um trabalho intitulado *Três Ensaios sobre a Sexualidade* (1905), no qual, o segundo dos três ensaios intitula-se *A sexualidade infantil*, sendo este o mais interessante para o presente trabalho, e conseqüentemente, o mais explorado.

### **1.1 Os três ensaios de Freud e a Sexualidade infantil**

No primeiro dos três ensaios, Freud faz uma analogia entre as necessidades humanas de nutrição e sexo, falando de uma pulsão<sup>6</sup> de nutrição relacionada à fome, e seu equivalente sexual, no caso a pulsão sexual, designando para esta, a palavra libido como o equivalente da fome. Freud utiliza o termo libido, que significa em latim, vontade, desejo, e denomina esta energia como o “substrato das transformações da pulsão sexual (...)” (Laplanche & Pontalis, 2001, p.265, 266).

Freud levanta a questão de que essa chamada pulsão sexual estaria presente desde a infância, idéia contrária ao pensamento de sua época, quando se acreditava que a referida pulsão só despertaria com o processo de maturação da puberdade. Na discussão sobre a sexualidade infantil, levantada por Freud, no segundo ensaio, ele afirma que a opinião popular sobre a ausência da pulsão sexual na infância além

---

<sup>6</sup> “Processo dinâmico que consiste numa pressão ou força (carga energética, fator de motricidade) que faz o organismo tender para um objetivo. Segundo Freud, uma pulsão tem sua fonte numa excitação corporal (estado de tensão); o seu objetivo ou meta é suprimir o estado de tensão que reina na fonte pulsional; é no objeto ou graças a ele que a pulsão pode atingir a sua meta.” (Laplanche & Pontalis, 2001, p.394)

de um erro, trazia conseqüências graves. Outro ponto ressaltado por Freud é o fato de nenhum autor reconhecer a existência da sexualidade na infância, ao escrever sobre o desenvolvimento infantil, deixando, assim, de evidenciar sua importância ao desenvolvimento intelectual saudável.

Mesmo levantando a questão da existência de uma sexualidade infantil, Freud admite que, muitas vezes, as experiências vivenciadas neste período não são recordadas posteriormente. Este fato intriga a Freud, em virtude de sua percepção de que uma criança é capaz de reagir com discernimento em muitas situações apresentadas a ela, vindo ele a utilizar para descrever este fenômeno o termo “amnésia infantil”, que já era explicado anteriormente como produto da imaturidade funcional do indivíduo.

No entanto, Freud não se conformou a esta explicação, registrando que a amnésia infantil seria um produto do recalque, naturalmente incidente sobre a sexualidade infantil. Freud relacionou a amnésia infantil à amnésia histérica, que atua a serviço do recalque, e que apresenta possibilidade de ocorrência, mediante a também ocorrência da amnésia dita infantil. Esta seria uma das razões pelas quais os adultos, sejam pais ou educadores, se furtam a admitir a existência da sexualidade infantil, não sabendo como proceder diante de determinadas situações e não se recordando de sua própria curiosidade quando criança. Inicialmente, Freud chegou a pensar no recalque produtor da amnésia infantil com relação à sexualidade, como um fruto da educação repressora e da moral social. No entanto, ele chegou posteriormente à conclusão de que o recalque é fruto da própria disposição interna do indivíduo, que acaba unindo-se com a moralidade:

*Somente alguém que possa sondar as mentes das crianças será capaz de educá-las e nós, pessoas adultas, não podemos entender as crianças porque não mais entendemos a nossa própria infância. Nossa amnésia infantil prova que nos tornamos estranhos à nossa infância. A psicanálise trouxe à luz os desejos, as estruturas de pensamento e os processos de desenvolvimento da infância. (Freud, 1913, p. 190).*

## 1.2 As pulsões parciais e a sexualidade infantil

Outra questão levantada por Freud em seu ensaio dedicado à sexualidade infantil traz a idéia de que a pulsão sexual pode ser decomposta em pulsões parciais. Assim, Freud expõe o caráter auto-erótico da pulsão sexual infantil, uma vez que esta busca satisfação em seu próprio corpo, o que a torna independente do mundo externo. Sobre o auto-erotismo, pode ser encontrada a seguinte definição, de acordo com Laplanche & Pontalis (2001, p. 47):

*A) Em sentido amplo, característica de um comportamento sexual em que o sujeito obtém a satisfação recorrendo unicamente ao seu próprio corpo, sem objeto exterior: neste sentido, a masturbação é considerada como comportamento auto-erótico.*

*B) De um modo mais específico, característica de um comportamento sexual infantil precoce pela qual uma pulsão parcial, ligada ao funcionamento de um órgão ou à excitação de uma zona erógena, encontra a sua satisfação no local, isto é:*

*1. sem recorrer a um objeto exterior;*

*2. sem referência a uma imagem do corpo unificada, a um primeiro esboço do ego, tal como ele caracteriza o narcisismo.*

Freud introduz para o auto-erotismo a noção de relação entre pulsão e seu objeto. É nesse caráter auto-erótico da pulsão sexual infantil e em práticas perversas, descritas por Freud como o exibicionismo, a curiosidade relacionada à genitália do outro, a manipulação dos órgãos genitais, o prazer de sucção, o prazer de defecação, entre outros, que Freud vai encontrar a idéia de pulsões parciais. Ele

chama de pulsões parciais estes aspectos perversos da sexualidade infantil, vindo a revelar que a pulsão sexual vista num adulto é composta pelas pulsões parciais.

Até que a criança venha a apresentar o domínio do interesse genital, essas pulsões parciais são vividas livremente. Ou seja, essas pulsões ainda não têm um objeto preciso ao qual possa se dirigir, dirigindo-se ao próprio corpo, até o momento em que elas estiverem reunidas, de modo a conformar a genitalidade. Isto leva Freud (1905, p. 180) a identificar a criança como um “perverso polimorfo”, justamente pelo fato de esta apresentar práticas perversas, ou seja, dirigir-se a outros objetos sexuais, de fato, sendo tão variáveis em diversos momentos.

Esse fator de não precisão de objeto pode ser visto nas chamadas fases de organização psíquica, onde, em cada uma das fases, a pulsão estará voltada para determinada zona corporal, que estará funcionando, assim, como zona erógena.

Dessa forma, quando a criança estiver vivenciando a chamada fase oral, a qual Freud também chamou de canibalesca, estará psicologicamente organizada de modo a buscar o prazer através de sua oralidade, no ato de sucção, seja através do seio da mãe, do objeto que o substitua, ou de partes de seu próprio corpo que possa levar à boca. Aqui, a organização sexual ainda não está separada da função de nutrição. É interessante tornar claro que, na primeira edição dos *Três Ensaios sobre a Sexualidade* (1905), Freud fala da pulsão sexual com apoio na oralidade, com prazer adquirido na sucção, porém sem utilizar o termo fase ou organização oral, expressão que ele só vem a utilizar em seu texto *Luto e Melancolia* (1915), após o qual, acrescentou os termos referidos em revisões posteriores dos ensaios sobre a sexualidade.

Do mesmo modo segue-se a fase de organização anal, que Freud descreve como a fase da organização libidinal em que a zona anal, vem a ser utilizada pela

criança como zona erógena, passando a ter um caráter masturbatório a atividade intencional de retenção-expulsão da massa fecal. Nesta fase, a divisão de opostos já atingiu a organização sexual, mas não em termos de gênero masculino ou feminino, mas dos pares opostos – ativo e passivo – vindo esta divisão a ser demonstrada numa pulsão de dominação através da musculatura do corpo. Além disso, Freud menciona outra característica do conteúdo intestinal, que se torna, posteriormente, importante para as chamadas teorias sexuais infantis:

*É obviamente tratado [conteúdo intestinal] como parte de seu próprio corpo, representando o primeiro “presente”: ao desfazer-se dele, a criaturinha pode exprimir sua docilidade perante o meio que a cerca, e ao recusá-lo, sua obstinação. Do sentido de “presente”, esse conteúdo passa mais tarde ao de “bebê”, que, segundo uma das teorias sexuais infantis, é adquirido pela comida e nasce pelo intestino. (Freud, 1905, p. 175-176).*

Tanto a fase oral, quanto a fase anal, vêm a ser descritas por Freud, após a revisão de 1915, como fases de organização pré-genital, nas quais, a zona genital ainda não assumiu o papel preponderante.

Na fase fálica, ocorre a primeira organização da ordem genital, não sendo, porém, a mesma organização genital que ocorre com a puberdade. Do mesmo modo que as fases descritas anteriormente, a noção de fase fálica só aparece de maneira clara posteriormente, desta vez, em *A Organização Genital Infantil* (1923). Ao reconhecer a existência dessa fase, a organização da sexualidade infantil aproxima-se da sexualidade adulta, estando a diferença no fato de que, nesta fase, o órgão genital conhecido é o masculino, as questões giram em torno dele, como afirma Freud. Na ocorrência da fase fálica, o par de opostos, ativo-passivo, da fase anterior, se torna no par “fálico-castrado”. É a fase da culminância e do posterior declínio do complexo de Édipo, estando presente o predomínio do complexo de castração,

como já foi falado anteriormente (Laplanche & Pontalis, 2001, p. 179). Aqui, ocorre a diferenciação dos sexos pela criança, através de suas “investigações sexuais”.

Na sua constituição psíquica por meio da sexualidade, e a partir das investigações sexuais, a criança lança mão de teorias sexuais como uma ficção que tenta dar resposta ao enigma da vida, lançando mão de sua própria vivência, seja por meio da pulsão ou de sua referência ao desejo do Outro (Murta; Murta e Martins, 2004, p. 37).

Freud discorre sobre as teorias criadas pelas crianças, em *Sobre as Teorias Sexuais Infantis* (1908), onde ele fala das três teorias básicas concebidas pelas crianças, norteadas por uma questão quase que filosófica sobre a origem da vida, “De onde vêm os bebês?”. A primeira das teorias surge do desconhecimento da diferença entre os sexos, a qual Freud explica como a noção de que, tanto homens, quanto mulheres, possuem pênis, questão que será melhor discutida por ele em *A Dissolução do Complexo de Édipo* (1924). Essa primeira teoria pode parecer, nos dias de hoje, um tanto absurda, uma vez que a educação formal torna-se cada vez menos rígida, no sentido de “separar” meninos e meninas, tendo as crianças, especialmente as menores que já freqüentam a escola, contato com as diferenças entre ambos os sexos. No entanto, o que é crucial para a formulação dessa teoria infantil é a interpretação dada pela criança a esta diferença, a sua compreensão da mesma.

A segunda teoria é decorrente da primeira, pois na ignorância da existência do orifício vaginal, a criança formula que o nascimento de um bebê se dá de “forma cloacal”, como excremento.

A terceira teoria trata da “concepção sádica do coito”, como fruto de um eventual testemunho do ato sexual, tomando a criança este ato como violento, ao

não compreender o que está ocorrendo. Muitos adultos apresentam as lembranças dessas teorias, em especial da terceira delas, testemunhando a raiva que sentiram ao presenciarem tal ato.

Pelo fato de todas essas questões estarem emergindo, é que esta se torna uma fase de muitas investigações por parte das crianças, demonstrando a curiosidade pelas questões da vida, a sua origem, a diferença entre os sexos, o porquê da diferença, o que os pais fazem no quarto que eles não podem participar, como se dá a concepção e o nascimento de um bebê, o medo, o ciúme e a curiosidade pelo nascimento de um irmão.

### **1.2.1 O complexo de Édipo**

Toda a curiosidade descrita no tópico anterior é permeada pela vivência do complexo de Édipo, ocorrida nesta fase. É importante ressaltar, antes de tentar expor a dinâmica do complexo de Édipo, que Freud nunca expôs de maneira sistemática tal conceito.

No entanto, em Laplanche & Pontalis (2001, p. 77), encontramos uma breve definição para este processo:

*Conjunto organizado de desejos amorosos e hostis que a criança sente em relação aos pais. Sob a sua forma dita positiva, o complexo apresenta-se como na história de Édipo-rei: desejo da morte do rival que é o personagem do mesmo sexo e desejo sexual pela personagem do sexo oposto. Sob a sua forma negativa, apresenta-se de modo inverso: amor pelo progenitor do mesmo sexo e ódio ciumento ao progenitor do sexo oposto.*

Neste ponto, é importante ressaltar que o Complexo de Édipo difere entre os sexos. No menino, a ameaça de castração determina a renúncia ao objeto

incestuoso, já na menina, ocorre o inverso, o complexo de castração introduz o Édipo para a menina, ao perceber a falta na mãe, conforme afirma Murta, Murta e Martins (2004, p. 14):

*Freud nos explica que, em certo momento de seu percurso, a menina deve ficar necessariamente decepcionada com a mãe. Ela deve achar que a mãe é faltosa, que a mãe não pode dar-lhe tudo. E é, nesse momento, que a menina poderá desligar-se da mãe. Isto é, desligar-se da querência endereçada à mãe e da querência da mãe, para orientar-se em direção ao pai. Por que o pai? Porque ele apareceria como sendo aquele que tem algo a lhe dar. (...) E é a partir daí, quando a mocinha se orienta em direção ao pai, que ela entra, segundo Freud, em Édipo (...).*

Freud baseia-se no mito do Édipo para esquematizar este processo, e em *A Interpretação dos Sonhos* (1900, p. 287-288), Freud apresenta uma síntese acerca do referido mito :

*Édipo, filho de Jocasta e de Laio, rei de Tebas, foi abandonado ao nascer sobre o monte Citerón, pois um oráculo profetizara que a criança, ainda por nascer, assassinaria o próprio pai. Recolhido por alguns pastores, Édipo foi levado ao rei de Corinto, que o educou como a um príncipe. Desejoso de conhecer sua verdadeira origem, consultou um oráculo, que o aconselhou a não voltar à sua pátria, porque estava destinado a matar seu pai e casar-se com sua mãe. Acreditando que sua pátria fosse Corinto, afastou-se daquela cidade, mas no caminho encontrou-se com o rei Laio e o matou em uma disputa. Chegando às imediações de Tebas, adivinhou o enigma da Esfinge, que fechava o caminho para a cidade, e os tebanos, em agradecimento, coroaram-no rei, concedendo-lhe a mão de Jocasta. Durante muito tempo, reinou digna e pacificamente, engendrando com sua mãe e esposa dois filhos e duas filhas, até que, sendo Tebas assolada por uma peste, decidem os tebanos consultar o oráculo, em busca do remédio. Nesse momento começa a tragédia de Sófocles. Os mensageiros trazem a resposta na qual o oráculo declara que a peste cessará no momento em que o matador de Laio for expulso do território nacional.*

*A ação da tragédia se constitui exclusivamente no descobrimento paulatino, e retardado com suprema arte [...], de que Édipo é o assassino de Laio e ao mesmo tempo seu filho e de Jocasta. Horrorizado diante dos crimes que, sem saber, cometera, Édipo arranca os próprios olhos e foge de sua pátria. A predição do oráculo cumpriu-se.*

Moreira (2004, p. 219) destaca que “[o] complexo de Édipo constitui uma das problemáticas fundamentais da teoria e da clínica psicanalítica”, e destaca que o

único texto dedicado por Freud especificamente a este complexo é *A Dissolução do Complexo de Édipo* (1924), e destaca ainda que:

*O movimento que afirma o complexo de Édipo como fundamental na estruturação do sujeito e a sua conseqüente relevância incontornável na teoria psicanalítica, também anuncia, ao mesmo tempo, a presença irreduzível do outro na constituição do sujeito (ibid, p. 219).*

É imprescindível o destaque do lugar do outro nesse processo de constituição, uma vez que toda a dinâmica do Édipo se dá em relação aos genitores, ou outra figura que ocupe tal lugar. Isto não tira do sujeito a particularidade de seu psiquismo, o que poderia incorrer no risco de culpabilização da família diante de qualquer questão relacionada a este psiquismo. Porém, ressalta a importância de suas relações com esse Outro, no sentido do que este Outro lhe atribui, como destaca Murta, Murta e Martins (2004, p. 26): “(...) a verdadeira questão é a de saber o que ela [a criança] vale para o Outro, isto é, que lugar ela tem no desejo do Outro. Quer dizer que o que está em questão aí é o valor do seu ser para o Outro”.

Assim, como assegura Moreira (2004, p. 221), ao longo de sua obra, Freud cada vez mais problematiza o lugar do outro como uma figura anterior à constituição do eu, e mais do que isso, como condição para esta constituição. Inicialmente, esta alteridade estaria implícita somente pela ocorrência da cena triangular. No entanto, a partir de *Totem e Tabu* (1913), Freud, numa reflexão antropológica, coloca o outro numa dimensão ativa, embora ainda não o coloque em condição de intersubjetividade. Neste texto, tem início, na obra de Freud, a idéia de identificação, que desenvolve-se posteriormente em outros textos.

Freud fala especificamente sobre a identificação no seu texto *Psicologia de Grupo e Análise do Ego* (1921). Ele entende que:

*A identificação é conhecida pela psicanálise como a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa. Ela desempenha um papel na história primitiva do complexo de Édipo. Um menino mostrará interesse especial pelo pai; gostaria de crescer como ele, ser como ele e tomar seu lugar em tudo (Freud, 1921, p. 115).*

Neste caso, Freud (*ibid*, p. 115) explica que há “dois laços psicologicamente distintos: uma catexia<sup>7</sup> de objeto sexual e direta para com a mãe e uma identificação com o pai que o toma como modelo”, isto no caso do menino.

Desse modo, Freud coloca a identificação como ambivalente, uma vez que estes dois laços unem-se no sentido de uma unificação da vida mental, sendo que, a partir dessa confluência, origina-se o complexo de Édipo.

Até a publicação de *Psicologia de Grupo e Análise do Ego*, Freud somente havia descrito a forma dita positiva do complexo de Édipo, baseada na já citada tragédia de Sófocles. No referido texto, Freud descreve outra forma deste complexo, a forma negativa, também já explanada no início deste tópico.

Moreira (2004, p.223) avalia que, ao introduzir esta idéia, Freud transita da “forte determinação biológica para o âmbito dos conflitos psicológicos”, argumentando que:

*“(...) o menino não nasce homem, a determinação biológica não é suficiente para traçar os destinos dos sujeitos. O menino pode se recusar a abandonar a mãe, e transformar sua catexia objetual em uma identificação regressiva, pode espelhar-se na mãe como um outro narcísico e furtar-se à identificação com o pai em uma escolha de outro-objeto.”*

---

<sup>7</sup> Em Laplanche & Pontalis (2001, p.254), encontramos que este conceito também pode ser traduzido por investimento, relacionando-se à questão econômica do aparelho psíquico descrito por Freud, ou seja, ao investimento de sua energia. Este conceito representa “[o] fato de uma determinada energia psíquica se encontrar ligada a uma representação ou grupo de representações, a uma parte do corpo, a um objeto, etc”.

Após passar por esse período, se não houver intercorrências graves, toda a curiosidade da criança acerca da sexualidade, toda a sua pulsão sexual demonstrada em sua curiosidade, no interesse pelo seu genitor, pelas suas observações indiscretas, se tornarão naturalmente em curiosidade intelectual, com o declínio do complexo de Édipo e o início do período de latência.

Após o período de latência, onde as questões sexuais estão, de certa forma, “adormecidas”, o que direciona a pulsão sexual para outros fins, vem a se desenvolver a organização genital pubertária, com o advento da puberdade e o conseqüente estabelecimento da genitalidade. É a entrada na dita sexualidade adulta, uma vez que neste período ocorre também o desenvolvimento físico. Desse modo, se dá a entrada na adolescência com o conseqüente estabelecimento da sexualidade adulta, resultante de a estruturação vivenciada ao longo das fases descritas, agora sob uma nova constelação psicológica que envolve as fases anteriores. Ou seja, tal sexualidade e a forma como se darão as relações do sujeito com o mundo e outros sujeitos, a partir daí, terão o tom de tudo o que foi estabelecido ao longo dos anos anteriores.

A noção acerca da pulsão sexual, que vem sendo descrita, afirmando sua maleabilidade em ser decomposta em pulsões parciais, demonstrando o seu caráter errático, ou seja, essa idéia de ausência de um objeto fixo ligado às pulsões parciais, faz com que a pulsão sexual possa ser dirigida a outros fins de ordem não sexual, o que a torna passível de sublimação, e que pode ser definida como:

*Processo postulado por Freud para explicar atividades humanas sem qualquer relação aparente com a sexualidade, mas que encontrariam o seu elemento propulsor na força da pulsão sexual. Freud descreveu como atividades de sublimação principalmente a atividade artística e a investigação intelectual.*

*Diz-se que a pulsão é sublimada na medida em que é derivada para um novo objetivo não sexual e em que visa objetos socialmente valorizados. (Laplanche & Pontalis, 2001, p.495).*

O período de latência é então marcado pela sublimação, na diminuição das atividades ditas sexuais, e no direcionamento da pulsão sexual para outros objetivos. A passagem por esse período, com a resolução do complexo de Édipo e o início dos processos de sublimação, é primordial para a “ativação” da curiosidade intelectual.

Sobre essa passagem do período de atividades sexuais, onde predomina a liberdade das pulsões sexuais dirigidas a diversos objetos, para o período de latência, Millot (1987, p. 40) diz:

*Um estado de liberdade no qual reina a anarquia pulsional: assim é como parece conceber Freud esse período da vida infantil. Tal vida sexual sofre, em torno dos cinco-seis anos, uma parada brusca que marca a entrada no período de latência. Surgem então os sentimentos de repugnância, vergonha e pudor, e o de piedade, sobre os quais a moralidade se edificará.*

Sobre este declínio da curiosidade sexual, é que se dará o desdobramento do próximo tópico.

### **1.3 O desenvolvimento intelectual segundo Freud – o conceito de sublimação**

O conceito de sublimação é primordial para o desenvolvimento da curiosidade intelectual infantil, pois faz com que a pulsão sexual da criança dirija-se para outros fins não-sexuais. Assim, pode-se dizer que a energia propulsora da pulsão, a libido,

continua a ser sexual, porém o objeto para o qual esta se dirige já não possui a mesma natureza sexual.

Kupfer (1989) explica que a sublimação se estabelece no momento de constituição de uma determinada pulsão parcial, trazendo a idéia de que, se esse desenvolvimento se der de modo satisfatório, for bem sucedido, parte dessa pulsão será reprimida, parte irá compor, posteriormente, a sexualidade genital (estando presente nas preliminares do ato sexual, por exemplo) e parte será sublimada.

No movimento da sublimação, a pulsão poderá se transformar em outra atividade, orientada pela libido, havendo um prazer apoiado, ou originado, na antiga pulsão parcial, porém não existindo mais o objeto sexual, mas sim, um objeto dessexualizado.

Dessa forma, conclui-se que o que torna possível a sublimação da pulsão sexual é justamente o seu caráter maleável, seu caráter errático, já descrito anteriormente. Ou seja, as pulsões parciais e sua perversidade fornecem uma base de construção para a sublimação.

Assim, a existência da sexualidade na infância e a vivência desta é o que garante a existência da curiosidade intelectual, do desejo de saber. A criança experimenta a curiosidade e a investigação através de suas experiências sexuais, se ela não é reprimida nessa sua primeira curiosidade, se ela não é tolhida de suas investigações, ela desenvolverá, posteriormente, a capacidade de investigar outras questões e direcionar-se para outros assuntos, através de sua curiosidade intelectual.

É a descoberta das diferenças sexuais, e as mudanças que essas descobertas trazem é que “acionam” o desejo de saber, o que fica claro na fala de Kupfer (1989, p.80): “A criança descobre que as diferenças a angustiam. É essa

angústia que a faz querer saber.” Isto porque a posição freudiana defende que as primeiras investigações infantis serão sempre sexuais, uma vez que a criança precisa, primeiramente, definir seu lugar social, que, por sua vez, é advindo de um lugar sexual.

Esse lugar sexual é definido, justamente, no já discutido, complexo de Édipo, no processo de rivalidade / identificação da criança com os seus genitores. E é após a resolução desse processo, é que se espera que as questões sexuais sejam reprimidas e sublimadas, convertendo-se para uma investigação intelectual em outras questões socialmente aceitas.

Para garantir a continuidade da discussão acerca da sublimação, faz-se necessário explanar acerca do modelo freudiano para o funcionamento psíquico. Para Freud, o funcionamento psíquico se dá através de instâncias psíquicas que formariam o que ele denomina de aparelho psíquico.

A primeira sistematização realizada por Freud sobre o funcionamento do aparelho psíquico é chamada de primeira tópica. Esta primeira sistematização não foi mantida por ele e a sua segunda proposta para o funcionamento do aparelho psíquico é chamada de segunda tópica. Na segunda tópica, ele esquematiza o aparelho psíquico em três instâncias, a saber: id, ego e superego. Tais instâncias se utilizariam, para seu funcionamento, da energia psíquica oriunda da já discutida pulsão, ou seja, da energia pulsional.

Em Laplanche & Pontalis (2001, p. 124, 219, 497, 498), encontramos as definições referentes a tais instâncias: id – instância dos conteúdos inconscientes, tomado como o “reservatório inicial da energia psíquica”, posiciona-se como o “pólo pulsional da personalidade”; ego – “pólo defensivo da personalidade”, que atua como sendo um “fator de ligação dos processos cognitivos”, além disso, esta

instância utiliza-se de mecanismos de defesa em face de uma angústia; superego – esta instância funcionaria como um juiz, um censor em relação ao ego. Para Freud entre as funções do superego estariam a consciência moral, a auto-observação e a formação de ideais. Sendo assim, o superego classicamente é tomado como “herdeiro do complexo de Édipo”.

Nesta direção, além da questão intelectual envolvida no processo de sublimação, Moreira (2004, p. 223) ressalta a produção do superego como resultante deste processo desencadeado pelo complexo de Édipo, possível por meio da identificação: “[o] mecanismo psicológico da identificação introjetiva possibilita a produção do superego como resultado de um processo sublimatório (...). O superego surge do confronto entre o eu e o outro (...)”.

Assim, Moreira (*ibid*, p. 224) ressalta ainda que esta identificação com o pai ou com a mãe determina o desfecho deste processo edípico, onde o tipo de escolha de objeto feita pelo sujeito vai depender da sua opção de identificação no declínio do Édipo, sendo este um momento decisivo no processo de subjetivação e sexuação. Desta forma, sendo o superego o resultado de um processo de identificação com a lei representada pelo pai, mesmo no declínio negativo do Édipo, onde ocorre o processo de identificação com a mãe, há a constituição de uma instância moral. Com isto, Moreira (*ibid*) analisa que “a discussão freudiana sobre a instância moral segue a lógica do modelo totêmico”.

Nesta direção pretende-se, assim, lançar-se o próximo tópico acerca do papel do tabu na obra de Freud, utilizando para isso o seu texto *Totem e Tabu*, onde ele discorre acerca do modelo totêmico de sociedade.

## 2. O PAPEL DO TABU SEGUNDO FREUD

Este tópico trará discussões acerca da interpretação freudiana para a constituição de um tabu, e o seu papel na organização familiar e social. Além disso, a proposta trazida por Freud para esta compreensão acaba por marcar um importante momento na teorização acerca do complexo de Édipo.

É a partir a reflexão antropológica realizada por Freud, no seu texto *Totem e Tabu* que a figura de alteridade no complexo de Édipo aparecerá numa dimensão ativa. É importante ressaltar que, assim como salienta Moreira (2004, p. 221), o que Freud propõe no referido texto é a utilização de um recurso mítico e não de uma cena real, quando se refere ao mito do pai totêmico. Ainda assim, é importante considerar que *Totem e Tabu* marca um importante momento na teorização freudiana acerca do Édipo. Nesta mesma direção, Murta, Murta e Martins (2004, p. 27) apontam que:

*O mito é uma invenção cuja função é de encontrar uma solução para um problema que se apresenta como um impasse subjetivo. Em outros termos, um mito inventa um sentido onde não há sentido. Quer dizer que o mito é um modo de tratar o real a partir do simbólico. Nesse sentido, o texto do mito, o relato do mito, já é uma interpretação.*

Além da utilização do recurso do mito, a partir do mito do pai totêmico e do da tragédia de Édipo-Rei, Freud lança a discussão acerca do complexo de Édipo sobre o âmbito cultural da questão, ampliando a sua discussão, conforme afirma Moreira (*ibid*, p. 223).

## 2.1 A questão do incesto

Freud propõe em seu texto *Totem e Tabu*, no artigo *O Horror ao Incesto*, uma comparação entre a antropologia social e a psicanálise. Para tal, escolheu os aborígenes da Austrália, colocando-os como primitivos em seus hábitos e costumes. Apesar disso, seria observado entre eles o propósito rigoroso de evitar relações sexuais incestuosas.

Em lugar das instituições religiosas e sociais, eles possuem o sistema de totemismo, que Freud (1913, p.109) explica ser um sistema que ocupa o lugar da religião entre determinados povos primitivos, e que provê sua organização social. O totem é representado por um animal, vegetal ou fenômeno natural, que mantêm relação com seu clã. A característica do sistema totêmico que, segundo Freud atraiu o interesse dos psicanalistas é o fato pelo qual:

*Em quase todos os lugares em que encontramos totens, encontramos também uma lei contra as relações sexuais entre pessoas do mesmo totem e, conseqüentemente, contra o seu casamento. Trata-se então da 'exogamia', uma instituição relacionada ao totemismo (Freud, 1913, p. 23)*

Ou seja, o totemismo e a exogamia estão relacionados no sentido de que a união por casamento deveria ser feita entre pessoas de clãs diferentes, sob diferentes totens, como uma forma de formar alianças entre grupos distintos.

A principal idéia de Freud na primeira parte de *Totem e Tabu*, relativa ao horror ao incesto, diz respeito à relação que ele estabelece entre neurose, povos primitivos e infância, conforme também afirma Moreira (2004, p. 221). Assim, o que Freud acrescenta à compreensão desse horror ao incesto, pela abordagem psicanalítica é que ele se refere fundamentalmente a uma característica infantil, e que revela uma concordância com a vida mental de pacientes neuróticos.

Freud (*ibid*, p. 35), nesse ponto, refere-se também à sexualidade infantil, ressaltando que a primeira escolha de objetos de amor feita por um menino é incestuosa e direcionada a objetos que lhe são proibidos: a mãe e a irmã. À medida que ele cresce, se liberta dessa atração incestuosa. Neste raciocínio, Freud chega a considerar a relação de uma criança com os pais, pela forma como é dominada por desejos incestuosos, como o complexo nuclear das neuroses.

Esta idéia é recebida com ceticismo, segundo ele, talvez porque essa rejeição possa ser um produto da aversão que os seres humanos sentem pelos seus primitivos desejos incestuosos, dominados posteriormente pela repressão.

## 2.2 A questão da ambivalência<sup>8</sup> emocional

Na segunda parte de *Totem e Tabu*, intitulada por Freud de *Tabu e Ambivalência Emocional*, ele levanta como questão central as proibições às quais os povos primitivos estão sujeitos, como se as mesmas fossem algo natural, assim como a convicção da punição para sua violação.

Freud realiza uma discussão acerca do uso e significado do termo tabu, entendendo o mesmo como obscuro e utilizando uma denotação para o mesmo:

*A palavra 'tabu' denota tudo (...) que é o veículo ou fonte desse misterioso atributo. Também denota as proibições advindas do mesmo atributo. E, finalmente, possui uma conotação que abrange igualmente 'sagrado' e 'acima do comum', bem como 'perigoso', 'impuro' e 'misterioso' (Freud, 1913, p. 40).*

---

<sup>8</sup> Segundo Laplanche & Pontalis (2001, p. 17) o conceito de ambivalência denomina a “[presença] simultânea, na relação com um mesmo objeto, de tendências, de atitudes e de sentimentos opostos, fundamentalmente o amor e o ódio”. Neste tópico, será discutida a ambivalência emocional relacionada às proibições dos tabus.

Freud propõe uma similaridade entre o tabu e a doença obsessiva, afirmando que o ponto de concordância mais evidente e marcante entre as proibições obsessivas dos neuróticos e os tabus é que essas proibições são igualmente destituídas de motivo, sendo assim, misteriosas quanto às suas origens. Ambos teriam seu surgimento num certo momento não especificado, sendo mantidos por um medo irresistível, e não havendo necessidade de ameaças externas de punição, em virtude da certeza interna de que a violação conduzirá à desgraça.

Outra semelhança destacada por ele é que as proibições obsessivas são sujeitas ao deslocamento<sup>9</sup>, estendendo-se de um objeto a outro, fazendo com que os pacientes obsessivos se comportem de modo a evitar pessoas e coisas “impossíveis”, como se estas portassem uma infecção. Desse mesmo modo, qualquer um que viole um tabu se torna ele próprio o tabu, sendo que ninguém poderá entrar em contato com ele. A este respeito, Freud afirma que isso se dá porque o mesmo despertaria a ambivalência dos homens, tentando-os a transgredir a proibição, uma vez que ele se tornaria um exemplo incentivador de imitação, devendo ser evitado.

Freud analisa os mecanismos psíquicos da neurose, e propõe que um forte desejo, ao se defrontar com uma proibição externa, aceita a mesma por encontrar apoio em forças internas. Ou seja, Freud propõe que há uma ambivalência emocional na neurose, onde há oscilação entre o desejo e a proibição deste desejo, a censura do mesmo. Porém a proibição não consegue abolir o instinto, reprimindo-o e banindo-o para o inconsciente. Assim, Freud (*ibid*, p. 46-47), afirma que “[tanto] a proibição quanto o instinto persistem: o instinto porque foi apenas reprimido e não

---

<sup>9</sup> Fenômeno pelo qual uma energia de investimento pode desligar-se de uma determinada representação e deslizar-se para outra.

abolido, e a proibição porque, se ela cessasse, o instinto forçaria o seu ingresso na consciência e na operação real”. Freud ressalta nesta dinâmica a característica ambivalente da atitude do sujeito.

Freud (*ibid*, p. 47) pondera que a imposição da proibição precocemente na infância é o ponto determinante, e que há uma importância similar ligada aos desenvolvimentos que se seguem ao mecanismo de repressão na mesma idade precoce. Como resultado dessa repressão, que foi forçada e que envolve uma amnésia, os motivos da proibição consciente permanecem desconhecidos e todos os esforços para eliminá-los dos processos intelectuais acabam por falhar, por não encontrarem base de ataque.

Desse modo, Freud (*ibid*, p. 47) explica que a proibição deve sua força e seu caráter obsessivo ao seu oponente inconsciente, ou seja, o desejo oculto, uma vez que ele somente está oculto, não foi diminuído. O desejo desloca-se constantemente, na intenção de fugir deste impasse, e se esforça por encontrar objetos e atos substitutos para colocar em lugar dos proibidos. Em consequência disto, a própria proibição também se desloca, entendendo-se a quaisquer novos objetivos que o impulso proibido possa adotar. Qualquer novo avanço feito pela libido reprimida é respondido por uma nova ampliação da proibição. Com isso, Freud atribui a esta ambivalência a responsabilidade pela realização de atos obsessivos, uma vez que a inibição mútua das duas forças conflitantes produz uma necessidade de descarga, a fim de reduzir a tensão predominante, descarga esta que se realiza por meio dos atos obsessivos.

Freud, utilizando-se de seus exemplos acerca dos povos primitivos, propõe tratar o tabu como se fosse da mesma natureza de uma proibição obsessiva, considerando assim que, um chamado selvagem não pode dizer acerca do

verdadeiro motivo para suas proibições, ou seja, a origem real do tabu, pois o verdadeiro motivo deve ser inconsciente.

Por isso, Freud propõe reconstruir a história do tabu sobre o modelo das proibições obsessivas e, para tal, ele supõe que os tabus são proibições de antigüidade primeva que foram, em certa época, externamente impostas a uma geração de homens primitivos, devendo ter sido calcadas sobre eles, de forma violenta pela geração anterior, e provavelmente, relacionadas com atividades para as quais havia forte inclinação. Deste modo, devem ter persistido de geração para geração, como resultado da tradição transmitida através da autoridade parental e social e, possivelmente, devem ter-se tornados “organizadas” como um dom psíquico herdado. Assim, Freud levanta a hipótese de que, da persistência do tabu, decorreria o desejo original de fazer a coisa proibida, o que gera uma atitude ambivalente para com este tabu.

Freud (*ibid*, p. 49) destaca que as mais importantes e antigas proibições ligadas aos tabus são as duas leis básicas do totemismo: não matar o animal totêmico e evitar relações sexuais com membros do clã totêmico do sexo oposto. Assim, ele ressalta que estes devem ser os mais antigos e poderosos dos desejos humanos, e os relaciona ao ponto central dos desejos da infância e o núcleo das neuroses, questões já vistas no tópico anterior. Desse modo, o que Freud (*ibid*, p. 49) propõe como tese neste texto é que “a base do tabu é uma ação proibida para cuja realização existe uma forte inclinação do inconsciente”.

Freud admite que a afirmação de que o tabu teve sua origem numa proibição primeva imposta por alguma autoridade não é passível de demonstração. Assim sendo, os esforços de Freud dirigiram-se a confirmar os determinantes psicológicos

do tabu, a partir de sua analogia com a neurose obsessiva, como já vem sendo discutido.

Através destas considerações, Freud (*ibid*, p. 52) propõe a concordância psicológica entre o tabu e a neurose obsessiva, no que diz respeito à ambivalência emocional presente em ambos os casos, e que Freud cogita ser sua característica mais importante.

Freud lança mão no seu texto de diversas formas de tabus, relativas ao inimigos, por exemplo, a fim de identificar manifestações ambivalentes nos povos submetidos a tais tabus, e a partir do qual ele conclui que “os impulsos que expressam para com um inimigo não são unicamente hostis. São também manifestações de remorso, de admiração pelo inimigo e de consciência pesada por havê-lo matado” (*ibid*, p. 55).

Freud ainda propõe na segunda parte do texto, uma outra analogia entre os povos primitivos e a neurose, desta vez, com relação aos governantes, onde este é tomado como uma figura que necessita de proteção, mas da qual também é necessário se proteger. Neste caso, ele ressalta ser comum a presença de hostilidade e também de grande afeição, numa atitude ambivalente. Para Freud (*ibid*, p.65), isto denota que grande parte da atitude de um selvagem para com seu governante seria análoga à atitude infantil de uma criança com o seu pai.

Analisando toda a questão ambivalente que permeia as proibições de um tabu, Freud relembra uma afirmação de Wundt sobre o duplo significado da palavra “tabu”: “sagrado” e “impuro”. Porém, ele comenta que, com seus estudos, chega à conclusão de que:

*(...) a palavra “tabu” possuiu um sentido duplo desde o início e foi usada para designar um tipo específico de ambivalência e tudo o que dela surgia. “Tabu”, em si própria, é uma palavra ambivalente e, olhando-se para trás, sente-se que só o*

*significado bem comprovado da palavra teria tornado possível inferir que as proibições do tabu devem ser compreendidas como conseqüências de uma ambivalência emocional (ibid, p. 79).*

Freud (*ibid*, p. 80) ainda acrescenta que, considerando que a “consciência está relacionada com aquilo de que se está ‘consciente com mais certeza’”, a explicação acerca do tabu lança luz sobre a natureza e a origem da consciência, uma vez que, segundo ele, é possível, sem qualquer distensão do sentido dos termos, falar de uma consciência tabu ou, após um tabu ter sido violado, de um senso de culpa tabu, acrescentando que “[a] consciência tabu é provavelmente a forma mais remota em que o fenômeno da consciência é encontrado” (*ibid*, p. 80).

Freud entende a consciência como uma percepção interna da rejeição de um desejo interno influente. O que Freud salienta é que tal rejeição não necessita apelar para outro apoio, exemplificando a consciência de culpa como a percepção da condenação interna de um ato pelo qual realizamos um determinado desejo.

Este é para Freud um outro ponto de comparação da dinâmica psíquica com os povos primitivos, onde, segundo ele, pode ser observada essa mesma característica na sua atitude com o tabu. Assim, mediante uma ordem emitida pela consciência, qualquer violação da mesma produz um senso de culpa, tido como natural, e de origem desconhecida.

Interessante é a analogia que Freud (*ibid*, p. 81) faz deste processo com a tragédia do Rei Édipo. Ele afirma que o senso de culpa no caso dos tabus não é diminuído se a violação ocorrer sem ser premeditada, assim como ocorreu na referida tragédia, uma vez que Édipo não teve sua culpa mitigada pelo fato de incorrer no erro sem o seu prévio conhecimento e contra sua intenção.

Assim, Freud conclui que parece provável que a consciência tenha surgido a partir de relações humanas bastante específicas, às quais estava ligada uma

ambivalência emocional surgida sob as condições que se aplicam ao caso do tabu e da neurose obsessiva. Estas condições, segundo Freud (*ibid*, p. 81), relacionam-se ao fato de que um dos sentimentos opostos envolvidos é inconsciente e mantido sob repressão pela dominação compulsiva do outro.

Freud chama atenção para o fato de que a expressão dos tabus se dá, principalmente, por meio de proibições, supondo como óbvia a presença do desejo. Com isto, Freud (*ibid*, p. 81-82) afirma que “não há necessidade de se proibir algo que ninguém deseja fazer e uma coisa que é proibida com a maior ênfase deve ser algo que é desejado”.

Assim, Freud avalia que, embora pela tese acima as maiores tentações digam respeito aos tabus, tantos os povos primitivos, quanto sujeitos de outras sociedades, sustentariam que não se sentem tentado a violar seus tabus, e mais, que têm horror a tal violação.

No entanto, Freud (*ibid*, p. 82) ressalta que, ao admitir que não há o desejo desta violação, “tais proibições seriam supérfluas e a consciência ficaria inexplicada e não restaria lugar para as relações existentes entre ela, o tabu e a neurose”.

Desse modo, Freud conclui que o tabu não é uma neurose e sim uma instituição social. Para explicar a diferença existente entre uma neurose e uma criação cultural, Freud exemplifica que, entre os povos primitivos, existe o temor da punição que se segue à violação de um tabu, onde a punição ameaça cair sobre quem quer que tenha sido responsável pela violação do tabu. Já nas neuroses obsessivas, o que o paciente teme, se efetuar alguma ação proibida, é que o castigo caia não sobre si próprio, mas sobre alguma outra pessoa, geralmente, próxima e querida.

Quando a violação de um tabu não é automaticamente vingada na pessoa do transgressor surge entre os povos primitivos um sentimento coletivo de que todos eles estão ameaçados, efetuando eles próprios a referida punição. Freud (*ibid*, p. 83-84) ressalta que, neste caso, a questão presente é o medo do exemplo infeccioso, da tentação a imitar, ou seja, do caráter contagioso do tabu. Assim, Freud julga que este é um dos fundamentos do sistema penal humano e baseia-se na pressuposição de que os impulsos proibidos encontram-se presentes tanto no criminoso como na comunidade que se vingam.

Sobre a questão da neurose, Freud (*ibid*, p. 84) explica que, no começo da doença, a ameaça do castigo aplica-se ao próprio paciente, somente depois que o medo mortal desloca-se para uma pessoa amada. Freud exemplifica que, na raiz da proibição existe sempre um impulso hostil contra alguém que o paciente ama, e toma como exemplo o desejo de que essa pessoa morra. Esse impulso é reprimido por uma proibição e esta se liga a algum ato específico que, por deslocamento, represente talvez um ato hostil contra a pessoa amada. Existe uma ameaça de morte se o ato em questão for realizado. Freud destaca que, por meio deste processo, o desejo original de que a pessoa morra ainda é substituído pelo medo de que ela possa morrer.

Ao concluir esta idéia, Freud (*ibid*, p. 85) analisa que a influência determinante nas neuroses é exercida por forças instintivas de origem sexual; enquanto as formações culturais correspondentes, por outro lado, baseiam-se em instintos sociais que têm, em sua origem, uma combinação de elementos egoístas e eróticos.

### 2.3 O tabu do incesto: sexualidade infantil e complexo de Édipo

Outro importante ponto ressaltado por Freud em *Totem em Tabu* encontra-se na quarta parte deste texto, intitulada *O retorno do totemismo na infância*, onde após suas hipóteses relativas à constituição dos tabus, ele retoma a questão do horror ao incesto.

Freud (1913, p. 128) adverte que explicar o horror ao incesto pela existência de uma antipatia instintiva pelas relações sexuais com os parentes consangüíneos é insatisfatório porque a despeito deste suposto instinto, o incesto não é um fato fora do comum.

Quanto a isto, Freud cita Westermarck, que explicou o horror ao incesto baseando-se em que:

*[há] uma aversão inata às relações sexuais entre pessoas que vivem juntas com muita intimidade desde a infância e que, como essas pessoas são, na maioria dos casos, aparentadas pelo sangue, esse sentimento naturalmente apareceria no costume e na lei como um horror à relação sexual entre parentes próximos (Westermarck apud Freud, 1913, p. 128).*

Freud também refere-se a Havelock Ellis que afirma que:

*Entre aqueles que foram criados juntos desde a infância, todos os estímulos sensoriais da visão, audição e tato foram amortecidos pelo uso, levados ao nível calmo da afeição e privados de sua potencia de despertar a excitação eretística que produz a tumescência sexual (Ellis apud Freud, 1913, p. 128).*

Com relação à consideração de Westermarck, Freud analisa que determinado instinto biológico dificilmente se desviaria tanto em sua expressão psicológica que, em vez de aplicar-se aos parentes consangüíneos (com quem relações sexuais

podem ser prejudiciais à reprodução), afetasse pessoas totalmente inócuas a esse respeito, simplesmente por partilharem um lar comum.

Para tecer tal crítica, Freud recorre a um comentário de Frazer sobre o assunto:

*Não é fácil perceber porque qualquer instinto humano profundo deva necessitar ser reforçado pela lei. (...) A lei apenas proíbe os homens de fazer aquilo a que seus instintos os inclinam; o que a própria natureza proíbe e pune. Seria supérfluo para a lei proibir e punir. (...) Desse modo, em vez de presumir da proibição legal do incesto que existe uma aversão natural a ele, deveríamos antes pressupor haver um instinto natural a seu favor e que se a lei o reprime, como reprime outros instintos naturais, assim o faz porque os homens civilizados chegaram à conclusão de que a satisfação desses instintos naturais é prejudicial aos interesses gerais da sociedade (Frazer apud Freud, 1913, p. 129).*

Freud acrescenta a estes argumentos que as descobertas da psicanálise tornam a hipótese de uma aversão inata à relação sexual incestuosa totalmente insustentável. Ao contrário, como já tinha sido afirmado por ele, ele reitera que as mais precoces excitações sexuais dos seres humanos são invariavelmente de caráter incestuoso e que tais impulsos, quando reprimidos, desempenham um papel que pode ser seguramente considerado como força motivadora de neuroses, na vida posterior.

Como será visto no terceiro tópico deste trabalho, não há um consenso teórico a respeito desta idéia freudiana, uma vez que há autores que trazem idéias contrárias a esta, como Westermarck, por exemplo, que defende que haveria uma aversão natural entre pessoas que conviveram durante a infância. É importante ressaltar que este autor não defende a existência de uma aversão inata, porém, defende que esta aversão se desenvolveria naturalmente entre tais pessoas.

Freud sustenta que o ponto de vista que explica o horror ao incesto como sendo um instinto inato deve ser abandonado. Assim, como também não defende a

teoria de que os povos primitivos perceberam os perigos da endogamia, e daí teria surgido o tabu do incesto, baseado na consciência de tais perigos. Freud (*ibid*, p.134-137) também faz referência ao caso clínico do pequeno Hans<sup>10</sup>, relatando sobre o Complexo de Édipo e o temor da castração. Ele relaciona o caso Hans ao totemismo, com o pai no lugar de animal totêmico, explicando: se o animal totêmico é o pai, então as duas principais ordenanças do totemismo estão aqui em jogo: não matar o totem e não ter relações sexuais com membros do mesmo totem. Freud relaciona estas duas proibições aos dois crimes de Édipo, que matou o pai e casou com a mãe, assim como os dois desejos primários das crianças, cuja repressão insuficiente ou redespertar formam talvez o núcleo de todas as psiconeuroses. Com este argumento, Freud levanta a hipótese de que o sistema totêmico é um produto das condições presentes no complexo de Édipo.

Freud lança mão neste texto, das observações de Robertson Smith acerca da “refeição totêmica” e também do mito da horda primeva de Darwin. Ele os relaciona com o complexo de Édipo. Na horda primeva, há a figura do pai possessivo, violento, autoritário, que desperta a hostilidade dos filhos, a tal ponto destes planejarem a sua morte e o devorarem em um banquete. Isto poderia destruir a ordem social, pois não havia mais a figura de autoridade demarcando os limites entre os indivíduos. No entanto, este banquete proporciona a introjeção da lei paterna, e o sentimento de culpa oriundo do ato em questão seria a base da moralidade, da nova organização social e da religião.

---

<sup>10</sup> Caso clínico relatado por Freud, onde um menino de cinco anos apresenta uma fobia de cavalos, relacionada à figura do pai, e onde está presente o temor da castração. Freud relaciona este caso também aos seus Três Ensaios sobre a Sexualidade Infantil.

Assim, Freud (*ibid*, p. 147) mantém que os dois tabus do totemismo que teriam originado a moralidade humana não estão psicologicamente no mesmo nível. O primeiro deles, a lei que protege o animal totêmico, fundamenta-se inteiramente em motivos emocionais: o pai ameaçador e castrador fora realmente eliminado e, em nenhum sentido real podia ser desfeito. No entanto, Freud adverte que a segunda norma, a proibição do incesto, tem também uma base prática, além da emocional, uma vez que os desejos sexuais não unem os homens, mas os dividem, pois os irmãos uniram-se para livrarem-se do pai, mais ainda eram rivais entre si, com relação às mulheres. Assim, uma vez que os irmãos queriam viver juntos, ocorreu a instituição da lei contra o incesto, pela qual todos, de igual modo, renunciavam às mulheres que desejavam e que tinham sido o motivo principal para se livrarem do pai.

Para Moreira (2004, p. 223), a possibilidade da alteridade no movimento do Édipo, surge a partir deste ponto, da morte do pai totêmico, quando os irmãos passam a questionar sobre a sua responsabilidade. Neste momento, haveria uma identificação entre os irmãos, reforçada por um ideal comum: o pai introjetado.

No sentido de reforçar o que Freud vem relacionar entre o complexo de Édipo e o totemismo, Moreira (2004, p. 222) analisa que ele associa o mito da horda com o totemismo e o complexo de Édipo, utilizando o caso do pequeno Hans, como ponto de interseção entre as discussões sociobiológicas e a teoria psicanalítica, e argumenta que:

*Para Freud, a estruturação da organização totêmica segue a lógica do sintoma fóbico de Hans. O Totem é geralmente um animal que demarca os limites, deveres e direitos do grupo e entre os grupos, e será a partir do totemismo que surgirá a exogamia. A relação entre os membros do mesmo totem é considerada como incestuosa. O Tabu é proveniente do totem e expressa o sagrado, o proibido. A organização totêmica impõe uma lei a que todos devem se submeter (*ibid*).*

Colocado desta forma, o totem apresenta-se similar ao pai edípico, no sentido de que ambos representam a lei de proibição do incesto, sendo os representantes do outro-abstrato.

Deste modo, como já foi dito anteriormente neste trabalho, o que resultaria de todo este processo postulado por Freud, ao explicar o complexo de Édipo, e a sua incursão nas explicações antropológicas para o tabu, é que o superego seria um herdeiro do complexo de Édipo, e representante da lei da proibição do incesto.

Ou seja, Freud construiu com a sua teoria uma hipótese para a base da moralidade humana, mediante a qual os sujeitos introjetam as leis que os possibilitam viver em família e em sociedade. Conclui-se, dessa forma, que, para Freud, a introjeção das leis sociais, seja por meio dos tabus dos povos primitivos, ou por meio da vivência do complexo de Édipo, desempenha um fundamental papel para a organização social e familiar.

Neste sentido, o próximo tópico se destina a continuar a discussão acerca do tabu e de como se deu a sua constituição sob a visão de outros teóricos, particularmente nas idéias sobre o tema surgidas na segunda metade do século XX.

### 3. A EVITAÇÃO DO INCESTO ENTRE A NATUREZA E A CULTURA

Quando falamos em relações familiares faz-se necessário tocar nas questões referentes ao tabu do incesto, como norteador de alguns comportamentos sociais. Além disso, na proposta de falar da compreensão da Psicanálise para as relações familiares, chegaremos à questão do tabu do incesto, por meio da idéia do Complexo de Édipo, assim como foi exposto no tópico anterior.

Freud propõe uma determinada explicação para a utilização dos mitos e tabus no decorrer da história das sociedades, já discutida anteriormente neste trabalho. O presente tópico expõe a visão da ciência para o tabu do incesto em seu percurso histórico a partir da segunda metade do século XX, e qual a sua provável explicação para a instituição deste tabu pelas sociedades.

A importância desta discussão situa-se na premissa de que tal tabu se torna essencial para a organização familiar e a ordem social, o que vai diretamente ao encontro do tema do presente trabalho, em sua exposição de algumas questões referentes às relações familiares. Tal discussão se justifica também pela presença de vítimas de incesto nas entidades de abrigo, em especial, no abrigo em questão neste trabalho. Além disso, é importante falar das questões que permeiam as relações incestuosas, que eventos poderiam levar à sua incidência, e quais suas conseqüências para os sujeitos em questão.

De acordo Hérítier (1997, p. 95):

*(...) o pensamento antropológico estabeleceu desde sempre uma ligação direta entre a proibição do incesto e a lei exogâmica que orienta para o exterior a escolha do cônjuge. (...) as situações de parentes abrangidas pela proibição do incesto são muito diferentes segundo as sociedades em que se encontra esta proibição. O incesto não suscita sempre e em toda a parte reflexos intensos de repulsa ou de horror (...).*

Na verdade, Hérítier também comenta que a experiência etnológica mostra que, em termos universais, se não ocorre uma autêntica proibição do incesto, há, pelo menos, uma forma de regulamentação das práticas sexuais entre parentes mais próximos. O que é fato é a diferença das relações entre as diversas sociedades, no sentido do que é, ou não, lícito.

### **3.1 A evolução da visão científica acerca do tabu do incesto**

Em fevereiro de 2000, foi realizada uma conferência na Universidade de Stanford, pela inauguração do novo Departamento de Ciências Antropológicas, cujo tema escolhido foi a relação entre a biologia e cultura, com ênfase na relação entre cruzamento consangüíneo e o tabu do incesto.

Com base nesta conferência, Wolf *et alii* (2005) organizaram um livro que trata este tema, sob diversos aspectos. Assim, é traçado um histórico das mudanças na visão científica acerca do tabu do incesto. A partir deste histórico, serão apresentadas aqui as principais perspectivas sobre tal tabu.

Muitas tentativas de explicação para a constituição do tabu do incesto tomaram como prerrogativa a consciência por parte das sociedades de que relações incestuosas teriam como fruto prejuízos para a prole. Daí decorre que a relação entre o cruzamento consangüíneo e o tabu do incesto permeia diversas posições teóricas apontadas neste histórico.

Wolf (2005, p. 2) observa que a maioria das opiniões da chamada “ciência moderna”, entre os anos 1878 e 1953, negava que o casamento entre parentes trouxesse prejuízo, como uma reação à sugestão de Edward Westermarck, segundo

a qual “a causa física” do tabu do incesto tem alicerces biológicos nas conseqüências prejudiciais trazidas pelas uniões entre parentes próximos. Esta sugestão, inspirada em Charles Darwin e Alfred Wallace, recebeu duras críticas de outros estudiosos, tais como, Lord Raglan, Bronislaw Malinowski e Robert Briffault, que afirmaram não haver relatos de efeitos prejudiciais nos cruzamentos consangüíneos.

Em 1934, Westermarck rebateu as críticas, mas seus argumentos continuavam sendo ignorados. Assim, Leslie White, em 1949, escreveu que o cruzamento consangüíneo não causa degeneração, mas somente intensifica a herança dos traços, bons ou ruins. Ele cita o exemplo de Cleópatra, que apesar de ser fruto da descendência de contínuos casamentos de irmãos / irmãs, ao longo de muitas gerações, ela era “não somente bonita, vigorosa, intelectual, mas também prolífica...” (*apud* Wolf, 2005, p.2).

Em 1956, Aberle e outros especialistas se encontraram em Stanford para discutir a questão, e também se posicionaram no sentido de que o cruzamento consangüíneo não é necessariamente deletério (*ibid*, p.3). Mas quando publicaram os resultados de suas deliberações em 1963, tiveram que mudar seu posicionamento, em virtude da chamada “nova informação”. A “nova informação” foi, em primeiro lugar, a constatação de que “a proporção de genes recessivos letais e deletérios em relação aos genes vantajosos, era, de fato, muito alta”, e, em segundo, a constatação de que “a porcentagem de indivíduos homozigotos para recessivos letais ou deletérios eleva-se severamente”. Isto ia exatamente de encontro à hipótese de Westermarck, mostrando que esta poderia estar correta.

Para Bittles (*apud* Wolf, 2005, p. 38-60), a questão não é o fato de o cruzamento consangüíneo ser prejudicial; mas sim, o quanto é prejudicial. Sua

preocupação é que a raridade de uniões entre irmãos e entre pais-filhos, combinado com o fato de estas uniões serem tabus, pode ter levado pesquisadores e produtores de política social a superestimar os perigos do cruzamento consangüíneo entre parentes próximos.

A solução de Bittles para este problema é usar uniões entre primos e entre tios-sobrinhas para estimar os perigos das uniões entre irmãos e pais-filhos. A vantagem deste método é que essas uniões são corriqueiras em muitas partes do mundo, possibilitando numerosos estudos acerca das conseqüências biológicas de tais casamentos. Os estudos sugerem um número significativo de mortes e incapacidades.

Apesar da “nova informação” indicar que o cruzamento consangüíneo seria, pelo menos, perigoso, Aberle e seus colaboradores rejeitaram a possibilidade de que o homem primitivo tenha reconhecido este perigo. Hérítier (1989, p.97), também realiza tal questionamento, sob a alegação da impossibilidade de grupos primitivos se alarmarem diante de tais perigos pouco manifestos, a ponto de instituírem todos a mesma proibição em prol da sua sobrevivência.

Dessa forma, foi recusada uma explicação de cunho mais ingênuo para o tabu do incesto, segundo a qual o tabu do incesto seria uma profilaxia instituída conscientemente pelas sociedades. Com esta recusa Aberle e seus colaboradores (1963), com o objetivo de encontrar outro argumento que explicasse a instituição do tabu do incesto, consideraram a possibilidade de este ser um dispositivo encontrado também em outras espécies. Para isso levaram em conta a experiência de Hess, estudioso presente no workshop de Stanford, e que apontou, num trabalho experimental, que gansos de uma mesma ninhada, quando criados juntos, nunca acasalam entre si.

Isto é uma evidência da chamada “hipótese de Westermarck”. Ele argumenta que o cruzamento consangüíneo entre parentes próximos é prejudicial, mas não diz que é o reconhecimento deste fato que leva ao tabu do incesto. Em vez disso, ele argumenta que existe uma tendência inata a desenvolver uma aversão a relações sexuais com pessoas que foram próximas durante a infância.

Ou seja, Westermarck desvincula a instituição do tabu do incesto da questão do cruzamento consangüíneo. Para ele, a tendência inata para aversão, e que não é reconhecida dos perigos do cruzamento consangüíneo, é a fonte do tabu do incesto. Esta hipótese de Westermarck trata da chamada “associação precoce”, que designa o convívio entre pessoas na infância, o que representa uma associação, em termos de relações interpessoais, em tempo precoce, nos seus primeiros anos de vida.

Aberle *et alii* comentam que esta idéia, caracterizada por eles como “teoria da indiferença”, tem dificuldades lógicas e empíricas. As “dificuldades lógicas” referem-se à afirmação de Sir James Frazer de que a própria existência do tabu do incesto seria suficiente para provar que Westermarck estava errado. Em suas palavras:

*Em vez de supor, portanto, a partir da proibição legal do incesto, que há uma aversão natural ao incesto, nós deveríamos supor que há um instinto natural a favor do incesto, e que se a lei o reprime, como reprime outros instintos naturais, o faz porque o homem civilizado chegou à conclusão de que a satisfação destes instintos naturais é prejudicial aos interesses gerais da sociedade. (apud Wolf, 2005, p. 5).*

Este argumento tem sido repetido pelos críticos de Westermarck, sendo citado por Sigmund Freud em 1911, como já visto anteriormente neste trabalho.

Freud afirma também que “as investigações psicanalíticas têm mostrado, sem dúvida, que uma escolha de amor incestuosa é certamente a primeira e a que

acontece freqüentemente” (*apud* Wolf, 2005, p. 5). E esta afirmação é avaliada por Aberle e seus colaboradores como sendo a dificuldade empírica da teoria da indiferença.

Assim, para Wolf (2005, p. 5), o pensamento social do século XX caminhou na direção de um “fundamentalismo funcionalista”, pela visão de que a natureza humana é egoísta e indisciplinada (talvez até pecaminosa), e que serve de requisito para a interpretação de que as leis existem porque são necessárias.

No entanto, ao rejeitar Westermarck em favor de Freud, o pensamento “fundamentalista funcionalista” teve que encontrar uma outra fonte, além da natureza biológica, para o tabu. Assim, a solução foi ressuscitar e remodelar a antiga sugestão de Edward Burnett Tylor (1889), segundo a qual, entre as tribos de cultura primitiva, o meio para manter alianças é a ligação por casamento, onde o tabu do incesto seria somente um meio de implementar a exogamia.

A partir desse raciocínio foi possível chegar à conclusão de que o tabu do incesto é o meio pelo qual os seres humanos transcenderam sua natureza animal. Para Leslie White e Lévi-Strauss, isto faz do tabu do incesto a passagem entre natureza e cultura. Com relação a isto, White afirma que “[se] as pessoas forem proibidas de se casar com seus pais ou irmãos, eles serão obrigados a casar em alguma outra família” (*apud* Wolf, 2005, p. 7), enquanto Lévi-Strauss defende que:

*a proibição do incesto é, certamente, um tipo de remodelagem das condições biológicas de acasalamento e procriação (...). É aí, e somente aí, que nós encontramos a passagem da natureza para a cultura, da vida animal para a vida humana (...)* (*apud* Wolf, 2005, p. 7).

Aberle *et alii* (1963) acabaram por aceitar a evidência indicadora de que o cruzamento consangüíneo é prejudicial, e também aceitaram a afirmação de Freud de que os seres humanos são naturalmente inclinados a acasalar e casar em

família. Com isso, argumentaram que o tabu do incesto foi instituído para manter a ordem na família.

Para Wolf (2005, p. 9), esta ainda não era uma boa explicação, pois ela vê o tabu do incesto, por um lado, como promissor, levando a uma existência mais saudável, mais ordenada, mas, por outro, como uma utopia, ao considerar que a natureza humana é incestuosamente inclinada.

Esta visão da posição de Freud é um tanto simplista, pois, se Freud defende a existência universal de uma atração sexual incestuosa, ele também considera que o recalque (repressão) dessa inclinação faz parte do desenvolvimento normal do ser humano. Entretanto, o que a hipótese de Westermarck propõe é que a inibição da atração sexual entre parentes próximos deriva de uma inclinação também natural, sendo essa inibição dirigida àqueles com quem houve uma associação (convivência) nos primeiros tempos da infância.

A partir da década de 60, alguns trabalhos trouxeram apoio à hipótese de Westermarck. Em 1962, Robin Fox publicou um ensaio no qual argumentou que a reação à possibilidade de sexo entre pessoas que tiveram experiência corporal próxima quando crianças “varia do ‘repugnante’ ou ‘inconcebível’ ao ‘indiferente’”. Esta reação de indiferença é o que encontramos de mais interessante, e mais negligenciado, devido à rejeição superficial da observação de Westermarck” (*apud* Wolf, 2005, p. 9).

O ensaio de Fox foi seguido por outros três estudos. O primeiro deles foi o estudo de Yonina Talmon, em 1964, sobre as relações sexuais entre pessoas que passaram a infância juntas em dois kibbutzim israelitas. Quatro anos depois, foi publicado o relatório do próprio Arthur P. Wolf sobre as conseqüências sexuais de casamentos entre menores de idade em Taiwan; e menos de uma década depois,

Joseph Shepher divulgou o levantamento de uma grande amostra de casamentos em Israel. Westermarck chama atenção para o fato de que os três estudos documentaram “uma falta de inclinação para... relações sexuais entre pessoas que tivessem vivido juntos, em um relacionamento longo e contínuo, de um período da vida quando as ações do desejo sexual, pelo menos em sua forma mais aguda, estão naturalmente fora de questão.” (*apud* Wolf, 2005, p.9).

De acordo com Hérítier (1989, p. 97-98), tais estudos tendem a mostrar o oposto da teoria freudiana, pois mostram que, após uma livre expressão da sexualidade no período do Complexo de Édipo, com a chegada da puberdade, uma aversão pelo incesto se desenvolveria, em virtude da familiaridade de uma “educação fraternal”. Esta interpretação de Hérítier acerca desta hipótese freudiana está equivocada, uma vez que, segundo Freud, o recalque do complexo de Édipo se dá na infância – não na puberdade – antes do período de latência, conforme já foi discutido em tópico anterior neste trabalho.

Conforme tem sido exposto ao longo deste tópico, a segunda metade do século XX viu as duas principais mudanças na concepção relativa à questão do incesto. A primeira é a de que o cruzamento consanguíneo entre parentes próximos, de fato, é prejudicial. A segunda é a descoberta de que entre a maioria dos mamíferos e entre todos os primatas – incluindo humanos – a associação precoce inibe a atração sexual.

Especialmente, estudos com primatas – babuínos, gorilas, chimpanzés, etc – mostram evidências de algo semelhante à estampagem assexual<sup>11</sup>, o que apóia a

---

<sup>11</sup> O conceito de “asexual imprinting” ou estampagem assexual, diz respeito ao processo pelo qual, pelo convívio próximo em período precoce da vida, primatas humanos ou não-humanos, e até outras

idéia de Westermarck de que esta proximidade precoce constitui uma importante razão para a evitação do incesto (*apud* Wolf, 2005, p.6).

Uma questão que permanece é que, como Wolf observa, o tabu do incesto não é um problema de auto-regulação, mas sim de condenação pública. O fato de que a associação precoce inibe a atração sexual explica porque a maioria das pessoas evita relações sexuais com seus pais e irmãos, mas não explica porque eles condenam outras pessoas que mantenham relações sexuais com seus parentes e seus irmãos. Para Wolf, a razão para tal condenação seria que, por provocar a aversão, o comportamento incestuoso causa dor, sofrimento.

Nos levantamentos realizados por Fox, Talmon e Wolf, já citados anteriormente neste trabalho, o resultado foi, como Westermarck predisse, uma aversão às relações sexuais, entre pessoas que vivenciaram a associação precoce, quando adultos. No entanto, Wolf chama atenção para o fato de que em nenhum dos casos a aversão causada pela associação precoce produziu uma tendência a condenar as relações sexuais entre os que foram criados juntos.

A argumentação de Westermarck é de que a associação precoce provoca uma aversão sexual que dá origem ao tabu do incesto. No entanto, seus críticos argumentam que a aversão que ele identifica é um resultado do tabu do incesto, não sua fonte.

O conteúdo da aversão e o conteúdo do tabu não são os mesmos. A aversão diz respeito às relações com as pessoas com as quais determinado sujeito foi criado, enquanto o tabu está relacionado à união entre pessoas que são classificadas como parentes próximos.

---

espécies animais, passam a evitar sexualmente, aqueles com quem mantiveram fortes nos primeiros anos de vida.

Assim, é provável que as aversões causadas pela associação na infância sejam experimentadas em termos de parentesco, não havendo razão para esperar que casamentos envolvendo associados na infância, que não sejam irmãos ou possuam algum tipo de parentesco mais próximo, provoquem desaprovação.

Para Wolf, o tabu do incesto tem essa intensidade moral peculiar, e o que produz a desaprovação moral do incesto é o fato de que a desaprovação é geral e não se apresenta para servir qualquer interesse egoísta. Em suma, é moral porque a desaprovação é, geralmente, autorizada, em termos sociais.

Para Arnhart (*apud* Wolf, p. 18), Westermarck, reconhecendo o conteúdo moral do tabu do incesto, recusou-se a fazer a distinção deste conteúdo a partir das raízes psicológicas do tabu e de suas origens biológicas. Em vez disso, ele atribuiu o conteúdo moral do tabu às mesmas fontes da aversão responsáveis pela evitação do incesto.

Mark Erickson e Wolf (Wolf, 2005, p. 18) argumentam que não é coincidência o fato de evitarmos sexualmente aquelas pessoas com as quais somos mais fortemente apegados quando crianças. Evitação e apego têm se desenvolvido juntos a partir do centro emocional do relacionamento pais-filhos. Para esses autores, assim, é fácil ver porque líderes seculares e religiosos que se estabelecem como “pai e mãe do povo” aumentam o âmbito do tabu do incesto e promulgam severas sanções contra o incesto. Estabelecendo proibições relativas ao incesto, há uma espécie de padronização da conduta emocional, que acaba por ajudar a justificar politicamente uma posição paternalista. Freud teceu comentários semelhantes na sua obra *Totem e Tabu*, quando falou do tabu relativo aos governantes, e comparou o comportamento de um selvagem para com seu governante, com o comportamento de uma criança para com seu pai, conforme já comentado em tópico anterior.

Cabe observar que um povo governado por uma figura com tamanha representatividade parental tem sobre si um governo que funcionará como uma autoridade a toda prova, e da qual se espera a resolução de todos os problemas, a quem se deve respeito e distanciamento. Este tipo de posicionamento político torna facilmente este povo em massa de manobra.

### **3.2 Questões clínicas a respeito do incesto**

É evidente que as situações de incesto não são prevalentes na maioria das sociedades, tampouco na sociedade na qual estamos inseridos. No entanto, não é possível negar a sua ocorrência. Talvez, atualmente, mais situações incestuosas estejam vindo à tona, tornando-se públicas, deixando transparecer o há muito já ocorria de modo encoberto.

Daí a importância da discussão a respeito das conseqüências advindas de situações de incesto, uma vez que, ainda que não seja regra a ocorrência de relações incestuosas, elas de fato ocorrem em diversas famílias. As diversas entidades de abrigo espalhadas pelo país recebem a todo o momento crianças e adolescentes abusados sexualmente por seus pais, tios e outros parentes.

Mark T. Erickson (2005, p. 161-189), quando escreve sobre a atual compreensão clínica sobre o incesto, descreve situações encontradas em seu treinamento em psiquiatria, nos anos 80, acerca de um grupo de pacientes cuja grande variedade de sintomas tornava confuso o diagnóstico. Ele afirma que os registros destes pacientes, que eram, em sua maioria, mulheres, mostraram que os psiquiatras anteriores estavam igualmente confusos. Sobre esta época, pesquisas

revelaram que a prevalência do incesto era maior do que o imaginado. Esta descoberta gerou uma rápida expansão da pesquisa sobre os efeitos do incesto. Estudos documentaram que a ocorrência da situação de incesto, freqüentemente associada à negligência na infância e ao abuso físico, teria predisposto os sujeitos envolvidos a diversas dificuldades, as quais ele relata:

*(...) distúrbio de stress pós-traumático, depressão crônica, dependência de álcool e drogas, auto-mutilação, tentativas de suicídio, distúrbio de personalidade borderline, distúrbios de ansiedade, distúrbios somatoformes, bulimia nervosa, e dissociação.* (Erickson, 2005, p. 161).

Erickson ressalta o progresso relativo ao tratamento de tais efeitos. Segundo ele, enquanto clínicos descobriram que a prevalência do incesto entre humanos é maior do que se imaginava, biólogos descobriram que o incesto é raro na natureza. Além disso, antropólogos demonstraram convincentemente que os humanos herdaram uma propensão a evitar o incesto.

Para Erickson, a evitação do incesto, presumivelmente, desenvolveu-se, tanto em espécies humanas quanto não-humanas, por causa dos efeitos nocivos do cruzamento consangüíneo. Para ele, a evitação do incesto não é incorporada à estrutura física, ou presente no nascimento, mas, até certo ponto, depende da associação próxima entre parentes desde os primeiros anos de vida, sendo suscetível de desestruturação. Em espécies que naturalmente evitam o incesto, inclusive os humanos, há muito mais probabilidade de que ocorra o incesto, se a associação precoce for impedida.

A proposta de Erickson é reconciliar a biologia da evitação do incesto<sup>12</sup> com a compreensão clínica atual acerca do incesto. Para tal, ele faz uma revisão da literatura sobre a biologia de evitação do incesto, além da discussão sobre a pesquisa clínica sobre o incesto dentro deste contexto. Ele argumenta que o estudo do tema por este prisma faz com que surja um modelo integrativo da evitação do incesto, como uma adaptação biológica, e o incesto como uma manifestação patológica. Para Erickson, as implicações destas hipóteses são discutíveis, e muitos clínicos acreditam numa epidemia de incesto. Ele ressalta que, embora esta afirmação seja difícil de provar, há razão para acreditar que práticas culturais, inexistentes em nosso passado evolutivo, possam desestruturar nossa propensão natural para a evitação do incesto. Segundo ele, isto pode aumentar a prevalência do incesto – particularmente o abuso incestuoso de crianças.

Erickson reafirma questões já expostas por Wolf, citando a idéia de Freud de que os humanos são, por natureza, incestuosos, e dando destaque à chamada hipótese de Westermarck, na qual a evitação do incesto se dá pela associação precoce, já discutida anteriormente neste trabalho.

Erickson relata que, desde 1980, a prevalência do incesto tem sido estudada, e apresenta uma tabela que resume os estudos mais amplos, compreendendo um número de 17045 indivíduos pesquisados (9391 mulheres e 7654 homens). Somente o incesto dentro da família nuclear foi incluído nesta tabela. Padrastos, tios, primos e outros parentes não-imediatos foram excluídos. A razão para esta exclusão

---

<sup>12</sup> Assim como Wolf designa como psicologia da evitação do incesto a dinâmica psíquica envolvida em tal evitação, Erickson se utiliza daquilo que ele chama biologia da evitação do incesto para avaliar os prováveis mecanismos biológicos que possam estar envolvidos no comportamento de se evitar situações incestuosas. Ou seja, o que ele avalia é a influência da evolução biológica sobre o desenvolvimento de tal comportamento de evitação.

foi encontrar uma aproximação da prevalência do incesto, apesar da suposta associação precoce, fornecendo assim uma média da frequência com que o efeito Westermarck, ou a evitação do incesto falha. Pode ser notado, no entanto, que padrastos, cuja associação precoce com suas afilhadas é improvável, apresentam maior probabilidade de cometer incesto do que pais biológicos. Além disso, Erickson chama atenção para o fato de que a prevalência do abuso sexual precoce, de todas as formas possíveis, tem sido encontrada em número maior do o que se imaginava. O autor cita Russel, que encontrou 28% de mulheres, de uma amostra ao acaso, que relataram alguma forma de abuso sexual antes dos catorze anos de idade (Erickson, 2005, p. 165).

A intenção primária das pesquisas sobre a prevalência tem sido determinar a frequência dos encontros sexuais intra-familiares em qualquer grau de parentesco e de qualquer tipo. Portanto a definição do incesto utilizada nestas pesquisas cuida de ser, até certo ponto, ampla, incluindo exibicionismo, carícias e relações sexuais. A tabela utilizada por Erickson inclui estudos nos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Finlândia e Suíça, e apresentam diferenças metodológicas entre si.

Algumas pesquisas procuraram a prevalência de formas mais severas de incesto. Daniel Halperin *et alii* encontraram que a predominância do incesto na qual ocorreu penetração é de 0,3%. Diana Russel definiu a forma mais severa de incesto como relação completa, ou tentativa, ou sexo oral. Utilizando esta definição, ela encontrou uma predominância de 0,8% tanto para incesto pai-filha, quanto para irmão-irmã. Anthony Baker e Sylvia Duncan encontraram que a predominância de relações sexuais “com um parente de sangue” é de 0,25%. “Parente de sangue” não foi claramente definido, então esta descoberta pode incluir pessoas fora da família imediata. Não há estudos que examinem especificamente a predominância do

incesto mãe-filho. No entanto, McCarty encontrou que 4% de uma população de delinquentes sexuais condenados em um programa de tratamento metropolitano eram mães que haviam abusado sexualmente de seus filhos (Erickson, 2005, p. 165-166).

O autor também ressalta que muitos estudos têm examinado a frequência de gestações causadas pelo incesto. Dentro dos Estados Unidos, as estimativas têm variado de 1% a 20%. Parece ter havido uma diminuição na gravidez por incesto em décadas recentes na medida em que o controle de natalidade se tornou mais amplamente disponível.

### **3.3 Incesto com associação precoce**

Erickson (2005) questiona se a ausência de associação precoce entre parentes torna o incesto mais provável:

*[o] incesto sem associação precoce é fenomenologicamente distinto do incesto com associação precoce? O incesto com associação precoce tem características recorrentes? Assim sendo, estas características sugerem por que o efeito Westermarck é variável? (Erickson, 2005, p. 166)*

Erickson aponta que famílias incestuosas freqüentemente apresentam uma fachada de respeitabilidade, e diz que, com uma investigação mais próxima, é possível perceber que seu aparente bem-estar é ilusório.

A prática profissional como psicóloga no serviço público em duas prefeituras municipais, uma no serviço de promoção e bem-estar social, onde atuo em um programa de atendimento familiar, e também em entidade de abrigo – prática utilizada como referência no presente trabalho – e outra como psicóloga na

educação, permite-me dizer que algumas famílias, sim, mantêm sua fachada de respeitabilidade como afirma Erickson. No entanto, é possível complementar este posicionamento de Erickson, dizendo que muitas famílias nas quais ocorrem incestos e/ou abusos físicos apresentam-se notoriamente desestruturadas, de modo que até os membros da comunidade onde estão inseridas estas famílias, mesmo na sua compreensão leiga, notam desajustes em sua dinâmica.

Clínicos têm encontrado repetidamente que o comportamento intra-familiar de famílias incestuosas é completamente perturbado. Philip Madonna, Susan Van Scoyk, e David P. Jones (*apud* Erickson, 2005, p. 166) encontraram que, numa escala padronizada de avaliação familiar, famílias incestuosas tendem a se classificar dentro de uma faixa severamente disfuncional. Entre famílias não incestuosas, utilizadas como controle na pesquisa, havia limites claros entre os indivíduos, seguidos de uma intimidade apropriada; estes limites eram muito menos distintos em famílias incestuosas. Famílias incestuosas eram ineficientes na resolução conflitos, além de carentes em empatia. Pais tendiam a ser negligentes, indisponíveis emocionalmente, e incapazes de apoiar autonomia nos filhos. Além disso, alcoolismo, abuso de drogas, e discórdia matrimonial são fatores mais comuns em famílias incestuosas, que também tendem a apresentar um número de filhos maior que a média.

Erickson ressalta ainda que, no incesto pai-filha, pais freqüentemente oferecem presentes e privilégios especiais a suas filhas a fim de ganharem favores. Esta relação especial pode ser a única fonte de afeto da filha, história presente em relatos de tantas meninas também no Brasil. No entanto, mesmo quando esta é a única fonte de afeto conhecida, quando pais cometem incesto, a experiência da filha é, quase invariavelmente, de medo, nojo, descrença, confusão, raiva e vergonha.

Ele fala do estudo de Patrícia Phelan (Erickson, 2005, p. 167) sobre o incesto pai-filha, onde foi encontrado que nenhuma das filhas iniciou a atividade ou gostou do que aconteceu. Assim, Erickson ressalta que, dada a associação precoce, é somente em raras ocasiões que o incesto parece ser emocionalmente aceitável para uma filha.

Erickson afirma que mães, consciente ou inconscientemente, são freqüentemente cúmplices no incesto pai-filha. De maneira sutil, uma mãe pode encorajar, ou pelo menos não desencorajar, o comportamento incestuoso de seus maridos. Com isso, filhas que confiam em suas mães são geralmente desapontadas amargamente. Mães, até quando completamente conscientes do incesto paterno, freqüentemente não defendem suas filhas. Não é surpreendente que vítimas de incesto pai-filha tenham imagens esmagadoramente negativas sobre suas mães. Ainda é possível avaliar, na prática profissional, que muitas dessas mães são dependentes economicamente dos seus maridos, ou ainda, possuem uma estrutura emocional ou psicológica limitada, o que as torna incapazes na defesa de sua prole. No abrigo em questão neste trabalho, foi recebido caso semelhante que será relatado em momento posterior.

Sobre isso, Erickson cita o estudo de Judith Herman (*apud* Erickson, 2005, p. 167), no qual 39 de 40 filhas que foram vítimas de incesto pai-filha tinham imagens extremamente negativas de suas mães, descrevendo-as como frias, indiferentes e não-dedicadas. A única exceção foi uma filha que tinha perdido sua mãe precocemente.

Erickson frisa que, em virtude do incesto mãe-criança ser tão incomum, as informações a esse respeito têm sido extremamente limitadas, consistindo em pouco mais que casos relatados até os estudos de Loretta McCarty e Kathleen Faller.

Juntas, essas autoras reuniram dados sobre sessenta mães condenadas por abuso sexual de seus filhos. Ambas encontraram modelos de patologia extrema dentro da família, onde negligência e abuso físico freqüentemente acompanham o incesto materno (*apud* Erickson, 2005, p.167).

Alguns escritores têm argumentado que o isolamento social e a pobreza podem ser fatores críticos que servem de base ao incesto. Outros estudos contradizem esta noção, propondo que a dominância masculina em uma sociedade paternalista encontra-se na raiz do comportamento incestuoso. Erickson aponta que estudos mais recentes não apóiam esta perspectiva.

Para Erickson, a influência mais saliente no comportamento de incesto pode ser encontrada na experiência de apego infantil dos pais de famílias incestuosas. Pais incestuosos, por exemplo, tipicamente descrevem sua infância como plena de rejeição, negligência, e abuso físico e/ou sexual. A ausência dos pais em virtude de morte ou abandono também é comum. Nas famílias com incesto pai-filha, a experiência precoce da mãe é similarmente sombria. É provável que esta tenha tido uma infância emocionalmente carente, caracterizada pela rejeição e hostilidade, além de freqüentemente ser encontrada uma história de abuso sexual infantil.

Para falar sobre isto, Erickson cita o estudo de McCarty (2005, p. 167) que apresenta extensiva informação sobre a infância de mães incestuosas. Em seu estudo, quase todas as mães descreveram uma infância incessantemente sombria, utilizando adjetivos como “violenta” e “terrível” para descrever sua criação. Abuso físico e/ou sexual eram também extremamente comuns durante a infância destas mães.

Condições similares de desenvolvimento são observadas no incesto entre irmãos. A infância do ofensor, geralmente um irmão mais velho, e a vítima, mais

freqüentemente uma irmã mais nova, é intensamente desagradável. Mães são descritas como “emocionalmente ausentes”, “distantes”, “inacessíveis” ou “negligentes”. Da mesma forma, pais são freqüentemente ausentes, devido à morte, abandono ou divórcio. Se presente, o pai é, geralmente, distante emocionalmente. Naomi Adler e Joseph Schultz (*apud* Erickson, 2005, p. 168) encontraram que 92% dos meninos que cometeram incesto tinham sido abusados sexual e/ou fisicamente por um ou ambos os pais. Além disso, o relacionamento pessoal entre um irmão ofensor e sua irmã é geralmente descrito como não-existente, exceto pelo incesto e abuso físico, muitas vezes, presente como uma espécie de laço, ainda que nocivo.

A respeito da perpetuação dessa violência familiar, e a presença da mesma como uma espécie de elo entre a família, Bowlby escreve um artigo em 1987, apontando a incidência da violência como um indício de desordem na constituição do apego. A perspectiva de Bowlby será abordada mais profundamente posteriormente, neste trabalho.

Outra infeliz constatação é que o incesto é freqüentemente iniciado muito cedo na vida da vítima e o início precoce de muitos dos incestos humanos não parece estar ligado a uma pedofilia fixa. Os que cometem incesto raramente limitam sua atenção sexual em crianças.

Erickson nota que o incesto infligido na criança, e mais geralmente, o abuso sexual infantil, parece ser um comportamento unicamente humano, uma vez que isto não tem sido observado em outras espécies de primatas. Dado que as condições para o estabelecimento da evitação do incesto, ou seja, a associação durante um período sensível, parece ser similar entre mamíferos, esta variação é causa para preocupação. Para Erickson, o incesto cometido em crianças pode refletir uma peculiaridade de nossa espécie, tendo uma explicação mais plausível na suposição

de que esta propensão é devido às influências culturais, raras ou inexistentes em nosso passado evolutivo, o qual interfere no desenvolvimento da evitação do incesto.

### **3.4 Incesto sem associação precoce (após separação precoce)**

Mark T. Erickson (2005, p. 168) cita o estudo de Weinberg, que expressou interesse em seis pares de irmãos incestuosos. Cada irmão de todos os seis pares desejou a relação incestuosa. Não houve evidência de coerção por parte do irmão, como é geralmente o caso no incesto entre irmãos. Embora conscientes de um tabu do incesto, estes irmãos eram, em grande parte, indiferentes a esta ordem. Eles, aparentemente, não apresentavam sentimentos de culpa concernente ao seu relacionamento. Os relacionamentos, com freqüência, haviam começado rapidamente e eram apaixonados. Três dos casais, por fim, casaram-se. Extraordinariamente, todo par tinha sido separado na infância precoce, e somente depois foram reunidos. Ou seja, não houve nestes casos associação precoce, não tendo tais pares vivenciado uma relação de parentesco na infância, o que provavelmente levou-os a avaliar tais relações como não-incestuosas.

Erickson informa que, em 1975, a Grã-Bretanha promulgou o Ato de Acesso aos Registros de Nascimento. Este ato torna possível a indivíduos adotivos acima de 18 anos encontrar parentes biológicos. Uma inesperada consequência deste ato têm sido os sentimentos eróticos freqüentemente experimentados pelos parentes reunidos. Erickson (2005, p. 169) cita um estudo de Maurice Greenberg e Roland Littlewood que sugere que o incesto pode, nestes casos, ocorrer freqüentemente,

estimando que mais de 50% de parentes reunidos experimentam fortes sentimentos sexuais.

Além dos exemplos encontrados neste estudo, Erickson fala que em poemas, romances e peças, nos quais o incesto é tema, separação precoce é uma história recorrente. Ele fala sobre alguns exemplos e destaca o mito do Édipo como o mais conhecido, onde seria retratada que a separação precoce mina uma adaptação natural para a evitação do incesto.

Assim, como previsto pela hipótese de Westermarck, estudos clínicos mostram que o incesto é muito mais provável se os parentes são separados precocemente. É, praticamente, só nesta circunstância que o incesto pode ser mutuamente desejado e resulta em casamento, parecendo que aí os tabus apresentam influência limitada. Por outro lado, dada a associação precoce, o incesto é raramente, ou nunca, desejado mutuamente. É cometido coercivamente, por pais ou irmãos, e experimentado como sendo intensamente aversivo por filhas ou irmãs.

Erickson aponta que uma descoberta clínica, não prevista por Westermarck, é a extraordinária fascinação que parentes reunidos mostram um pelo outro. Eles com freqüência descrevem uma sensação imediata de reconhecimento. Eles notam que parecem-se um com o outro de uma maneira que transcende as similaridades físicas. A base desta atração estranhamente intensa está longe de ser clara, mas pode derivar de uma tendência, observada em muitas espécies, a reagir preferencialmente a similaridades entre ele mesmo e outros. Os biólogos chamam isto de "pareamento fenotípico".

Muitas espécies, incluindo humanos, rapidamente aprendem a identificar características familiares; no nascimento, mães tipicamente inspecionam de modo próximo seus bebês. Assim, dentro de um curto espaço de tempo, elas podem

seguramente identificar sua prole através de sinais visuais, auditivos, olfativos e táteis. Similarmente, pais parecem ter uma habilidade extraordinária pra identificar sua prole logo após o nascimento. Com uma média de menos de 7 horas de contato pós-natal, os pais são capazes de, com os olhos vendados, reconhecer sua prole somente pelo toque de sua mão. Bebês também rapidamente desenvolvem uma preferência pelo fenótipo dos pais.

Segundo Erickson (2005, p.171), sob circunstâncias normais de desenvolvimento, a associação precoce gera mais tarde uma preferência sexual por alguém, até certo ponto, diferente do parente próximo. Parentes separados, ao contrário, podem ser extraordinariamente fascinados por suas semelhanças em virtude de uma tendência inerente para pareamento ou comparação fenotípica. Por causa da ausência de associação precoce nestes casos, no entanto, uma sensação de parentesco e evitação do incesto não são estabelecidas.

Uma segunda descoberta clínica não antecipada pela hipótese de Westermarck é a alta freqüência de abuso e negligência durante a infância de pais de famílias incestuosas. Isto sugere que a propensão para o posterior incesto pode ser influenciada muito precocemente na vida pela qualidade de relações de apego, como será apresentado no tópico a seguir.

### **3.5 Psicopatologias de Parentesco**

Todas as adaptações biológicas são suscetíveis à patologia e, segundo Mark T. Erickson, a evitação do incesto, como uma adaptação biológica, não é uma exceção.

Normalmente, a compreensão do desenvolvimento normal de qualquer adaptação é utilizada para uma melhor compreensão da patologia. A hipótese de Westermarck diz pouco sobre a evitação do incesto além da necessidade de associação precoce para que esta se desenvolva.

Por outro lado, Erickson (2005, p 171-172) relaciona a ocorrência do incesto em famílias enormemente perturbadas, nas quais negligência, abandono, e abuso físico são também comuns. O incesto pode, então, refletir uma patologia de uma adaptação que modula, de uma maneira geral, comportamentos adaptativos de parentesco.

Para Freud e muitos de seus contemporâneos, parentesco era um fenômeno unicamente humano apoiando-se precariamente num tabu cultural que restringia instintos incestuosos e agressivos. Uma mudança revolucionária na compreensão das relações de parentesco e de seu alicerce evolutivo começou nos anos 60 com o trabalho dos biólogos W. D. Hamilton, John Maynard Smith, e G. C. Williams (*apud* Erickson, 2005, p. 172), que argumentam que a seleção natural maximiza a capacidade de organismos individuais, não espécies, de ganhar representação genética em gerações futuras. Em virtude de os indivíduos serem geneticamente mais similares aos parentes que aos não-parentes, esta noção prevê que os organismos individuais maximizarão sua representação genética pela demonstração de preferência por parentes nas suas relações sociais.

Erickson comenta que estudos comportamentais nas décadas recentes têm revelado que as raízes filogenéticas do parentesco vão muito mais profundo do que Freud acreditava. Estudos em diversas espécies têm demonstrado que o parentesco prediz fortemente os modelos de comportamento social. Tem sido encontrado que comportamentos altruísticos ocorrem predominantemente entre parentes imediatos.

Aqui entra, novamente o trabalho do psiquiatra britânico John Bowlby, que descobriu que vínculos humanos de apego são, através das culturas, dirigidos primeiramente para os pais biológicos.

Patrick Bateson (*apud* Erickson, 2005, p. 172-173) da Universidade de Cambridge propôs inicialmente que os períodos sensíveis poderiam desempenhar um papel essencial no desenvolvimento do reconhecimento de parentes. A associação durante um período sensível precoce torna os vínculos sociais estáveis num canal de filho para pai, de pai para filho e irmão para irmão. Erickson ressalta que, se Westermarck propôs, há cem anos atrás, que a associação precoce era a base da evitação do incesto, agora parece que a associação precoce funciona de modo mais amplo, canalizando diferentes classes de comportamento dirigido pelo parentesco, incluindo apego, comportamento altruístico e evitação do incesto

Erickson explica que, por razões teóricas e empíricas, Arthur Wolf e ele têm tomado como hipótese que comportamentos dirigidos pelo parentesco são funcionalmente integrados. Esta proposta expande-se significativamente sobre a hipótese de Westermarck e leva a novas previsões testáveis sobre a relação entre evitação do incesto, apego e altruísmo dirigido aos parentes.

Teoricamente, se forças evolutivas aumentam a interdependência social de parentes, prolongando assim a afiliação, a importância da evitação do incesto, por conseguinte, aumenta. Portanto, a *co-evolução* do apego, do altruísmo dirigido pelo parentesco e da evitação do incesto parece provável.

Outra razão que apoiaria a visão de que os comportamentos dirigidos pelo parentesco sejam integrados vem da pesquisa sobre o apego. O apego seguro desenvolve-se quando pais são *receptivos* para com as necessidades infantis. Inversamente, o apego inseguro emerge quando os pais não são receptivos.

Indivíduos que desenvolvem apego seguro em sua infância cuidam de, quando adultos, proporcionar paternidade receptiva e desenvolver apego seguro em sua prole. Inversamente, pais que têm apego inseguro em sua infância são, geralmente, menos receptivos com os filhos, que por sua vez, vêm a desenvolver também apego inseguro. É importante lembrar que a experiência de pais, mães e irmãos incestuosos na infância precoce é marcada pela negligência, abandono, e abuso físico e sexual. Estas são as condições que levam ao apego altamente inseguro. Assim, as muitas condições que contribuem para o apego inseguro na infância parecem estar ligadas, mais tarde, a uma propensão para a paternidade não-receptiva e o abuso incestuoso.

### **3.6 Os mecanismos envolvidos na dinâmica psicológica da evitação do incesto**

Como já foi dito anteriormente neste trabalho, Erickson (2005) explica que Westermarck não propôs uma psicologia de evitação do incesto, mas que Freud sim, e sua psicologia edipiana foi baseada na suposição de que todos os vínculos sociais são, no fundo, sexuais. Esta suposição criou o dilema de explicar como a sexualidade é inibida entre parentes. Freud argumentou que uma experiência aversiva, o medo da castração na infância, era essencial. Décadas depois, com a descoberta de uma base biológica para a evitação do incesto, uma retomada do interesse na psicologia da evitação do incesto emergiu. Inicialmente, alguns estudos propuseram hipóteses baseadas, como a de Freud, no papel de experiências aversivas.

O antropólogo Robin Fox (*apud* Erickson, 2005, p.174), por exemplo, pôs que a brincadeira sexual entre os irmãos na infância é frustrante, por causa de uma inabilidade infantil em alcançar orgasmo. Ele argumentou que este jogo sexual frustrante atuaria como um reforço negativo para um posterior incesto entre irmãos. A hipótese de Fox tem muitas limitações, incluindo uma ausência de evidência de que o jogo sexual infantil é frustrante, e a evidência de que as crianças podem, de fato, alcançar o orgasmo. Erickson cita que, em uma vertente similar, o antropólogo William Demarest propôs que a punição na infância atua como condição aversiva no comportamento incestuoso. Embora a punição severa precoce possa mais tarde inibir o comportamento sexual em animais, o efeito é geral, não específico, como seria necessário para a evitação adaptativa do incesto. Além dessas objeções, descobertas clínicas mostram que o incesto é mais prevalente em famílias onde experiências aversivas são particularmente comuns – o oposto do que este paradigma pareceria predizer.

Para Erickson, a distinção entre afiliação familiar e sexual resolve a dificuldade em explicar a evitação do incesto como um produto de experiência aversiva e repressão psicológica. Até certo ponto, a evitação do incesto começa, psicologicamente, com experiências que estabelecem a afiliação familiar. Os estudos sobre o apego sugerem que esta experiência é um meio social receptivo na infância, o qual, por sua vez, provoca apego seguro.

Inversamente, o abuso e a negligência precoce minam a propensão para afiliação familiar adaptativa num nível igualmente inconsciente. Erickson aponta trabalhos de estudiosos que sugerem que a confusão sobre o cuidado parental adequado e os limites sexuais é inconsciente. Segundo o autor, a causa dessa confusão de limite parece residir no apego inseguro na infância.

Para Erickson, afiliação familiar e sexual desenvolvem-se em entidades biologicamente distintas porque cada uma é adaptativa dentro de um contexto social diferente. A perturbação do desenvolvimento normal, através do incesto, abuso físico, ou negligência, mina o funcionamento social adaptativo no seu nível mais básico.

Erickson acredita ser imprescindível à discussão da psicologia da evitação do incesto, a menção à “sexualidade infantil”, já discutida anteriormente neste trabalho, e sobre a qual Freud depositou grande ênfase. Porém, Erickson ressalta que até dentro dos círculos psicanalíticos a validade científica das noções de Freud tem sido abertamente questionada. O jogo sexual precoce é observado em outras espécies de primatas. Erickson argumenta, no entanto, que existe pouca pesquisa controlada sobre o jogo sexual precoce em humanos. Embora a maioria dos jogos sexuais na infância esteja, provavelmente, dentro de uma norma de desenvolvimento para nossa espécie, os estudos sobre o apego sugerem que a qualidade do apego precoce influencia diretamente na sexualidade precoce. O autor cita Sroufe *et alii*, que descobriram que o apego inseguro predispõe ao comportamento sexualizado precoce e a violações de limites na pré-adolescência, enquanto o apego seguro não foi associado com tal comportamento.

Para Erickson, a evitação humana do incesto parece depender de, pelo menos, dois fatores: a associação precoce entre parentes, e o apego adequadamente seguro na infância. Segundo ele, estes dois fatores estabelecem a propensão para a afiliação familiar adaptativa.

A pesquisa clínica tem, repetidamente, encontrado que os pais de famílias incestuosas foram, eles mesmos, negligenciados, abusados, ou abandonados quando crianças. Isto não significa que uma infância abusiva e negligente

invariavelmente leve a um comportamento incestuoso no futuro. Muitos indivíduos, talvez a maioria, sobrevivem à dura infância e tornam-se bons pais. Até certo ponto, parece que o abuso precoce e a negligência são potentes fatores para a perturbação do apego precoce e posteriores propensões ao cuidado parental e à evitação do incesto.

### **3.7 As práticas culturais modernas e a questão do incesto**

Erickson (2005) levanta questões culturais relacionadas ao incesto. Ele chama a atenção para o fato de o incesto ser, freqüentemente, cometido contra crianças. Ele observa que este comportamento não é observado em outras espécies de primatas. Segundo Erickson, o abuso incestuoso de crianças, e o abuso sexual infantil em geral podem ser um produto das práticas culturais modernas. Estas práticas culturais, novas em relação ao nosso passado evolutivo, podem perturbar severamente o apego precoce e, conseqüentemente, o desenvolvimento de limites adaptativos entre afiliação sexual e familiar.

Erickson destaca a importância do contato mãe-bebê nos primeiros dias de vida para o despertar de sentimentos positivos da mãe para com o bebê, o que vem a auxiliar na construção do vínculo. Ele cita os estudos de Susan O'Connor, e também os de Dario Maestripieri (Erickson, 2005, p. 178), que sugerem um período pós-parto sensível, que canaliza o vínculo maternal para a prole. Além disso, Erickson ressalta a importância da amamentação na construção de tal vínculo, dizendo que práticas modernas de amamentação reduzem a intimidade física e emocional entre a mãe e a criança.

No Brasil, vemos um grande incentivo ao aleitamento materno, e quando este não é possível de modo direto, há o incentivo à utilização dos bancos de leite, que recebem doações de leite materno de mães que estejam amamentando.

Outro fato citado por Erickson é que, em países ocidentais industrializados, o choro infantil tende a ser prolongado, o que não ocorre em países menos industrializados. Além disso, segundo Erickson, em nosso passado evolutivo, pais dormiam mais próximos aos filhos. Segundo ele, esta prática promove proteção e parece promover desenvolvimento psicológico normal e reduzir patologias.

Para Erickson, o reduzido envolvimento do pai, ou padrasto, no cuidado das crianças é associado ao aumento do risco de incesto paternal. Hilda Parker e Seymour Parker (*apud* Erickson, 2005, p. 179) encontraram que era menos provável que pais sexualmente abusivos tivessem se envolvido nos cuidados precoces com as filhas. Linda Williams e David Finkelhor (*apud* Erickson, 2005, p. 179) notaram em seus estudos que o ato de cuidar de uma criança pode evocar sentimentos incompatíveis com o abuso incestuoso.

Para Erickson, a associação precoce é crucial para o desenvolvimento de vínculos familiares adaptativos em muitas espécies e não é diferente em humanos. Ele ressalta que tais exemplos representam somente alguns dos caminhos nos quais, qualidade e quantidade de associação precoce entre parentes pode sofrer interferência das práticas culturais, que não possuem precedentes em nosso passado evolutivo. Os efeitos de tais práticas combinados podem se manifestar como patologias severas de parentesco. O incesto cometido contra crianças pode representar o exemplo mais extremo.

Durante a maior parte do século XX, cientistas sociais acreditaram que o incesto era comum na natureza. Entre humanos, o incesto era pensado como sendo

raro, em virtude dos tabus culturais. Com o início do século XXI, esta perspectiva tem mudado. O incesto é agora conhecido como raro na natureza, e questiona-se se o incesto humano tem se tornado mais comum, e não menos comum, em virtude das influências culturais.

Nos tópicos anteriores foi descrita a perspectiva freudiana para os vínculos familiares iniciais, e por último, a evolução científica na perspectiva acerca do tabu e evitação do incesto. Neste último, observa-se a grande importância que é dada às relações familiares iniciais, sobretudo o papel do apego, tema desenvolvido por John Bowlby e que será estudado a seguir.

#### **4. A TEORIA DO APEGO: OUTRA VERTENTE DE EXPLICAÇÃO DOS VÍNCULOS FAMILIARES**

Este tópico pretende expor as principais idéias da Teoria do Apego, e a forma como um de seus principais teóricos, John Bowlby, aborda a questão do vínculo nas relações entre pais e filhos.

Assim, ao introduzir este tópico, é importante contextualizar o início das pesquisas de John Bowlby no campo do apego, e como ele construiu suas principais idéias.

Viterbo e Renault (1998) fazem um breve histórico biográfico e da obra de John Bowlby. Neste histórico, encontramos que este autor nasceu em 1907, tornando-se psiquiatra e psicanalista. Antes da Segunda Guerra Mundial, trabalhava no Centro de Orientação Infantil, interessando-se, em particular, pelos efeitos da separação precoce entre mãe e filho. Ele se integrou ao exército como psiquiatra e, com sua baixa, organizou o “Departamento para Filhos e Pais”, onde se equipou de testes que conheceu durante seu trabalho militar. Neste mesmo período foi nomeado secretário do Instituto Britânico de Psicanálise.

John Bowlby foi o primeiro psicanalista a propor um modelo de desenvolvimento e de funcionamento da personalidade distanciado do modelo freudiano das pulsões. Além disso, é de grande destaque o seu interesse pela etologia.

#### 4.1 Trilogia do Apego – Contribuições

Apesar do enfoque deste trabalho recair sobre a questão do apego, utilizando-se para tal apenas o primeiro volume da obra de Bowlby – Apego, faz-se necessário analisar a contribuição de Bowlby para a compreensão das relações humanas, com a construção de sua obra.

Sroufe (1987) faz uma análise da trilogia do apego de John Bowlby, colocando-a num lugar de grande significância como trabalho psicológico, à sua época, bem como até os dias de hoje. Para ele, muitos avanços na teoria psicanalítica, na psicologia do desenvolvimento, e na psicopatologia do desenvolvimento se devem ao trabalho de Bowlby.

Para Sroufe (1987, p.12), o trabalho de Bowlby se enquadra na estrutura da teoria psicanalítica, e mesmo sendo crítico de certos aspectos da posição clássica, ele se mantém e se baseia nos insights clínicos e desenvolvimentistas de Freud.

Sroufe avalia que a teoria psicanalítica sempre foi uma teoria do desenvolvimento, justificando que, no seu início, a histeria era vista como causada por um trauma primitivo, situação para a qual uma criança imatura não possui resposta adequada. As conseqüências disto permaneceriam adormecidas até a sua reativação na adolescência.

Bowlby mantém e elabora a idéia da importância decisiva da experiência primitiva, principalmente, das relações primitivas, idéia mais básica de Freud, segundo Sroufe. Além disso, ele também se baseia no papel dos processos inconscientes para a continuidade do poder das experiências primitivas, e na função das relações em remodelar tais experiências. Tanto para Freud, quanto para Bowlby,

é central a idéia de que, apesar do desenvolvimento e outras mudanças, a experiência primitiva não fica perdida.

Para Sroufe, enquanto a obra de Bowlby representa uma mudança qualitativa na teoria psicanalítica, ela também pode ser vista como coerente com a evolução teórica iniciada por Freud e continuada por outros. A noção seqüencial do desenvolvimento através de “estágios” é mantida por Bowlby, apesar de ampliada.

Segundo Sroufe (1987, p.13), os pesquisadores do desenvolvimento sempre esbarraram no problema da continuidade e da mudança. Assim, alguns chegaram a assumir a posição de que não havia continuidade para o desenvolvimento, limitando a importância da experiência primitiva.

Bowlby e outros desenvolvimentistas, como Mary Ainsworth, caminharam na direção da resolução deste problema, abraçando a visão de que as pessoas não devem ser caracterizadas por uma coleção de traços manifestados com constância através do tempo e das situações. A adaptação individual é um processo em andamento, que apresenta, no entanto, coerência na organização do seu comportamento social.

Neste caso, a experiência primitiva continua sendo de extrema importância, pois cada adaptação sucessiva é um produto da situação nova e do desenvolvimento para esse momento.

Bowlby desenvolveu o modelo de ramificação dos caminhos do desenvolvimento, em que sempre é possível uma modificação, no entanto, a partir dos caminhos já previamente existentes, o que contribuiu de modo notável para a Psicologia do Desenvolvimento.

Além dos distúrbios da infância, o foco da Psicopatologia do Desenvolvimento também é o curso normal e patológico, das diferenças individuais na adaptação.

Sendo assim, a obra de Bowlby tem fundamental importância para esta disciplina, uma vez que a tentativa dos psicopatologistas é por tentar compreender as raízes primitivas do desenvolvimento nos distúrbios de sujeitos adultos.

Sroufe avalia que a obra de Bowlby, pelo fato de enfatizar as relações humanas, a qualidade das adaptações primitivas, o apego, a separação, a perda e a conexão das experiências, faz-se central para a tarefa da psicopatologia do desenvolvimento, fornecendo uma estrutura para que esta seja vista de forma desenvolvimentista.

#### **4.2 A obra de John Bowlby**

Para Sroufe, os volumes da obra de Bowlby formam um conjunto que, de forma coerente, focaliza três importantes aspectos do comportamento humano e de suas relações vitais – o apego, a separação e a perda.

No primeiro volume da trilogia (1969/1982), Bowlby introduz um novo ponto de vista sobre o laço da criança com sua figura de cuidado: a idéia de que o apego não deriva da associação da mãe com o alimento, nem faz parte da sexualidade humana. Tal disposição para o apego seria um sistema independente construído com base na biologia evolucionista para assegurar a sobrevivência.

Por este viés, toda criança é predisposta a apegar-se a figuras de cuidado disponíveis. O mais importante não é a presença ou não deste apego, mas a sua qualidade, o que interferirá em relações posteriores.

Sroufe chama atenção para o fato de que, assim como Freud, Bowlby enfatizou que as primeiras relações de apego servem de protótipo para as futuras relações sociais.

O tema da separação é desenvolvido por Bowlby no segundo volume (1973). Neste, três posições são assumidas por ele. Em primeiro lugar, a de que, na estrutura evolucionista, a ansiedade é a resposta normal às ameaças quanto à continuidade da disponibilidade da figura de apego.

Em segundo lugar, Bowlby discute que, ao final do primeiro ano de vida, a criança já poderá formar, baseada na experiência, uma expectativa generalizada acerca da figura de cuidado.

Em terceiro lugar, Bowlby discute a formação da personalidade e crescimento da autoconfiança.

Bowlby, no último volume de sua trilogia (1980), trata da questão da perda. Ele mostra o luto como uma reação normal à perda de uma relação vital. Com o tempo, o sobrevivente poderá se recuperar e estabelecer novas relações, ou aprofundar as relações alternativas já existentes. A ausência total do luto, ou a manifestação exagerada deste, entrariam no campo do patológico.

Como já foi dito, para este trabalho, o maior interesse é no volume 1 da obra de Bowlby, o qual será o foco deste tópico. No entanto, antes de iniciar neste foco, a seguir será contextualizado o caminho percorrido por Bowlby na construção de sua teoria.

A importância deste histórico reside no fato de que as primeiras observações de Bowlby neste tema deram-se a partir de estudos acerca do processo de institucionalização de crianças sem lar, o que vem ao encontro do interesse do presente trabalho.

### 4.3 Teoria do Apego – O início

O volume 1 da trilogia *Apego e Perda*, de John Bowlby, foi editado, no Brasil, pela primeira vez, em 1984. Em 1986, o próprio John Bowlby traça uma retrospectiva de suas pesquisas e influências, em artigo publicado na revista *Dois Pontos*, a revista da Escola Brasileira de Psicanálise e Etologia.

Nesta retrospectiva, Bowlby (1986) relata que, durante os anos 30 e 40, clínicos que, em sua maioria, trabalhavam de forma independente, fizeram observações de efeitos doentios no desenvolvimento da personalidade, decorrentes de cuidados institucionais prolongados ou de trocas freqüentes da figura materna durante os primeiros anos de vida.

No final de 1949, Ronald Hargreaves foi requisitado para contribuir com as Nações Unidas com um estudo sobre as necessidades das crianças sem lar. Para isto, Hargreaves convidou John Bowlby para fazer um relatório sobre os aspectos da saúde mental relativos a este problema.

Neste período, Bowlby pôde ter acesso a toda a literatura sobre o assunto e discutir com autores, além do contato com outros profissionais com experiência de campo. Em seu relatório sobre a experiência, ele faz uma revisão de uma evidência referente às influências adversas, no desenvolvimento da personalidade, do cuidado inadequado durante a primeira infância e chamou a atenção para o desconforto intenso das crianças pequenas em razão da separação daqueles que amam.

No final dos anos 50, alguns profissionais já aceitavam as novas descobertas; no entanto, psiquiatras de orientação tradicional, psicólogos da teoria da aprendizagem e muitos psicanalistas resistiam, ou apresentavam críticas.

Contudo, as pesquisas prosseguiram, e os membros do grupo de pesquisas de Bowlby, na Clínica Tavistock, permaneciam ativos, colhendo dados sobre efeitos, a curto prazo, em crianças pequenas que estivesse sob cuidados de uma pessoa estranha, em um lugar estranho.

Bowlby (1986, p.14) cita alguns trabalhos que o influenciaram, como a publicação da OMS, 1962, de uma coleção de artigos, sob o nome de “privação de cuidados maternos”, entre eles o de Ainsworth, que teve grande utilização em sua obra. O autor ainda cita a influência dos estudos de Harlow, que teve a publicação iniciada no fim dos anos 50, sobre os efeitos da privação materna nos macacos rhesus.

Bowlby comenta que, naquele tempo, até mesmo pela grande difusão da Psicanálise, era largamente aceito que a razão pela qual a criança desenvolve um forte laço com sua mãe é o fato de que esta o alimenta. Dois tipos de impulso são postulados, primário e secundário. O alimento é tido como primário; a relação pessoal, avaliada como referência, secundário.

Para Bowlby, esta teoria não se adaptava aos fatos. Uma teoria alternativa, da Escola Húngara de Psicanálise postulava uma relação objetual desde o início. Na versão desta teoria, defendida por Melanie Klein, o seio materno é postulado como o primeiro objeto e a maior ênfase é dada ao alimento, à oralidade e à natureza infantil de dependência. Bowlby pondera que nenhum desses dados coincidia com sua experiência com crianças. Assim, Bowlby passa a procurar por uma alternativa, já que considerava as teorias correntes de dependência inadequadas.

Em 1951, Bowlby foi apresentado ao trabalho de Lorenz sobre as respostas de filhotes de patos e gansos, tomando consciência, então, de que havia cientistas pesquisando problemas humanos em espécies não-humanas. Então, Bowlby indaga

se este trabalho poderia lançar luz num problema central da psicanálise, que é o instinto nos seres humanos.

Assim, Bowlby interessou-se de modo particular pelo trabalho de Lorenz, que mostrou-lhe que, em algumas espécies animais, um forte laço com a figura materna poderia se desenvolver sem a mediação do alimento, já que pequenos pássaros não são alimentados por seus pais e sim, alimentam-se sozinhos agarrando insetos. Este era, então, um modelo alternativo para o tradicional, parecendo servir ao caso dos seres humanos.

Dessa forma, Bowlby se concentrou na tarefa da construção de uma nova abordagem. Segundo ele, a estrutura conceitual resultante foi desenhada para acomodar todos os fenômenos para os quais Freud chamou atenção – por exemplo, relação de amor, ansiedade de separação, luto, defesa, raiva, culpa, depressão, trauma, separação emocional, períodos sensíveis no início da vida – e, então, oferecer uma alternativa para a metapsicologia tradicional da psicanálise, e ainda, adicionar uma outra variante às outras tantas variantes da teoria clínica existente à época (Bowlby, 1986, p. 16-17).

Uma dificuldade encontrada por Bowlby, neste caminho, foi a de tentar construir uma teoria do desenvolvimento da personalidade, a partir da observação do comportamento de crianças em certos tipos de situações definidas, e incluindo registro dos sentimentos e pensamentos que estas expressavam.

Outras dificuldades eram em relação ao uso que Bowlby fez de certos conceitos, tais como sistema de controle (em vez de energia psíquica), e caminho desenvolvimental (em vez de fase libidinal), estranhos ao pensamento da maioria dos psicólogos e clínicos da época.

Como Bowlby havia descartado o impulso secundário, a teoria de dependência de laço de uma criança à sua mãe e, também, a alternativa kleiniana, a sua primeira tarefa era formular uma outra para ocupar esse lugar. Isso o levou ao conceito de comportamento de apego como uma classe especial de comportamento com dinâmica distinta do comportamento de alimentação ou sexo, as duas fontes de motivação humana há muito consideradas como as mais fundamentais.

Segundo Bowlby, uma descoberta que reforçou este passo foi a de Harlow, que observou que, entre macacos rhesus, os jovens mostram uma preferência marcante por uma “mãe-boneca” macia, apesar de esta não os alimentar, ao invés de uma “mãe-boneca” dura (de arame), mas que os alimentava.

Segundo Bowlby, “comportamento de apego é qualquer forma de comportamento que resulta numa pessoa alcançar e manter proximidade com algum outro indivíduo claramente identificado, considerado mais apto para lidar com o mundo” (Bowlby, 1986, p. 18). Bowlby atribui uma função biológica ao comportamento de apego: a proteção, sendo assim, fundamental para a sobrevivência.

Conceituando o apego como uma forma fundamental de comportamento, com motivação interna distinta da alimentação e do sexo, sendo de igual importância para a sobrevivência, Bowlby reconhece que coloca o comportamento e a motivação num *status* antes nunca dado a eles. Assim, Bowlby faz uma crítica ao uso do termo “dependência”, pelo seu tom pejorativo. Esta crítica será melhor discutida posteriormente neste tópico.

Bowlby recebeu críticas de que sua teoria era uma versão do behaviorismo, pelo fato de o seu ponto de partida estar na observação do comportamento. Além disso, ele assume sua falha inicial em distinguir claramente o apego – que significa

que a pessoa está disposta a procurar determinada figura em certas condições específicas – do comportamento de apego, que se refere a qualquer das várias formas de comportamento que almeja manter uma proximidade desejada.

Para Bowlby:

*A teoria do apego é uma tentativa de explicar tanto o comportamento de apego, com seus aparecimentos e desaparecimentos esporádicos, como, também, os apegos duradouros que crianças e outros indivíduos estabelecem com outros em especial. Nessa teoria, o conceito-chave é o de sistema comportamental. (Bowlby, 1986, p. 19).*

Este conceito de sistema comportamental será melhor discutido ao longo do trabalho.

Bowlby defende que a Teoria do Apego lança uma nova compreensão sobre fenômenos já discutidos em outras teorias. Por exemplo, ele coloca a “ansiedade de separação” como uma disposição humana básica, adotando uma abordagem etológica, na qual o aumento do risco desencadeia a resistência à separação de determinada figura. Assim, as ameaças de abandono gerariam além de ansiedade, raiva.

Bowlby ainda estudou os processos defensivos, observando um certo “comportamento de desapego”, desenvolvido em crianças que permaneceram em lugares estranhos com pessoas estranhas. Nesta situação, é possível a criança tratar a mãe como estranha após esse período de separação e, posteriormente, tornar-se muito próxima, demonstrando ansiedade em perdê-la novamente.

Após esse breve histórico do desenvolvimento da teoria por John Bowlby, passaremos a analisar mais cuidadosamente o conceito de comportamento de apego.

#### 4.4 O comportamento de apego

Bowlby (2002) expõe em sua obra, o posicionamento de diversas teorias acerca da separação da criança da figura materna, observando que o ponto pacífico entre tais teorias seria o de aceitar que, dentro dos primeiros doze meses, quase todos os bebês desenvolveram um forte vínculo com a figura materna.

Bowlby (2002, p.220-221) enumera quatro teorias principais sobre a natureza e a origem do vínculo infantil. A teoria de que a ligação de um bebê com a mãe seria resultado desta satisfazer as necessidades fisiológicas do bebê, de modo que o mesmo vem a aprender que ela é a fonte de sua satisfação. Esta é a Teoria do Impulso Secundário. A Teoria de Sucção do Objeto Primário preconiza que há, no bebê, uma propensão inata para relacionar-se com o seio humano. Daí, ele aprende que uma criatura humana está ligada ao seio, a mãe, relacionando-se com ela. A Teoria da Adesão ao Objeto Primário relaciona que existe nos bebês uma propensão inata para o contato físico intenso com o ser humano, havendo a “necessidade” de um objeto independente do alimento e que é tão primária quanto a “necessidade” de alimento e conforto. A outra teoria seria a do Anseio Primário de Retorno ao Ventre, na qual os bebês ressentem-se de sua expulsão do ventre e buscam voltar a ele.

Destas, a mais ampla, segundo o autor, foi a do impulso secundário. Segundo ele, desde Freud, ela tem estado na base da maioria dos escritos psicanalíticos, sendo também um pressuposto comum dos teóricos da aprendizagem.

A visão que Bowlby propõe difere das teorias anteriormente existentes e baseia-se na teoria do comportamento instintivo. Ele propõe que o vínculo da

criança com sua mãe é um produto da atividade de um certo número de sistemas comportamentais que têm a proximidade com a mãe como resultado previsível.

Como já foi dito, Bowlby considera o comportamento de apego como uma classe de comportamento social de importância equivalente à do comportamento de acasalamento e do parental, tendo uma função biológica específica até então pouco considerada.

Na formulação proposta pelo autor não há referência a “necessidades” ou “impulsos”. Ele propõe o comportamento de apego como aquilo que ocorre quando são ativados certos sistemas comportamentais. Acredita-se que tais sistemas se desenvolvem no bebê como resultado de sua interação com o meio ambiente de adaptabilidade evolutiva e, principalmente, com a mãe. Assim, a alimentação e o alimento desempenhariam um papel apenas secundário no desenvolvimento desses sistemas.

Bowlby (2002, p. 223) propõe quatro padrões de comportamento (sugar, seguir, chorar e sorrir), que entre nove e dezoito meses, aproximadamente, são incorporados em sistemas, muito mais refinados, corrigidos para a meta. Tais sistemas são organizados e ativados de tal modo que uma criança tende a manter-se em proximidade com sua mãe. Dessa forma, ele descreve sua teoria como uma teoria do controle do comportamento de ligação.

Diante de seu interesse pela etologia, Bowlby passa a se interessar e descrever, a partir de estudos de outros pesquisadores, o comportamento de apego em animais, concluindo de tais pesquisas que reconhecimento individual e comportamento diferenciado são a regra nas relações pais-filhos de aves e mamíferos. Na maioria das espécies, os jovens mostram mais de um tipo de

comportamento que resulta na proximidade entre eles e a mãe, utilizando-se para tais comportamentos o termo “comportamento de apego”.

Bowlby utiliza comparações entre estudos do comportamento de apego em diversas espécies de animais, e defende que, a menos que ocorra algum acidente no desenvolvimento, o comportamento de apego é sempre dirigido inicialmente para a mãe. Nas espécies em que o pai desempenha papel importante na criação dos filhos, o comportamento de apego também pode ser dirigido a ele. Nos seres humanos, pode ser igualmente dirigido para algumas outras pessoas (Bowlby, 2002, p. 225).

Segundo ele, a proporção do ciclo vital durante a qual se manifesta o comportamento de apego varia muito de espécie para espécie. Como o ser humano nasce muito imaturo, apresentando um desenvolvimento lento, não existe outra espécie em que o comportamento de apego leve tanto tempo a aparecer. O vínculo que liga a criança à mãe é a versão humana do comportamento comumente observado em muitas outras espécies de animais.

Para Bowlby (2002, p.247), “[existem] provas de que, num contexto familiar, a maioria dos bebês de cerca de três meses de idade já responde à mãe de um modo diferente, em comparação com outras pessoas”. No entanto, ele ressalta que, enquanto não houver provas evidentes de que o bebê, além de reconhecer a mãe, também tende a comportar-se de modo a manter a proximidade com ela, será difícil afirmar que existe comportamento de apego. Já o comportamento de manutenção da proximidade é claramente observado quando a mãe sai do quarto e o bebê chora, ou chora e também tenta segui-la.

Bowlby (2002, p.251) salienta que existem inúmeras provas mostrando que o tipo de cuidados que um bebê recebe de sua mãe desempenha um importante papel

na determinação do modo como se desenvolve seu comportamento de apego, no entanto, a própria criança muitas vezes inicia a interação e influencia a sua forma.

Segundo Bowlby, o comportamento de apego é exibido pela maioria das crianças vigorosa e regularmente até perto do final de seu terceiro ano. Após o terceiro aniversário, a maioria das crianças torna-se cada vez mais apta, num lugar estranho, a sentir-se segura com figuras subordinadas de apego. Embora a maioria das crianças, após seu terceiro aniversário, manifeste o comportamento de apego menos urgente e freqüentemente do que antes, ele constitui ainda uma parte importante do comportamento. Assim, durante todo o período de latência de uma criança comum, o comportamento de apego continua sendo um traço dominante em sua vida.

Para Bowlby (2002, p.256-257), durante a adolescência o apego sofre uma mudança, sendo que outros adultos podem assumir uma importância igual ou maior do que a dos pais, e a atração sexual por companheiros da mesma idade e sexo oposto começa a ampliar o quadro de figuras de apego. Para a maioria dos indivíduos, o vínculo com os pais prossegue na vida adulta e afeta o comportamento de inúmeras maneiras. Já na velhice, quando o comportamento de apego já não pode ser dirigido para membros de uma geração mais velha, ou até da mesma geração, pode passar a ser dirigido para membros de gerações mais jovens. Durante a adolescência e a vida adulta, uma certa proporção do comportamento de apego é comumente dirigida não só para pessoas fora da família, mas também para outros grupos e instituições além da família. Com estas considerações, Bowlby faz uma crítica aos escritos psicanalíticos que rotulam de “regressivo” o comportamento de apego na vida adulta.

Bowlby utiliza-se de um estudo de Ainsworth, realizado em 1967, de onde decorreu a observação de que, pouco depois de tornar-se apto a engatinhar, o bebê não permanece sempre junto à mãe. Ao contrário, ele faz pequenas excursões a partir dela para explorar a sua volta. De tempos em tempos, ele volta à mãe, para certificar-se de sua presença. Tal exploração termina abruptamente se a criança assustar-se ou machucar-se; ou se a mãe afastar-se. Nesses casos, o bebê retorna para junto da mãe o mais rápido possível, com maiores ou menores sinais de aflição, ou chora desconsoladamente.

Depois dos oito meses de idade, a criança comporta-se de maneiras muito diferentes na presença da mãe ou na ausência dela, e essa diferença é especialmente acentuada se a criança encontrar-se diante de uma pessoa estranha ou em um lugar estranho. Com a mãe presente, a maioria das crianças mostra-se claramente mais confiante e disposta a realizar explorações; na ausência dela, mostram-se muito mais tímidas, e não raras vezes, entregam-se a uma profunda aflição.

#### **4.4.1 O comportamento de apego e a teoria do impulso secundário**

Bowlby (2002, p.261-262) critica a teoria do impulso secundário, que sustenta que o desejo de estar com outros membros da espécie é resultado de ser alimentado por eles, ressaltando que este tipo de teoria decorre de um pressuposto e não de observação ou experimento.

Como já foi dito anteriormente, Bowlby se interessou pelos trabalhos de Lorenz sobre estampagem, nos quais fica provado que o comportamento de apego

pode desenvolver-se em patos e gansos, sem que estes recebam alimento ou qualquer outra recompensa convencional, pois tendem a seguir qualquer objeto que vejam em movimento, após a eclosão.

Bowlby (2002, p.263) ressalta que, no que se refere a mamíferos não-humanos, somente se dispõe de provas rigorosas de que o comportamento de apego pode desenvolver-se e ser dirigido para um objeto que não fornece qualquer recompensa tradicional de alimento, conforto ou sexo, no caso de porquinhos-da-índia, cães, ovelhas e macacos rhesus.

Assim, Bowlby destaca que em experimentos com cães e cordeiros, os mesmos se apegam a determinadas figuras com as quais sua experiência é de punição. Isto, segundo Bowlby, é incompatível com a teoria do impulso secundário. Fato também observado em outro experimento de Harlow, já citado neste trabalho, onde foi possível notar que para macacos rhesus, o “conforto do contato” acarretou o comportamento de apego, ao passo que o alimento não.

No entanto, o próprio Bowlby (2002, 268) pondera que, embora tais experimentos pareçam eliminar a teoria do impulso secundário para mamíferos não-humanos, estes não ajudam na resolução do caso humano.

Ainda assim, Bowlby defende que o comportamento de apego no homem não difere muito de outros mamíferos. Para defender este posicionamento, ele cita o que Freud designou como “instinto de prensão”, capacidade com a qual o bebê humano agarra-se, habilitando-o a sustentar seu próprio peso. Outro fator seria o desfrutar da companhia humana: mesmo nos primeiros dias de vida, os bebês são aquietados por interação social. Um terceiro fator é que as respostas de balbuciar e sorrir em bebês aumentam de intensidade quando um adulto lhes responde de um modo puramente social, ou seja, prestando um pouco de atenção. Desse modo, Bowlby

defende que nessas situações não há presença de alimento nem qualquer outro cuidado corporal, embora a presença disso possa ajudar. Ou seja, ele reconhece que esses fatores possam contribuir para a configuração do comportamento de apego, embora ele conclua que o bebê humano é feito de modo a responder prontamente aos estímulos sociais e entre rapidamente em interação social.

Outra prova disso, ressaltada por Bowlby, é que os bebês humanos estão tão fortemente dispostos a responder a estímulos sociais que muitas vezes se apegam a outra criança de sua própria idade ou apenas um pouco mais velhas, protestando e seguindo-a quando a outra criança se afasta, acolhendo-a efusivamente e abordando-a quando a outra regressa. Para ele, isto mostra que o comportamento de apego pode desenvolver-se e ser dirigido para uma figura que nada fez para satisfazer as necessidades fisiológicas da criança (Bowlby, 2002, p.269).

Segundo Bowlby (2002, p.276-277), o desenvolvimento do comportamento de apego em bebês humanos, embora mais lento, é semelhante ao observado em mamíferos não-humanos, e o seu desenvolvimento se dá através de respostas sociais que são eliciadas inicialmente por uma vasta gama de estímulos e, mais tarde, por uma gama mais limitada, até chegar a estímulos provenientes de um número restrito de indivíduos, com os quais a criança mantém mais contato. Bowlby também resalta que um bebê pode responder socialmente a certos tipos de estímulos e não a outros, além disso, quanto mais experiência de interação social um bebê tiver com uma pessoa, mais forte se tornará o seu apego à mesma.

Bowlby, ao falar da provável existência de um período sensível ao desenvolvimento do comportamento de apego, afirma que, na maioria dos bebês, o comportamento de apego dirigido a uma figura preferida desenvolve-se durante o primeiro ano de vida. Com isso, Bowlby sugere que o desenvolvimento de apego a

uma nova figura torna-se cada vez mais difícil do final do primeiro ano de vida em diante, e que, se uma criança ficou fortemente apegada a uma determinada figura, ela tende a preferir essa figura a todas as outras, e tal preferência tende a persistir apesar da separação.

Para Bowlby, este modo de desenvolvimento do comportamento de apego no bebê humano é semelhante ao desenvolvimento de outros mamíferos e aves, o suficiente para designá-lo como estampagem.

Bowlby critica o posicionamento daqueles que sustentam que o vínculo é o resultado de um impulso secundário derivado da fome, uma vez que colocado dessa forma, o vínculo parece ser útil por manter o bebê perto de seu suprimento de alimento.

Ele avalia que Freud também sustentou esta idéia, porém com um posicionamento diferente. Na obra *Inibições, sintomas e ansiedade*, Freud argumenta que o perigo básico com que um bebê se defronta é que seu aparelho psíquico possa ser perturbado pela presença de estimulação excessiva decorrente de necessidades fisiológicas insatisfeitas. O bebê é impotente para enfrentar sozinho esse perigo. No entanto, a mãe pode pôr um fim ao perigo. Assim, o bebê, sabendo “por experiência que ela satisfaz sem demora todas as suas necessidades... quer perceber a presença da mãe” (Freud *apud* Bowlby, p.278). Sob este ponto de vista, a função do impulso secundário, ao vincular o bebê à mãe, seria impedir que o aparelho psíquico se desorganize, à medida que assegura a presença desta, desse modo, o alimento seria importante ao ajudar a eliminar os excessos de estimulação.

Ao se posicionar sobre a função do comportamento de apego, Bowlby defende que este age na proteção contra predadores. Este também poderia conferir

ao bebê a oportunidade de aprender com a mãe várias atividades necessárias à sobrevivência, e levanta a hipótese de esta ser uma vantagem crucial, o que justificaria a sua função biológica (Bowlby, 2002, p.280).

No entanto, Bowlby avalia que esta vantagem fosse crucial, uma vez que o comportamento de apego persiste na vida adulta, depois da aprendizagem estar completa, além de este ser eliciado quando o animal está assustado.

Assim, Bowlby passa a considerar a proteção contra predadores como a função mais provável do comportamento de apego, em virtude da maior probabilidade de ataque por um predador a um animal isolado, em comparação a outro que se mantém junto de outros de sua espécie, além de o comportamento de apego ser eliciado em animais mais vulneráveis aos predadores, e da elevada intensidade com a qual é despertado o comportamento de apego em situações de alarme.

Apesar da função de proteção atribuída por Bowlby ao comportamento de apego, ele critica a utilização de termos como “dependência” e “dependente” para designar alguns comportamentos no desenvolvimento humano. Para ele, tais termos derivam da idéia de que uma criança se liga à mãe por ser dependente desta como fonte de gratificação fisiológica.

Para Bowlby, ser dependente de uma figura maternal e estar apegado a ela são situações diferentes. Um bebê, nas primeiras semanas de vida, é dependente da ajuda da mãe, mas não está apegado a ela. Já uma criança de dois ou três anos, que está sendo cuidada por estranhos, poderá demonstrar que continua fortemente apegada à mãe. Isto porque, para ele, “enquanto a dependência é máxima no nascimento e diminui até a maturidade, o apego está inteiramente ausente no nascimento e só se evidencia substancialmente depois que a criança completou seis

meses de idade” (Bowlby, 1984, p. 283). Além disso, ele chama atenção para o caráter depreciativo com o qual o termo “dependência” pode ser utilizado, e argumenta que o termo “dependência” “não sugere uma relação emocional com uma ou poucas pessoas claramente preferidas e, (...) nenhuma função biológica foi jamais atribuída a ela.” (Bowlby, 1986, p. 18).

Já foi mencionada anteriormente neste trabalho a distinção que alguns teóricos fazem entre o comportamento sexual e os outros vínculos. Da mesma forma, Bowlby considera o comportamento sexual como um sistema comportamental distinto do de apego, dotado de uma diferente ontogênese e diferente função. Porém, ele se preocupa se isto significa que não existem elos entre apego e sexo, o que equivaleria ignorar uma das maiores contribuições de Freud. Assim, ele afirma que, embora considere estes como sistemas comportamentais distintos, o comportamento de apego e o sexual possuem vinculações estreitas.

Bowlby enumera suas razões para manter o comportamento de apego e o comportamento sexual conceitualmente distintos. A primeira razão é que a ativação dos dois sistemas varia independentemente uma da outra. A segunda é que a classe de objetos para as quais se dirige cada comportamento pode ser muito diferente. A terceira é que a fase sensível no desenvolvimento de cada comportamento ocorra, provavelmente, em idades diferentes.

Ele entende que o comportamento de apego amadurece cedo no ciclo vital, ativando-se em baixos níveis de intensidade na idade adulta, enquanto o comportamento sexual amadurece mais tarde e, quando observado no indivíduo imaturo, é, geralmente, apenas em forma fragmentária e não-funcional, como as pulsões parciais enunciadas por Freud. Assim, Bowlby conclui que não só os

padrões reais de comportamento de apego e sexual diferem, mas os períodos do ciclo vital em que estão mais ativos também apresentam grandes diferenças:

*“No homem, os relatos de pacientes a respeito da escolha de um fetiche parecem freqüentemente centrar-se num período em torno do terceiro aniversário, ou seja, pelo menos dois anos mais tarde do que a fase sensível para a seleção de uma figura de apego.”* (Bowlby, 1984. p. 287)

Bowlby, como já foi dito anteriormente, preocupa-se em não desconsiderar a contribuição de Freud acerca dos vínculos sexuais. Assim, ele ressalta que, embora considere o comportamento de apego e o comportamento sexual como dois sistemas distintos, também admite que existem provas de que ambos são capazes de se influenciar mutuamente e de influir nos respectivos desenvolvimentos. Isto porque o comportamento de apego constitui-se em um certo número de padrões componentes, e o mesmo pode ser afirmado a respeito do comportamento sexual. Alguns componentes são compartilhados. No homem, abraçar e beijar são exemplos de padrões comuns a ambos os tipos de comportamento.

Bowlby (2002, p. 289) pondera que é possível que, além de os comportamentos de apego e sexual compartilharem de certos componentes e mecanismos causais, também o comportamento parental compartilhe de alguns deles. Ele explica que, no homem, são comuns as sobreposições entre comportamento de apego, comportamento parental e comportamento sexual. Assim, Bowlby expõe o exemplo de um indivíduo que trata o parceiro sexual como se este fosse o pai (ou a mãe), enquanto o parceiro pode retribuir esse tratamento adotando uma atitude parental. Ele explica que é possível que, no parceiro que assume o papel juvenil, não só o comportamento de apego persistiu na vida adulta, o que é

comum, mas também continuou, por alguma razão, sendo quase tão facilmente eliciado quanto numa criança pequena, o que não é comum.

Assim, Bowlby salienta que “o reconhecimento dos comportamentos de apego, sexual e parental como sistemas distintos não põe em perigo os frutos da visão psicanalítica” (Bowlby, 2002, p.290).

#### **4.5 O desenvolvimento do comportamento de apego no ser humano**

Bowlby esboça o modo de desenvolvimento do comportamento de apego no ser humano, dividindo o comportamento de apego em quatro fases distintas, embora reconheça a ausência de uma barreira nítida entre elas. Tais fases são:

Fase 1 – orientação e sinais com discriminação limitada de figura;

Fase 2 – orientação e sinais dirigidos para uma figura discriminada (ou mais de uma);

Fase 3 – manutenção da proximidade com uma figura discriminada por meio de locomoção ou de sinais;

Fase 4 – formação de uma parceria corrigida pela meta.

No entanto, para o presente trabalho, será mais interessante a discussão das fases dois e três.

#### **4.5.1 Fase 2 – orientação e sinais dirigidos para uma figura discriminada (ou mais de uma)**

Bowlby (2002, p.372) destaca a capacidade de discriminar a mãe pelo cheiro e pela voz, demonstrada pela tendência do bebê para orientar-se preferencialmente em direção a ela do que a outros, ou para sugar com maior frequência ao ouvir a sua voz, desenvolve-se rapidamente nos primeiros dias de vida. Além disso, em torno da quinta semana de vida, a voz materna torna-se consistentemente mais efetiva para eliciar sorrisos do que a voz do pai ou dos observadores.

Ele relata que Ainsworth (1967) enumera mais de doze diferentes tipos de comportamento que são manifestados pelo bebê durante o primeiro ano de vida e que, durante esse período, na maioria dos bebês criados em família, são eliciados por uma determinada figura e passam a ser especialmente dirigidos a esta. Tais comportamentos são diferenciais quanto às figuras de apego, e quanto à vocalização, ao choro, à abordagem, entre outras respostas.

Assim, um bebê pode vocalizar mais facilmente e mais frequentemente em interação com sua mãe do que em interação com outras pessoas, além de sorrir mais frequentemente e mais facilmente quando vê sua mãe do que ao avistar qualquer outra pessoa.

Um bebê também chora imediatamente quando a mãe se afasta, mas não quando outras pessoas o fazem, além de continuar chorando quando pegado no colo por alguma pessoa que não seja a sua mãe, e parar de chorar quando a mãe o pega.

Deste modo, quando uma criança é levada ao colo de alguma outra pessoa, ela pode conservar os olhos postos na mãe, e permanecer tensamente orientada

para ela, e quando num quarto com a mãe e outras pessoas, um bebê seleciona sua mãe para engatinhar até ela, tentando segui-la quando esta deixa o quarto.

Um bebê acolhe sua mãe de certas maneiras típicas quando volta a vê-la após uma ausência, assim como sobe em seu colo, explorando a sua pessoa e brincando com seu rosto cabelos ou roupas, fazendo-o menos (ou não o fazendo) com outras pessoas.

Um bebê também pode esconder o rosto no colo materno, ou em algum outro lugar da pessoa da mãe, e quando alarmada, uma criança afasta-se o mais rapidamente possível de um estímulo que a assusta e corre para a mãe, em vez de qualquer outra pessoa. Sendo que este agarramento diferencial à mãe é observado quando uma criança está alarmada, cansada, com fome ou adoentada.

Bowlby (2002, p. 377) ressalta que tais respostas são relativamente poucas antes de 16 semanas de idade, sendo mais numerosas e evidentes entre as 16 e 26 semanas.

#### **4.5.2 Fase 3 – manutenção da proximidade com uma figura discriminada por meio de locomoção ou de sinais**

Para Bowlby, desde muito cedo, muitas crianças têm mais de uma figura para quem dirigem o comportamento de apego, e essas figuras não são tratadas de maneira idêntica. Além disso, o papel da principal figura de apego de uma criança pode ser preenchido por outras pessoas que não a mãe natural. Bowlby escreve isto como uma reação às críticas que alegam que seu posicionamento defende que os cuidados iniciais de uma criança devem ser proporcionados pela sua mãe natural.

Segundo Bowlby (2002, p. 378), durante o segundo ano de vida, a grande maioria dos bebês dirige seu comportamento de apego para mais de uma figura discriminada e, com frequência, para muitas delas. Assim, desde a tenra idade, diferentes figuras podem eliciar diferentes padrões de comportamento social, podendo ser equivocado mencionar todas elas como figuras de apego e a todo comportamento como comportamento de apego.

Bowlby (2002, p.379) afirma que, “quem uma criança seleciona como sua principal figura de apego, e a quantas outras figuras ela se ligará, depende em grande parte de quem cuida dela e da composição da família em que vive”. Dentre essas figuras a criança selecionará a principal figura de apego e as demais figuras subsidiárias.

Ele ressalta que, embora seja comum a mãe natural de uma criança ser a sua principal figura de apego, o papel pode ser efetivamente assumido por outras pessoas. Desde que uma figura substituta se comporte de um modo maternal, a criança a tratará da mesma maneira que uma outra criança trataria sua mãe natural. O autor explica que o “modo maternal (...) parece consistir em manter uma interação social intensamente ativa com a criança, respondendo prontamente a seus sinais e abordagens.” (Bowlby, 2002, p. 380).

Desta afirmação, é possível concluir que uma criança pode ter o curso de seu desenvolvimento normal, mesmo na ausência de sua mãe natural, contanto que tenha sobre si os cuidados adequados de outra figura que exerça tais funções. Daí é possível ressaltar que o tempo de permanência de uma criança em entidade de abrigo, por exemplo, deve ser o mínimo possível, a fim de que a mesma encontre uma família que lhe propicie os cuidados básicos e a atenção necessária ao seu bom desenvolvimento social e de seus vínculos. Mesmo que a criança permaneça

em abrigo com a presença de um casal social e uma estrutura mais direcionada à atenção individualizada, como questão no presente trabalho, isto ainda não representa desenvolver-se no seio de uma família.

Bowlby relata que uma criança procura sua figura de apego quando está cansada, doente, faminta ou alarmada, além de também procurá-la quando está insegura a respeito de onde está essa figura; quando esta figura é encontrada, a criança quer manter-se na proximidade dela. Por outro lado, uma criança procura aquilo que Bowlby chama de companheiro de brinquedo – outra figura com quem brincar – quando está bem-humorada e confiante sobre onde encontrar sua figura de apego; quando o companheiro de brinquedo é encontrado, a criança quer envolver-se numa interação lúdica com ele.

Analisando dessa forma, os papéis da figura de apego e do companheiro de brinquedo são distintos. No entanto, Bowlby defende que os dois papéis não são incompatíveis, o que possibilita que uma única figura preencha ambos os papéis em momentos diferentes. O autor também ressalta que uma pessoa que atua principalmente como figura principal de apego pode, às vezes, atuar como companheiro de brinquedo. Outra pessoa que atua principalmente como companheiro de brinquedo, também atuará ocasionalmente como figura subsidiária de apego. Além disso, para cada criança, a quantidade e a identidade dessas figuras adicionais mudam com o tempo.

Bowlby se apóia na explicação dada por Ainsworth de que quanto mais inseguro foi o apego de um bebê à sua figura principal, mais inibido ele será em desenvolver ligações de apego com outras figuras, acrescentando que, quanto mais inseguro for o bebê, mais inibido também será em desenvolver relações lúdicas com outras figuras.

Para ele, é um erro supor que um bebê difunde seu apego entre muitas figuras, de tal modo que segue seu caminho na vida sem uma forte ligação com quem quer que seja e, conseqüentemente, sem sentir falta de qualquer pessoa em particular, quando essa pessoa está ausente. O que pode ser observado é uma acentuada tendência para o comportamento de apego ser dirigido principalmente para uma determinada pessoa, fato muito comum entre crianças matriculadas em creches, que normalmente se apegam a um determinado cuidador, quando lhes é dada oportunidade.

O autor observa que certos componentes do comportamento de apego são dirigidos, às vezes, para objetos inanimados. Como exemplos, o autor cita a sucção não-nutritiva e o agarramento, o que geralmente serve como um fator que acalma e consola crianças que estão distanciadas de sua figura principal de apego.

Assim, Bowlby ressalta que não existe razão para pensar que o apego a um objeto inanimado signifique doença para uma criança; pelo contrário, tal apego pode combinar-se com relações pessoais satisfatórias. Assim, ele cita Winnicott (1953), trazendo sua noção de “objetos transicionais”, segunda a qual, tais objetos ocupam um lugar especial no desenvolvimento das relações objetais. Segundo Winnicott, esses objetos pertencem a “uma fase durante a qual um bebê, embora só muito vagamente esteja capacitado para usar o simbolismo, está, não obstante, progredindo nessa direção; daí o termo ‘transicional’” (*apud* Bowlby, 2002, p. 387). No entanto, Bowlby questiona a utilização deste termo, citando como termo mais apropriado, simplesmente “objetos substitutos”.

Bowlby julga, a partir do resultado de estudos com bebês primatas não-humanos, que parece claro que, seja em bebês humanos, seja em primatas não-humanos, sempre que o objeto “natural” do comportamento de ligação é inacessível,

o comportamento pode passar a ser dirigido para algum objeto substituto. Embora inanimado, tal objeto parece capaz de preencher o papel de uma importante, ainda que subsidiária, “figura” de apego. O substituto inanimado é especialmente procurado quando uma criança está cansada, doente ou aflita.

#### **4.6 A seleção das figuras de apego**

Passemos a considerar os processos do desenvolvimento do comportamento de apego e as conseqüências dos mesmos, citados por Bowlby (2002, p. 389), quando um bebê é cuidado numa família comum.

Tais processos de desenvolvimento englobariam uma tendência inata para olhar, ouvir e orientar-se para certas classes de estímulos, e que resultam numa atenção especial do bebê para com os adultos que cuidam dele. Outro processo descreve a aprendizagem por exposição, que significa que o bebê aprende os atributos perceptuais de quem estiver cuidando dele e distingue essa pessoa de todas as outras pessoas e coisas. Como terceiro processo, Bowlby destaca uma tendência inata para aproximar-se de tudo o que for familiar, que leva o bebê, quando apto motoramente, a acercar-se da figura ou figuras familiares que aprendeu a distinguir das demais.

O quarto processo é a forma de aprendizagem através da qual, como resultado do *feedback* de certas conseqüências de um comportamento, o mesmo pode ser aumentado, através de seu reforço.

Para Bowlby, a teoria tradicional não apresenta nenhuma prova de que o elemento reforçador crucial do comportamento de apego seja o alimento, enquanto

ele afirma que são “substanciais as provas de que um dos mais eficazes reforçadores do comportamento de apego é o modo como os parceiros do bebê respondem a seus avanços sociais.” (Bowlby, 2002. p. 390). Tais provas derivam da observação natural e da experimentação.

Bowlby cita um estudo pautado em observações em *kibutzim* israelenses, realizado por Schaffer e Emerson (1964), e que destaca como variáveis significativas: a presteza com que a mãe respondia ao choro do bebê e o grau em que ela própria iniciava a interação social com ele - quanto mais prontamente ela respondia ao choro do bebê e quanto mais interação iniciava com ele, mais forte era a tendência do bebê de 18 meses para apegar-se à mãe. O grau desta tendência era avaliado pelos protestos do bebê quando a mãe se afastava.

Os indivíduos que respondiam prontamente ao choro do bebê, sem, no entanto, poder dar-lhe assistência física eram aqueles a quem os bebês preferiam selecionar como figuras subsidiárias; enquanto aqueles que, às vezes, lhes dispensavam cuidados físicos, não se mostrando socialmente receptivos tinham poucas probabilidades de serem selecionados. Mesmo sendo cuidadas por alguma pajem na maioria das refeições e cuidados rotineiros, as principais figuras de apego de uma criança de *kibutz* são seus pais.

Neste sentido, Barros (1987, p.68), falando sobre os resultados das pesquisas de Ainsworth sobre a interação entre as mães e seus bebês, cita que:

*(...) percebeu-se que existia pelo menos uma dimensão principal do comportamento materno que era especialmente relacionada ao comportamento infantil – o grau de sensibilidade da mãe em responder aos sinais e comunicações da criança. A relação manteve-se pela sensibilidade aos sinais da criança referentes à alimentação, ao choro, conforto numa interação face a face (...).*

Bowlby defende que a estimulação social considerada eficaz na promoção do comportamento de apego engloba um misto de estimulação visual, auditiva e tátil, e também, usualmente, cinestésica e olfativa, ressaltando que, em grande parte da literatura mais antiga, a qual supunha que o apego se desenvolvia como resultado de o bebê ser alimentado, a ênfase recai sobre a estimulação tátil e, em particular, a oral.

Assim, ele adota a posição de que todos os modos de interação social desempenham um papel importante na organização do comportamento de apego.

Por outro lado, Bowlby afirma que, à medida que vão crescendo, os bebês humanos, assim como as criaturas jovens de outras espécies, começam a manifestar medo à vista de algo estranho, incluindo pessoas. Logo que essas reações se tornam comuns e/ou fortes, o bebê tende a afastar-se em vez de aproximar-se. Conseqüentemente, torna-se menos provável que ele se apegue a uma nova figura.

A idade em que o medo inconfundível ao ver estranhos ocorre pela primeira vez varia muito de bebê para bebê. O medo de ser tocado ou apanhado ao colo por um estranho ocorre mais cedo do que o medo ao vê-lo. À medida que um bebê vai ficando mais velho, o seu medo de estranhos torna-se cada vez mais evidente.

Bowlby ressalta que uma dificuldade importante na determinação do início do medo e do seu pico de intensidade é que, em qualquer bebê, a ocorrência de medo de estranhos varia muito de acordo com as condições.

Outra prova que evidencia uma crescente tendência para responder adversamente a estranhos é encontrada no modo como bebês de diferentes idades reagem quando transferidos de uma figura materna para outra. Em estudo realizado acerca desta transferência, foi observado que o comportamento perturbado incluía

uma redução de respostas sociais como sorrir e balbuciar e um recrudescimento do choro e agarramento. Incluía também uma apatia incomum, transtornos de sono e alimentação e perda de aptidões anteriormente presentes.

Bowlby (2002, p. 406) também comenta a posição de René Spitz, cuja principal característica é a sua afirmação de que as verdadeiras relações objetivas não se estabelecem antes dos oito meses de idade. Para chegar a essa conclusão, Spitz baseia sua tese no que designa como a “ansiedade dos oito meses”, o que Bowlby denomina de “medo de estranhos”.

Bowlby cita que a posição de Spitz é insustentável, uma vez que ele está equivocado ao supor que o medo de uma criança em relação a uma pessoa ou coisa se desenvolve somente como resultado dessa pessoa ou coisa ter-lhe causado dor ou desprazer. Bowlby ressalta que não há razão nenhuma para procurar qualquer outra explicação para o fato de uma criança se afastar de estranhos, além de ser sentir alarmada pela própria estranheza.

Spitz defende o medo de estranhos como uma forma de ansiedade de separação, idéia da qual Bowlby discorda, explicando que, mesmo quando a mãe está simultaneamente à vista, o bebê pode demonstrar medo de um estranho. Com isso, Bowlby ressalta que existem provas abundantes de que o bebê pode distinguir entre pessoas conhecidas e desconhecidas muito antes de manifestar abertamente o medo de estranhos.

Bowlby (2002, p.408-409) defende que, durante o desenvolvimento de uma criança, o medo de estranhos e a ansiedade de separação aparecem independente um do outro. Ele observa que a posição de que a ansiedade de separação e o medo de estranhos são respostas distintas está de acordo com a posição de Freud. Segundo Bowlby, desde o começo, Freud sustentou que a ansiedade não é a

mesma coisa que ter medo de algum objeto alarmante no meio ambiente, e considerou que havia necessidade de dois termos distintos.

#### **4.7 A questão da violência na família: perspectiva da Teoria do Apego**

Muitas das crianças e adolescentes que inseridas em entidades de abrigo chegaram pela via dos maus-tratos, negligência e violência familiar. Bowlby apresenta sua perspectiva acerca da violência familiar, num artigo de 1987, onde aborda a violência na família como uma questão de desordem dos sistemas de apego e cuidado. E enfoca, especialmente, a violência por parte dos pais.

A esta época, eram escassos os estudos sobre o tema, e Bowlby chama a atenção para a possibilidade da perpetuação da violência de uma geração a outra.

Bowlby atribui a escassez de tais estudos à afirmação de Freud de 1897 de que as seduções infantis seriam produto da imaginação de seus pacientes. Por meio desta concepção, segundo Bowlby, quando do início do seu trabalho profissional, era considerada tabu a discussão acerca do comportamento adverso dos pais em relação aos filhos. Isto levou Bowlby a pesquisar os efeitos, nas crianças, dos eventos da vida real, especialmente a separação e a perda. Com relação a esta resistência, Bowlby chama atenção para o fato de que a situação já vinha mudando àquela época, devido ao maior conhecimento acerca de ocorrências de agressões físicas e verbais contra crianças e mulheres.

Bowlby relaciona exemplos diários e mais comuns de ira, observando que, quando uma pessoa amada está em perigo, isto gera, além de ansiedade, raiva.

Salienta também que ansiedade e raiva estão interligadas, como respostas ao risco de perda.

Em tais situações, a raiva se apresentaria como algo funcional, uma vez que é provável que um protesto raivoso detenha alguém que está comportando-se perigosamente. Assim, Bowlby ressalta que, em hora e grau adequados, a raiva, além de apropriada, seria indispensável. O objetivo do comportamento de raiva, segundo Bowlby, em situações diversas, pode ser o mesmo: proteger a relação que é de grande valor para a pessoa que vivencia a raiva.

Bowlby afirma que são três os tipos de relações específicas que podem despertar raiva, no caso de alguma ameaça: relação sexual com um parceiro, relação com os pais, e relação com os filhos. Segundo Bowlby, a vida emocional de uma pessoa, é determinada, em grau elevado, pelo estado de tais relações.

Para a compreensão de tais relações, Bowlby lança mão de dois ramos da biologia: a etologia e a teoria da evolução, afirmando que os três tipos de relação em questão são semelhantes aos de outras espécies, e têm íntima relação com as funções biológicas vitais da reprodução e sobrevivência. Assim, ele supõe que seja provável que a tendência do ser humano a estabelecer relações profundas e duradouras resulte de forte predisposição genética, selecionada durante o curso da evolução. Dessa forma, Bowlby explica que a propensão de uma criança a se apegar aos pais, ou a quem lhe preste cuidados, pode ser compreendida como tendo a função de reduzir o risco de que algo mau lhe aconteça. Assim como a preocupação dos pais com o cuidado dos filhos contribui para a sobrevivência da criança, como já foi relacionado anteriormente neste trabalho.

Procurando compreender de forma funcional o comportamento de raiva, por este viés evolucionista, Bowlby afirma que tal comportamento teria, inicialmente, a

função de preservar relações duradouras e de vital importância. Sendo assim, a violência disfuncional encontrada na família poderia ser compreendida como uma versão exagerada e distorcida deste comportamento.

Bowlby diferencia o comportamento de apego do comportamento de cuidados, sendo ambos uma predisposição do indivíduo, estando prontos a se desenvolver quando certas condições os ativam. Além disso, Bowlby diferencia também de tais comportamentos, o comportamento sexual, contrastando com a teoria freudiana.

Com em base estudo de Morris e Gould (1963), Bowlby (1987, p.20) relaciona aspectos apontados como sendo freqüentes em mães que cometem abusos. Entre tais aspectos, estão: predisposição a períodos de intensa ansiedade, onde estão presentes explosões de raiva; são consideradas impulsivas, imaturas, desconfiadas; são incapazes de manter relacionamentos mais próximos, ou não apresentam desejo nesse sentido; são socialmente isoladas. Além disso, na ausência de outra figura a que se dirigir, podem procurar o conforto e cuidado em um dos filhos, tratando-os como se fossem mais velhos do que, na verdade, são.

Bowlby relata o fato de a maioria dessas mulheres terem tido infâncias tristes, algumas até espancadas. Além dos abusos físicos, algumas também haviam sofrido abuso mental severo e prolongado, o que vem ao encontro da posição de Erickson, exposta em tópico anterior do presente trabalho.

Para explicar tal fato, Bowlby (1987, p.20-21) relata um estudo realizado por DeLozier (1982), onde é mostrado que mães que cometiam abusos eram sensíveis a situações de separação, demonstrando ansiedade e/ou raiva. Além disso, ansiavam por cuidados, mas esperavam por rejeição. Neste estudo, não foram encontrados, como era esperado, grande número de casos de abuso físico na infância das mães

que cometiam violência com seus filhos. No entanto, em sua grande maioria, tais mães apresentavam experiências de abandono por parte de seus pais.

A minoria dessas mães relatou que sentiam poder contar com a ajuda da mãe em situações de necessidade. Algumas outras descreveram outra pessoa a quem podiam recorrer. Enquanto outras não tinham, em absoluto, ninguém com quem pudessem contar.

Assim, Bowlby explica que ameaças de abandono tornam uma criança intensamente ansiosa quanto a qualquer separação, além de intensamente raivosa para com os pais por ameaçá-la dessa forma. Além disso, o fracasso em dar respostas de alguma ajuda à criança angustiada, combinado a rejeições, levam a criança a se tornar desconfiada de qualquer pessoa.

Bowlby (1987, p.24) enumera que crianças de lares onde há violência, geralmente, apresentam-se deprimidas, passivas, inibidas, ansiosas, agressivas e raivosas, o que pode ser perturbador para a figura de apego. A expressão de sentimento é tão restrita, que pode não ser percebida, ou ainda, apresentar-se ambígua e contraditória, entre outras características. A questão que preocupa Bowlby é que, uma vez estabelecidos, tais modelos tendem a se repetir, o que pode gerar uma dificuldade na formação de vínculos futuros, além da perpetuação do ciclo de violência familiar.

Bowlby relata que, numa creche, crianças que sofreram violência física têm dificuldade para estabelecer relacionamentos, seja com a figura de apego, seja com outras crianças, além de apresentarem-se agressivas.

Além disso, tais crianças podem apresentar um comportamento de evitar serem abordadas por uma figura de apego, e quanto à abordagem iniciada por outras crianças, as que sofreram abuso também apresentam evitação,

comportamento que é facilmente observado entre crianças que sofreram maus-tratos e estão inseridas em escolas e entidades de abrigo.

O comportamento agressivo apresenta-se também maior em crianças que sofreram abuso, estas agrediam as outras mais facilmente, além de serem pouco simpáticas a seus companheiros de idade em situação de angústia, reagindo com medo, angústia ou raiva.

Ao contrário, Bowlby (1987, p. 27) afirma que bebês e crianças em fase pré-escolar que têm pais afetivos e cuidadosos expressam preocupação com outra criança que está aflita e mobiliza-se de modo a confortá-la, conforme estudo de 1979, por Zahn-Waxler.

Para Bowlby, se as condições de cuidado melhoram, algumas crianças podem se recuperar suficientemente, enquanto outras não. Bowlby fala, inclusive, em sérios prejuízos cerebrais. E chama atenção para o fato de que, uma vez que a criança tenha desenvolvido certos comportamentos desagradáveis, pode não ser fácil para um adulto que conviva com ela dar o afeto de que ela necessita. Algumas dessas crianças chegam ao atendimento psiquiátrico e/ou psicoterápico, apresentando ambivalência de reações.

Daí pode decorrer a dificuldade de adaptação de alguns professores e cuidadores a crianças vítimas de violência. Além disso, é freqüente a devolução de crianças por famílias que obtiveram a guarda provisória destas ou o direito ao estágio de convivência<sup>13</sup>, por dificuldade de adaptação à criança em questão.

Buscando relacionar a dificuldade de adaptação entre crianças adotadas e suas novas famílias, comentada por Bowlby, a casos brasileiros divulgados na

---

<sup>13</sup> Período em que a família candidata a adoção recebe a criança ou adolescente em questão, para seja avaliada a possibilidade de adaptação entre ambas, até a concessão da adoção.

imprensa, podemos lembrar o exemplo da cineasta Tizuka Yamazaki, que falou em entrevista (Revista Veja, edição 1668, 2000) sobre sua experiência, ao adotar Fábio. Ela diz que havia sido alertada sobre seu temperamento, e sua experiência de ter sido abandonado por três vezes. Em matéria na Revista Época (edição nº 268, 2003), Fábio relata suas experiências em entidades de abrigo, e a adaptação à nova família, enquanto Tizuka relata suas dificuldades iniciais:

*Não conheço minha mãe nem meu pai, não me lembro deles. Tinha 1 ano e meio quando fui abandonado. Era uma criança rebelde. No abrigo, você não sabe bem quem é, não tem identidade, não tem voz. Um orfanato é como uma cadeia. Ali, sofri até abuso sexual. Vim a fazer parte da família de Tizuka sobretudo pelo Ilya (...) Uma noite estava revoltado, no dormitório, enquanto as outras crianças dormiam. Pedi a Deus que me tirasse de lá. No dia seguinte a Tizuka visitou a instituição. O Ilya me olhou, coloquei-o numa carriola, daquelas de obra, e comecei a passear com ele. Ele disse a Tizuka que eu era o irmão dele. Foi um presente de Deus. O começo foi difícil. Mas a Tizuka e o Ilya transformaram minha vida". A cineasta conta que não foi fácil. "O Fábio havia passado por um processo de adoção e tinha sido devolvido. Ele era rebelde, nos testava o tempo todo. Realmente algumas vezes tive vontade de devolvê-lo. Amigos chegaram a me dizer que eu não era a responsável pelo que havia acontecido com ele antes, mas eu sabia que outro abandono o mataria. Uma vez, conversando com ele, xinguei sua mãe biológica por tudo o que ela o fez passar. Foi quando ele percebeu que a culpa não era dele. A criança acha que a culpa por não ter sido adotada é dela, quando na verdade é de um adulto que não soube aceitá-la.*

Tal exemplo serve para ilustrar o que pode decorrer na adaptação de uma criança a uma nova família, quando esta teve dificuldades na formação de seus vínculos iniciais. É evidente que os sujeitos diferem em suas reações, mesmo em situações semelhantes, mas também são evidentes as conseqüências das intercorrências em seu desenvolvimento.

Do mesmo modo, é possível que alguns sujeitos levem adiante a sua história de violência. Quanto a isto, Bowlby cita diversos estudos que já analisavam os efeitos de abusos sofridos pelos sujeitos na infância. Isto já aponta na direção do estudo de Erickson (2005) acerca dos efeitos psicopatológicos do incesto. Bowlby ainda aponta para o fato de que uma proporção significativa de crianças que

sofreram abuso e rejeição cresce e perpetua o ciclo de violência familiar, respondendo às situações sociais com os mesmos modelos de comportamento desenvolvidos na infância.

## **5. CASA ABRIGO: VÍNCULOS FAMILIARES NO RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA**

Atualmente, é possível observar por parte dos órgãos, entidades e autoridades públicas, um aumento na preocupação relativa às crianças e adolescentes institucionalizados em abrigos. Neste sentido, o Ministério Público do Rio de Janeiro vem trabalhando num projeto intitulado MCA – Módulo Criança e Adolescente. Tal projeto lançado no ano de 2007, consta de uma rede informatizada, que integra diversos órgãos envolvidos com a questão da infância e juventude, e onde é realizado um cadastro das crianças e adolescentes brasileiros que se encontram em entidades de abrigo, além de sua situação jurídica, de retorno para a família de origem ou colocação em família substituta<sup>14</sup>. Este sistema tem por objetivo agilizar o atendimento jurídico de tais crianças e adolescentes, reduzindo o tempo de institucionalização, na facilitação do encontro de uma família para adoção, por exemplo.

Neste caminho, há cerca de um ano, aproximadamente, a AMB, Associação dos Magistrados Brasileiros, lançou mão de uma campanha, intitulada “Mude um Destino”, em favor das crianças que vivem em abrigos. Tal campanha lançou duas

---

<sup>14</sup> Família substituta diz respeito àquela família que, responsabilizar-se-á pela criança ou adolescente, na impossibilidade de o mesmo permanecer com sua família natural. Tal responsabilidade se oficializará através de adoção, tutela ou guarda – documento judicial que assegura o dever de cuidar, zelar. No caso da tutela, é nomeado um representante legal para gerir a vida e administrar os bens da criança / adolescente, por ocasião do falecimento dos pais ou destituição do poder familiar. O poder familiar diz respeito aos direitos e deveres dos pais em relação aos filhos menores de dezoito anos, e pode ser suspenso ou extinto por ato judicial, em casos de falta gravíssima. “A adoção também extingue o poder familiar da família de origem do adotado” (Ferreira e Ghirardi, s.d., p. 10).

cartilhas, “Adoção passo a passo” e “Abrigo legal”. Este material vem contribuindo, muitas vezes, para nortear o trabalho da Equipe Técnica da Casa Abrigo de São Fidélis, no sentido de oferecer subsídios para o estudo psicossocial das famílias dos abrigados, e também embasar os pareceres técnicos fornecidos ao Ministério Público e outros órgãos.

É importante, ao tratar deste tema, tomar consciência de que a história do abandono de crianças não é recente, atravessando nossa história desde a Antiguidade. Na verdade, a infância não costumava ser tratada com muita importância, havendo grande ocorrência de mortes infantis na Idade Média. Assim, alguns hospitais na Europa passaram a assistir essas crianças, além de instituírem as primeiras Rodas dos Expostos, estruturas onde uma mãe sem condições poderia deixar seu filho na parte externa da Roda, girando-a para dentro da instituição, para que alguém o pegasse (Cuneo, 2007, p.16-19).

No Brasil, anteriormente à criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a legislação vigente era o chamado *Código de Menores*, cuja criação datava de 1927, e oficializa intervenções no âmbito da família, além de conferir ao juiz pleno poder de decisão sobre a família das crianças e adolescentes que se encontravam à margem (*ibid*, p.11). Era necessário que tal código fosse revisto, pois este somente contemplava as crianças e adolescentes em situação de rua, de delinqüência, de abandono, ou seja, que se encontravam à margem da sociedade. Era necessário que fossem instituídas leis que contemplassem todas as crianças e adolescentes.

Além disso, era como se o Código de Menores criasse uma cisão da infância em duas categorias: uma infância com suas necessidades básicas satisfeitas, onde se encontravam as crianças e os adolescentes, e uma outra infância, esta, carente de suas necessidades básicas, os chamados menores. A estes, cabia um tratamento

diferenciado por parte da legislação, o que acabou criando o estereótipo “menores”, estendido por alguns até os dias de hoje.

Até o caminho apontado pela atual legislação sobre a infância e juventude, representada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, o Brasil viveu com o golpe militar de 1964, um momento em que a questão do menor abandonado passou a ser vista como um problema de ordem nacional. A grande tônica deste momento histórico eram as medidas de institucionalização da infância abandonada, que teve como sua grande personificação a criação, no mesmo ano, da Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor – FUNABEM, e em seguida das FEBEMs – Fundação Estadual do Menor. Tais fundações tinham por objetivo a reeducação dos menores marginalizados, assim como a sua reintegração ao convívio social (*ibid* p. 34).

Em 1979, foi promulgado o novo Código de Menores, que não ofereceu mudança significativa à concepção do código anterior, e que instituía a doutrina do Menor em Situação Irregular (*ibid*, p. 35). Tal doutrina não representava muitas mudanças nas decisões e tratamento referentes aos chamados “menores”.

Na década de 80 iniciou-se uma série de movimentos sociais e a criação de Organizações Não-Governamentais – ONGs, e a Constituição Federal de 1988 acaba por abrir caminho para que os direitos fossem assegurados a todas as crianças e adolescentes. Em seu artigo 227, a Constituição Federal assegura que:

*É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.*

Assim, ficou claro através deste artigo que o Código de Menores já não era mais condizente com o que se esperava em termos de legislação destinada a crianças e adolescentes. Isto abriu caminho para a criação do Estatuto da Criança e do adolescente, conhecido também como ECA, com a promulgação da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Desse modo, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) regulamentou o artigo 227 da Constituição Federal, alterando também, as relações do, digamos, “mundo adulto” com a infância e a adolescência.

Encontramos no artigo 2º do referido estatuto a compreensão de que criança é a pessoa que possui até doze anos incompletos, e adolescente a pessoa a partir dos doze anos completos até os dezoito anos, sendo considerado, a partir de então adulto. O parágrafo único deste artigo salienta que há uma exceção para após os dezoito anos, até vinte e um anos de idade, em caso de adoção e internação.

É claro que tais designações possuem efeito legal, porém é possível avaliar que tal posicionamento jurídico leva em consideração o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes, privilegiando, inclusive, o direito destes de conviverem em família. Mais do que isso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) afirma que o dever de efetivação dos direitos relativos a crianças e adolescentes é, prioritariamente, da família.

No artigo 4º do próprio estatuto, encontramos que o dever da efetivação dos direitos das crianças e adolescentes é, em primeiro lugar, da família, em segundo lugar, da comunidade, em seguida da sociedade em geral, e por último, do poder público. Isto reitera o artigo 227 da Constituição Federal já citado anteriormente.

Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 19, garante que:

*Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família natural e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.*

Com este artigo, fica claro que a questão, atualmente, não é somente o direito de que os pais fiquem com os filhos, mas, principalmente, de que os filhos têm o direito de permanecer em companhia de seus pais.

No entanto, na prática como psicóloga da Equipe Técnica da Casa Abrigo do Município de São Fidélis, pude constatar que, muitas vezes, não é possível resguardar este direito à criança ou ao adolescente, pois, em alguns casos, a companhia dos pais pode oferecer risco à sua integridade física, psicológica e emocional, o que poderia comprometer o seu desenvolvimento integral e saudável.

Assim, mesmo com o entendimento dos órgãos de proteção à infância e juventude – como os Conselhos Tutelares, Ministério Público, Juizado da Infância e Juventude, sua equipe técnica, entre outros – de que a prioridade é que as crianças e adolescentes fiquem com os pais, por vezes, ocorre que é necessário que o filho seja entregue a um abrigo, à família ampliada (chamada também de família extensa, que seria a família natural, porém não nuclear, por exemplo, avós ou tios), ou a uma família substituta.

Como já dito anteriormente, o fato de a prioridade estar voltada para que a criança fique em sua própria família pode ser interpretado como uma preocupação em prol de que seu desenvolvimento se dê em seu seio familiar original. Isto denota que a própria legislação entende como essencial o papel da família no desenvolvimento infantil. Além disso, a preocupação com outra família idônea que possa substituir a família original também diz dessa preocupação.

Dessa forma, em alguns abrigos, há a presença do casal social como responsável pelos que ali estão abrigados. Porém, isto não é uma constante em

todos os abrigos. Há abrigos, que funcionam em outros regimes como, por exemplo, monitores responsáveis, revezando-se em turnos de vinte e quatro horas. A estrutura de tais abrigos pode se revelar como uma estrutura menos familiar e calorosa, principalmente, se atender a um maior número de crianças e adolescentes, o que pode levar a equipe a um estado de tensão, que a leve a distanciar-se emocionalmente dos abrigados, até mesmo como um mecanismo de controle dos mesmos.

No caso do abrigo citado neste trabalho, a opção de trabalho é pelo casal social, além de um número reduzido de assistidos, o que não é difícil de manter em se tratando de um município de pequeno porte, como é São Fidélis, que conta com cerca de trinta e sete mil habitantes.

Os órgãos de proteção, já citados no presente tópico, intervêm de modo a garantir a integridade a qualquer adolescente ou criança que seja violado em seus direitos, através de abandono, maus-tratos, negligência, violência de diversas ordens, etc. Muitas vezes, se faz necessária, nesta intervenção, que a criança ou adolescente em questão seja afastado de sua família de origem, sendo encaminhado a um ambiente seguro, até a definição de sua situação.

Nesta situação, entra em cena o papel dos abrigos. Os abrigos, como já explanado acima, são executores de uma das medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A medida de abrigamento está prevista no artigo 101, inciso VII, do referido estatuto. E só deve ser aplicada após as outras medidas previstas se esgotarem. Entre tais medidas, encontradas no mesmo artigo, estão, por exemplo, a inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família em questão, à criança e ao adolescente, requisição de tratamentos médicos ou de outra ordem, orientação, apoio e acompanhamento temporários, entre outros.

Como já foi dito anteriormente, é evidente no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a prioridade da preservação dos vínculos familiares, mesmo quando a medida cabível é o abrigo. Isto pode ser verificado em seu artigo 100: “Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários”.

Com isso, fica claro que a prioridade é pela busca de alternativas que possibilitem a permanência da criança ou adolescente junto a sua família original. Para isso, muitas vezes, lança-se mão da inserção da criança / adolescente em programas de medidas sócio-educativas<sup>15</sup>, bem como, outras medidas sócio-protetivas, traduzidas na inserção da família em programas de assistência, de orientação, e outros, no objetivo de conferir àquela família uma estrutura básica de responsabilidade para com seu filho. Esgotadas as tentativas de permanência da criança / adolescente com sua família de origem, então ocorre a medida de abrigo.

Ainda assim, os pais e a criança / adolescente em questão têm direito a visitas regulares, como forma de resguardar os vínculos familiares, desde que tal contato não seja considerado pelas autoridades e profissionais competentes como prejudicial ao desenvolvimento da criança ou adolescente em questão.

Em uma publicação da Unicef intitulada “Ser filho”, encontramos que, no Brasil, o regime de abrigo ocorre desde o descobrimento do país, uma vez que sempre existiram aqui crianças abandonadas (Teixeira e Monteiro, 2007, p.8).

---

<sup>15</sup> No artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente, encontramos medidas a serem aplicadas quando verificada a prática de ato infracional, ou seja, de uma conduta descrita como crime ou contravenção penal. Tais medidas podem constar, por exemplo, de advertência, liberdade assistida, prestação de serviços à comunidade, etc.

Esse problema teria encontrado solução, inicialmente, na criação pelo governo das Rodas dos Expostos nas Santas Casas de Misericórdia. Teixeira e Monteiro (2007, p.8) descrevem que: “Os filhos eram entregues como mercadoria censurada pela moral e costumes da época, pois representavam a traição desta moral (relacionamentos extra-conjugais, envolvimento sexuais precoces, etc.)”.

Posteriormente, foram criadas outras formas de abrigamento como os reformatórios e orfanatos, por exemplo, até chegarmos à criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Para o Unicef, ainda ocorrem no Brasil, abrigos semelhantes aos antigos modelos, atendendo a um grande número de crianças e adolescentes. Com isso, estes abrigos acabam por não prestar o serviço devido de acompanhamento à família e preservação dos vínculos familiares, o que resulta, muitas vezes, na longa permanência dos abrigados nas instituições, e o que traz conseqüências no desenvolvimento da criança ou adolescente abrigado:

*Estudos revelam que a longa permanência gera, inevitavelmente, impactos e prejuízos no desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes, já que estão longe da atenção e do afeto que somente uma dinâmica familiar pode proporcionar (Teixeira e Monteiro, 2007, p. 8).*

Teixeira e Monteiro (2007, p.8-9) citam uma pesquisa realizada em 2003/2004, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), demandada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos em 589 instituições de acolhimento a crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal. Esta pesquisa apontou que das quase 20.000 crianças e adolescentes de tais instituições, 86,7% possuem vínculo familiar, ainda que precário. Tal dado aponta que a institucionalização não provocou o rompimento total das referências familiares.

Segundo Teixeira e Monteiro (*ibid*, p.9), a política de abrigo no Brasil vem, por muito tempo, se centrando no atendimento a crianças e adolescentes, deixando de se ocupar em promover a reorganização da família de origem, o que acaba por desfavorecer o trabalho de reinserção familiar. Com isso, aumenta o tempo de permanência das crianças e adolescentes na instituição, ou as reincidências ao abrigo.

Chiaradia *et alli* (2007, p.9) comentam que, no Brasil, existem diversos tipos de abrigos, cada um com características próprias em seu atendimento, quanto ao público-alvo, tamanho, capacidade de acolhimento, etc. No entanto, ela ressalta que todas estas diferentes instituições devem orientar-se pelos princípios previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para profissionais e especialistas da área, o acolhimento em abrigo que, de acordo com o ECA, deveria ser uma medida de caráter excepcional e provisório, tornou-se o contrário, em muitos casos:

*Em muitos municípios, abrigos acolhem crianças por longos períodos de tempo. Há centenas de instituições, em sua maioria filantrópicas, que abrigam crianças e adolescentes por razões que não são excepcionais, na medida em que a miséria, o desemprego crônico, a desagregação familiar, a dependência das drogas e a violência doméstica, causas que freqüentemente alimentam situações de abandono e maus-tratos a bebês e crianças maiores, são hoje problemas e/ou características estruturais da sociedade brasileira. (UNICEF, 1998; Weber, 2001; Carvalho, 2002 apud Chiaradia et al., 2007 p. 9).*

Chiaradia *et alli* (*ibid*, p.9-12) também utilizam a pesquisa realizada pelo IPEA, já citada acima, relacionando diversos dados levantados em tal pesquisa. Destes dados, é importante ressaltar que:

- aproximadamente 65% dos abrigos brasileiros são organizações não-governamentais;

- 85,9% dos abrigos, no Brasil, não oferecem serviço especializado, atendendo crianças e adolescentes que apresentem qualquer situação de risco social e pessoal;
- 78,1% dos abrigos brasileiros são instituições mistas;
- em todo o país, 53% dos abrigos trabalham com faixa etária ampliada;
- 78,4% dos abrigos brasileiros atendem em regime de permanência continuada, o que significa que criança e o adolescente permanecem as vinte e quatro horas do dia na instituição.

A mesma pesquisa revelou, quanto ao perfil das crianças e dos adolescentes intitucionalizados (as):

- 58,5% são do sexo masculino;
- 63,6% são afro-descendentes;
- 61,3% têm entre sete e quinze anos;
- 55,2% vivem no abrigo de sete meses a cinco anos;
- 32,9% vivem no abrigo entre dois e cinco anos;
- 66,8% têm entre zero e seis anos e está em uma unidade de educação infantil;
- 19,2% dos adolescentes, entre quinze e dezoito anos, são analfabetos;
- 58,2% mantêm vínculos com a família, recebendo desta visita regular;
- 24,1% estão declaradamente no abrigo por razões relacionadas à pobreza ou vulnerabilidade da família.

Um dos dados que mais chama a atenção é o fato de que 32,9% das crianças e adolescentes incluídas na pesquisa já estavam no abrigo há um período superior a dois anos, sendo que alguns chegavam a estar lá já há cinco anos.

Ou seja, a grande preocupação atual, além dos motivos não extraordinários que levam a criança / adolescente ao abrigo, é o tempo que estes permanecem

institucionalizados. O que está em questão é o quanto de prejuízo tal ruptura pode trazer para a criança e o adolescente nesta situação. E mais, quanto prejuízo não poderia ainda ser evitado por um tempo reduzido de institucionalização?

Quanto ao longo tempo de institucionalização, Cuneo (2007, p. 66) adverte que:

*Quando excepcionalidade do abrigo e temporariedade não são observadas e o tempo prolongado de abrigamento torna-se uma realidade são geradas conseqüências nefastas na vida de crianças institucionalizadas. Não se pode desconhecer que o fator tempo é muito importante para a criança. Quando esse tempo tarda demasiadamente ou não chega danos são produzidos em seu psiquismo.*

Cavalcante (*apud* Chiaradia *et al.*, 2007 p. 12) levanta questões a serem avaliadas, observando a ocorrência de medidas de abrigo em situações não descritas como excepcionais, quando esta deveria ser aplicada somente em casos de grave risco à criança ou adolescente, o que mostra que a pobreza das famílias é utilizada como argumento para tal medida.

Outra questão citada por Cavalcante (*ibid*, p. 12) é a necessidade de mudanças na qualidade da estrutura e dinâmica dos abrigos, o que tornaria tal ambiente “mais propício à interação social e às trocas afetivas”, além de “ajudar a prevenir ou atenuar os efeitos da institucionalização prolongada, caracterizados por seqüelas físicas, psicológicas e sociais”.

Reiterando a opinião de Teixeira e Monteiro (2007), já citada anteriormente, sobre o prolongamento do tempo de institucionalização de crianças e adolescentes, Chiaradia (2007, p. 13) entende que:

*(...) os efeitos gerados pela inexistência ou fragilidade dos vínculos familiares podem ser agravados pela permanência prolongada em ambiente institucional, já que são poucos os adultos com quem podem construir ligação estável e duradoura, em função do atendimento massificado e despersonalizado que é uma característica muito comum em ambientes institucionais.*

Isto mostra que há muito que ser repensado em termos de qualidade do atendimento em abrigos no Brasil. O tempo de institucionalização acaba por ser um tempo em que ocorrem graves prejuízos para a vida futura dessas crianças e adolescentes, quando estes estiverem fora do abrigo. Talvez resida aí a importância de que o trabalho da equipe do abrigo seja voltado para a manutenção dos vínculos familiares, a reinserção familiar, a reorganização da família de origem.

Rizinni e Rizinni (*apud* Chiaradia, 2007, p. 13) explicam que a experiência da institucionalização precoce e prolongada pode ocasionar para o desenvolvimento da criança e do adolescente, fatores de risco e privações, uma vez que pode “[limitar] as possibilidades de desenvolvimento físico, afetivo, intelectual e social da criança e do adolescente”, e ainda, “[segregar] a criança e o adolescente da família e da comunidade, reduzindo as possibilidades de formação e manutenção dos vínculos afetivos”.

Sendo o abrigo medida provisória, como tanto já foi reiterado, é necessário que haja um trabalho voltado para a manutenção dos vínculos familiares de origem da criança ou adolescente em questão, quando possível, e quando tal família não representar risco para o mesmo.

Dessa forma, a política de atendimento de um abrigo deve ter esta preocupação, tendo consciência de que o caráter de seu trabalho não é o de oferecer em si mesmo uma solução definitiva para a criança ou adolescente ali inserido. Mas sim, trabalhar de forma a manter o seu caráter provisório, conforme orienta o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 92:

*Art. 92: As entidades que desenvolvam programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios:*

*I – preservação dos vínculos familiares;*

- II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;*
- III – atendimento personalizado e em pequenos grupos;*
- IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;*
- V – não desmembramento de grupos de irmãos;*
- VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;*
- VII – participação na vida da comunidade local;*
- VIII – preparação gradativa para o desligamento;*
- IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo.*

Para Schmidt *et al.* (s.d., p.4), a própria ordem dos incisos no artigo acima citado, diz do grau de importância de cada um deles, devendo o trabalho do abrigo direcionar-se nesta ordem de importância. Assim, na impossibilidade de se proceder de modo a manter os vínculos familiares de origem da criança / adolescente, o trabalho deve ser na direção de se encontrar uma família substituta o quanto antes.

Aí reside mais um problema, pois muitas pessoas interessadas em adotar uma criança interessam-se por crianças menores, principalmente, bebês. Por um lado, esta opção por parte dos interessados dá margem a muitas leituras, como o próprio desejo de se cuidar de uma criança desde as suas primeiras experiências, na impossibilidade de um filho natural, ou até mesmo o receio em adotar uma criança maior que já traria consigo uma história em uma família desconhecida e /ou desestruturada, entre tantos outros motivos aos quais não cabe o julgamento neste trabalho. Por outro lado, isto gera um problema ainda maior, pois as crianças mais velhas e os adolescentes acabam permanecendo no abrigo, não só pela morosidade muitas vezes presente em seu processo de destituição do poder familiar, por exemplo, mas também pela falta de uma família substituta que se interesse.

Ferreira e Ghirardi (s.d., p.17) ressaltam que, apesar de o Estatuto da Criança e do Adolescente definir, em seu artigo 19, que um ambiente familiar inadequado

seria aquele com presença de pessoas dependentes de álcool e drogas, a avaliação psicossocial realizada pela equipe da Vara da Infância e Juventude vem considerando outros aspectos:

*Na constituição de uma nova família é fundamental proporcional para as crianças / adolescentes que já sofreram uma ruptura afetiva anterior um ambiente acolhedor e favorecedor do estabelecimento de novos vínculos.*

Esta preocupação, por vezes, pode provocar ainda mais lentidão ao processo de adoção, pela necessidade da profunda avaliação das condições da família interessada. Ainda assim, é possível a ocorrência de casos em que após a concessão de guarda, por ato judicial, a família não se sinta adaptada à criança, renunciando a guarda. Ou ainda, que a própria criança ou adolescente em questão rejeite àquela família que era sua guardiã até então. Tais casos não são tão comuns, mas já ocorreram no abrigo em questão neste trabalho, e serão relatados posteriormente.

Voltando à questão do abrigo, Schmidt *et alli* (s.d., p.6) ressaltam que o Estatuto da Criança e do Adolescente admite que as entidades de abrigo funcionem como governamentais ou não-governamentais, sendo que as não-governamentais necessitam de registro prévio junto ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente que, por sua vez, comunicará tal registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da localidade em questão.

Enquanto abrigados, as crianças e adolescentes estão sob responsabilidade do dirigente do abrigo, cujas responsabilidades se encontram no Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 92, parágrafo único: “[o] dirigente de abrigo é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito”.

Sendo assim, o dirigente do abrigo torna-se responsável pelas crianças / adolescentes presentes na entidade, estando sob sua guarda. Segundo o artigo 33 do Estatuto da Criança e do Adolescente, “[a] guarda obriga à prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais”.

Ou seja, o abrigo passa a funcionar como uma espécie de “família substituta”, para a criança ou adolescente ali inserido, enquanto a sua solução, de retorno para a família de origem ou inserção em uma nova família, não chega. O fato é que muitos abrigos, como dito anteriormente, não se apresentam como lugares acolhedores, calorosos, e mesmo que assim o sejam, como o abrigo relatado neste trabalho, ainda não chegam a representar, de fato, a família dos que ali estão abrigados.

O que as crianças e adolescentes sentem falta mesmo é do convívio da família, mesmo que não expressem isto de modo muito claro, ou que compreendam que não podem retornar à sua família de origem, desejam ter um convívio familiar, e mais, fora da instituição, por melhor que esta se apresente.

Chiaradia *et alli* (2007, p.15-110) apresentam uma série de relatos de crianças e adolescentes institucionalizados, escritos por eles próprios. Nestes relatos estão, de modo sucinto, a sua história de vida, a descrição de sua família (quando o sabem fazer), o motivo de estarem em uma instituição, o convívio com os demais dentro do abrigo e os planos para o futuro. É interessante notar que nestes planos para o futuro, os relatos são quase que unânimes em apresentar o desejo de sair da instituição, para voltar para a família de origem, ou ser adotado por uma nova família. Além disso, muitos apresentam planos de se casar e ter filhos, frisando que não farão com os filhos aquilo que sofreram.

Na Casa Abrigo de São Fidélis, também é possível notar tais desejos. No último feriado de Páscoa, em março de 2008, a dirigente do abrigo reuniu as crianças e adolescentes para distribuir chocolates, e aproveitou, juntamente com a equipe técnica, para dar espaço para que eles se colocassem sobre seus desejos. Todos apresentavam o mesmo desejo: o retorno para a família, qualquer que fosse sua constituição ou problemática.

Aí também reside a relevância deste trabalho, na discussão da importância da manutenção desses vínculos familiares, e do suporte à própria família de origem, para que esta tenha condições de assumir a responsabilidade pelos seus. Não só condições financeiras, mas condições de uma dinâmica familiar saudável.

### **5.1 Relato de uma experiência**

São Fidélis é um pequeno município do interior do estado do Rio de Janeiro, com cerca de trinta e sete mil habitantes. O município não possui grandes problemas com população de rua, porém conta com uma grande área de vulnerabilidade social, onde grande parte da população vive com baixos salários e emprego escasso.

Cerca de mil dessas famílias são assistidas por programas gerenciados pela prefeitura do município, que recebe recursos dos governos estadual e federal para implementação desses programas. Em tais programas, as famílias recebem cursos de geração de renda, reuniões de orientação, palestras, entre outras atividades, e as crianças e adolescentes destas famílias são assistidos em programas específicos para sua idade.

Em tais programas, o trabalho da Psicologia é realizado em conjunto com o trabalho do Serviço Social, não tendo como foco o atendimento clínico individual, mas sim, o fortalecimento e a emancipação das famílias, através das reuniões e palestras.

Do mesmo modo, o trabalho da Psicologia na entidade de abrigo do município de São Fidélis é realizado em conjunto com o Serviço Social, formando o que chamamos de equipe técnica.

A Casa Abrigo de São Fidélis – como é chamada a entidade – possui pequeno porte, com capacidade para receber dez crianças e adolescentes, vítimas de maus-tratos, negligência e violência familiar, até que possuam condições de regressar para a família de origem, ou ingressar em família substituta.

A entidade funciona na casa anexa ao CIEP do município – normalmente destinada a alunos em regime de internato, e é mantida pela prefeitura, tendo como dirigente a Secretária Municipal de Promoção e Bem-Estar Social de São Fidélis. Há a presença do casal social, que cuida do cotidiano dos que estão ali abrigados. O casal social recebe ajuda de três auxiliares para as tarefas domésticas.

O trabalho da psicologia e do serviço social nesta entidade é o de acompanhar a situação de cada criança ou adolescente abrigado, trabalhando o seu retorno à família, ou preparando o seu ingresso em família substituta. Para tal, a equipe realiza entrevistas com os abrigados, com seus familiares, e famílias interessadas na guarda destas crianças e adolescentes, realizando visitas domiciliares, estudos psicossociais e emitindo pareceres técnicos.

A equipe também realiza reuniões com a equipe técnica do juízo do município, além de encaminhar relatórios a este juízo, sugerindo resoluções para os casos das crianças e adolescentes presentes no abrigo.

A atual equipe técnica assumiu os trabalhos na entidade em março de 2007, quando tomou posse nos cargos disponibilizados em concurso público realizado pela prefeitura do município no ano anterior.

A Casa Abrigo de São Fidélis conta com certa rotatividade em seu quadro de abrigados, o que pode ser avaliado como um bom indicativo, pois denota que, uma vez abrigados, as crianças e adolescentes não permanecem muito tempo na instituição, o que pode diminuir as conseqüências desta institucionalização.

No entanto, há ainda casos que preocupam a equipe técnica por não apresentarem muita possibilidade de resolução. Assim, a seguir serão apresentados alguns casos mais ilustrativos ocorridos no abrigo<sup>16</sup>. Nos casos descritos, veremos questões como a institucionalização prolongada, as dificuldades das crianças e adolescentes mediante os vínculos iniciais rompidos e os vínculos de grupos de irmãos, o que justifica também a orientação da justiça em tentar não separar tais grupos.

### **5.1.1 Caso R.S.**

R. S. é um adolescente de quatorze anos com algumas limitações intelectuais e relacionais, possuindo alguns traços autistas em seu comportamento. Ele recebe acompanhamento na Sociedade Pestalozzi do município, onde também estuda.

Ao iniciar o trabalho na instituição, em março de 2007, a equipe já encontrou o adolescente abrigado, pois a pessoa que se responsabilizava pelo mesmo já não apresentava condições de continuar com ele, por estar em idade avançada, o que a levou a morar na residência de seu filho.

---

<sup>16</sup> Em todos os casos descritos neste trabalho, haverá preservação dos nomes dos adolescentes e crianças em questão.

Esta senhora era responsável por R.S. e sua irmã, desde o falecimento de sua mãe. A irmã de R.S. casou-se e foi morar no interior no município, trabalhando na lavoura com o marido. O pai de R.S. também já apresentava idade avançada.

Além disso, R.S. e sua irmã são frutos de uma relação extra-conjugal de seu pai, levando à dificuldade da aceitação de R.S. pelos seus irmãos paternos. A equipe tentou contatos com a família paterna de R.S., porém as tentativas foram em vão.

A equipe técnica também chegou a tentar sensibilizar a família da senhora que cuidou de R.S. desde a infância, para que se responsabilizassem por ele, conversando com seu filho e nora. Estes alegaram ter carinho por R.S., mas não possuir condições para recebê-lo, justificando-se pelo fato de residirem em uma casa pequena e com outros filhos.

Desde então, a equipe vem tentando sensibilizar a irmã de R.S. que chegou a recebê-lo algumas vezes em férias escolares e finais de semana. No entanto, esta oferece grande resistência a responsabilizar-se por ele, alegando que não tem tempo, devido ao seu trabalho na lavoura, que lhe toma muito tempo, e que R.S. necessita de atenção especializada. Além disso, seu marido também mostra grande resistência a receber o adolescente, alegando que “ele dá muito trabalho” (SIC).

Poucas são as visitas realizadas pela irmã de R.S. ao abrigo, para vê-lo. Com isto, R.S. acaba por apresentar reações ambivalentes em relação à mesma, ora demonstra raiva, ameaçando não recebê-la, ora conta esfuziante a sua última visita.

Por outro lado, por se tratar de um adolescente de quatorze anos, é remota a possibilidade de que apareça uma família interessada na adoção, o que preocupa muito a equipe, que vê o adolescente se desenvolver na instituição sem muitas possibilidades.

### 5.1.2 Caso R.R.

R.R. chegou ao abrigo aos sete anos, por intervenção do Conselho Tutelar do Município, após ser encontrado dormindo ao relento, na companhia de seu padrasto, que encontrava-se alcoolizado. Sua mãe o deixou no município aos cuidados do companheiro, que vagava alcoolizado pela cidade, levando consigo o menino.

A mãe de R.R. alega que deixou o município para prestar assistência a seu outro filho, que estaria hospitalizado na cidade de Macaé-RJ. No entanto, em contato com o hospital, a equipe constatou que não havia registro da internação deste outro filho na data informada pela mãe. A mãe deseja reaver a guarda de seu filho, e retornar à cidade de Macaé, onde informa possuir residência.

Insegura quanto ao que sugerir neste caso, a equipe dirigiu-se para o município de Macaé, na companhia da equipe técnica do juízo, a fim de contatar o Conselho Tutelar daquela cidade, e certificar-se das condições em que R.R. viveria no seu retorno com a mãe.

No entanto, a equipe descobriu que R.R. já havia sofrido três institucionalizações em Macaé, e uma no município de Campos dos Goytacazes-RJ, sendo esta a sua quinta institucionalização, em apenas sete anos de vida. Em todas as aplicações da medida de abrigamento, R.R. encontrava-se sob responsabilidade de sua mãe. Este fato preocupou ambas as equipes em que R.R. retornasse para o convívio da mãe.

O padrasto de R.R. costumava aparecer ao abrigo alcoolizado, agressivo e visivelmente alterado, deixando R.R. muito assustado, o que levou à suspensão de suas visitas. A mãe de R.R. diz que precisa retornar à Macaé, pois lá possui residência e trabalho, e que deixará o companheiro, em prol dos filhos. Contudo, ela

não dá informações precisas quanto ao seu endereço em Macaé e sua rede de relações.

A equipe tem adiado a sugestão a respeito do caso, pois não sente segurança de que, ao retornar para a mãe, R.R. não acabe por passar por outro processo de institucionalização. Por outro lado, é inegável o vínculo existente entre os dois e, quando das visitas da mãe à entidade, ambos demonstram o desejo de retorno.

Assim, a equipe continua a realizar entrevistas com a família, inclusive com o irmão mais velho de R.R. que apresenta muita resistência ao atual companheiro da mãe.

Enquanto isso, R.R. mostra-se uma criança muito introspectiva, um pouco resistente ao contato social e, recentemente, têm apresentado outros sintomas como enurese, tanto diurna, quanto noturna, o que vem preocupando, não só a equipe, como também o casal social.

### **5.1.3 Caso R.I.**

R.I. chegou ao abrigo já adolescente, com 12 anos, após sofrer um histórico de violência. Havia sido rejeitado pela mãe, como ele próprio relatava, dizendo que ela atravessava a rua para não falar com ele quando o via, no seu município de origem, em Itaboraí-RJ.

Assim sendo, R.I. passou a andar com pessoas de conduta questionável e passou a ter problemas, entre outros, na área da sexualidade, uma vez que tais pessoas exploravam sexualmente o adolescente.

Com isso, R.I. passou por uma casa que o abrigou, cuidada por uma família, e posteriormente, foi internado numa instituição religiosa, onde apresentou histórico

de desrespeito às regras. Uma freira da instituição conseguiu localizar o pai de R.I. no município de Cambuci-RJ, próximo a São Fidélis, levando R.I. ao seu encontro, sem que este soubesse, dizendo que era um passeio. A freira deixou R.I. ao cuidados do pai, à revelia do adolescente, e retornou à Itaboraí. Com o pai, tinha também a companhia de um irmão mais velho e ambos passavam por abusos físicos e maus-tratos. O pai apresentava alcoolismo e, quando bebia, batia nos filhos.

R.I. acabou fugindo de casa para o município de São Fidélis, e perdeu-se de seu irmão. Neste município, vendia picolé pelas ruas e, em situação de risco, pois havia denúncias de que estaria sendo explorado sexualmente, o adolescente foi abrigado pelo Conselho Tutelar.

No abrigo, R.I. mostrava-se um adolescente rebelde, não respeitando as regras. Uma característica muito forte de R.I. era a maneira como manipulava emocionalmente algumas pessoas que lhe interessassem. Por um lado, era rebelde, respondia ao casal social, não formava vínculos com os outros abrigados. Por outro lado, colocava-se numa posição de vítima – e de fato era uma vítima da violência – tirando vantagens disto, conseguindo que as pessoas lhe atendessem os desejos, como aconteceu em uma audiência em que ganhou uma bicicleta do juiz.

R.I. recebeu muitas oportunidades pela prefeitura do município, onde participou do projeto Agência Mirim, no qual prestava serviços em setor da prefeitura, entre outras atividades. Contudo, a rebeldia de R.I. só aumentava, criando problemas no abrigo, quando brigava com o casal social e os demais abrigados, ameaçando fugir e agir com violência.

R.I. não aceitava atendimento psicológico, assim poucas foram as vezes em que R.I. se disponibilizou a ser atendido. Nestas vezes, quase não verbalizava e apresentava muita resistência.

R.I. apresentava o desejo de voltar à Itaboraí, pois tinha notícias de que seu irmão estaria lá, além de desejar reencontrar a família que havia cuidado dele no primeiro abrigo. Estes eram os únicos vínculos marcantes que R.I. demonstrava ter.

A equipe entendeu que, de fato, seria muito difícil um trabalho de reaproximação com estes laços estando em município tão distante. Sendo assim, após contatos com o Conselho Tutelar de Itaboraí e conseguir endereços de referência do irmão e da família citada, a equipe sugeriu ao juízo que R.I. retornasse à sua cidade.

O juiz encaminhou o caso à comarca de Itaboraí, e R.I. foi levado pelo Conselho Tutelar a um novo abrigo naquele município, até a audiência que decidiria seu destino, depois de quase três anos de abrigo em São Fidélis.

No último contato realizado, a equipe teve notícias de que R.I. decidiu em audiência por sua permanência no abrigo, uma vez que não se sentiu tão bem recebido em sua família, quanto ele esperava. Atualmente, além de estudar, R. I. trabalha em projeto do próprio abrigo em atividades de construção civil. R.I. está com dezessete anos, a equipe teve notícias que estaria namorando e pensando em constituir família.

A equipe entendeu que havia uma dificuldade em R.I. para formar novos vínculos em São Fidélis, o que era motivo de preocupação. Descobrimos que existiam laços no município de origem, a equipe acreditou que a chance de retomar o curso normal de sua vida era grande para R.I., fato não vislumbrado em São Fidélis.

#### **5.1.4 Caso Irmãos O.**

O primeiro caso recebido pelo abrigo em questão, foi o caso de um grupo de seis irmãos, vítimas de maus-tratos. A orientação nestes casos é que se faça o possível para evitar a separação do grupo.

No entanto, sendo um grupo tão grande é difícil cumprir com tal orientação. Assim, três dos irmãos foram recebidos em famílias substitutas rapidamente. Quando a equipe atual chegou ao abrigo, estes três já haviam sido desabrigados, e estavam ali três dos meninos.

Desse modo, o relato do caso se concentrará nestes três. Os três irmãos eram bem unidos e também já haviam sido recebidos em família substituta em estágio de convivência, anteriormente à chegada da atual equipe. Contudo, estes foram devolvidos ao abrigo, com a justificativa de que não se adaptaram à família, e esta a eles.

O trabalho da equipe era então o de encontrar um novo caminho para os três irmãos, tentando não separá-los. A mãe, segundo seu próprio pai, não tem condições de responsabilizar-se pelas crianças, além disso, eles são filhos de pais diferentes e não localizados. A equipe vislumbrou a possibilidade de que este avô ficasse com as crianças.

O avô materno das crianças demonstrou muito interesse em ficar com as mesmas. Este avô vivia em companhia de outro neto mais velho, também irmão das crianças e de um filho.

A equipe visitou a família, a fim de verificar a possibilidade de que esta recebesse os três irmãos. Foi verificado que são caseiros de propriedade rural e que têm a vida bem organizada. Assim, os três irmãos iniciaram visitas à casa do avô, para passar os finais de semana, voltando sempre muito satisfeitos. Lá, tinham

espaço amplo para brincar, pescavam, andavam de bicicleta, entre outras atividades.

Na casa em que o avô estava, o seu patrão não gostava que recebesse as crianças. Assim sendo, o avô procurou emprego em outra propriedade, em que pudesse estar com os netos. O que confirmou para a equipe técnica do abrigo e do juízo o desejo do avô em receber as crianças.

Desse modo, após o acompanhamento das visitas relatadas ao juízo pela equipe, em audiência, o juiz deferiu a guarda para o avô. Atualmente, os meninos estão residindo com ele, o tio e o irmão mais velho, e estudando em escola próximo à sua casa. A mãe, algumas vezes, os visita, mas nunca sem acompanhamento do avô.

O ideal seria que os seis irmãos ficassem juntos e com seus pais. No entanto, a resolução que foi possível a esta família, apesar de não ser a ideal, foi a melhor em prol das crianças. Normalmente, o trabalho em abrigo gira em torno da melhor possibilidade, e não do ideal.

#### **5.1.5 Caso Irmãs R.**

As três irmãs R. chegaram ao abrigo por meio do Conselho Tutelar, pois estavam vivendo em situação de risco, ficando na rua até madrugada e tendo comportamento sexual desregrado, com risco para sua saúde.

As três irmãs possuem comprometimento cognitivo, sendo que a mais velha F.R., na época com dezessete anos, é a menos comprometida. As outras duas irmãs, J.E.R. e J.A.R., gêmeas e na época com quatorze anos, possuem maior comprometimento, inclusive mental, chegando a entrar em surto no abrigo, quando

começaram a agredir os demais, necessitando de internação em hospital psiquiátrico por um período.

A história das irmãs começou com abusos sexuais por parte do pai, que também mantinha a esposa, mãe das adolescentes, sob seu total controle, através de agressão e cárcere. A mãe relata que lhe dizia que ela era “burra” (SIC), que não sabia pagar as contas de casa, cuidar das filhas, fazer compras. Assim, o marido lhe agredia, assim como agredia e abusava das filhas.

De fato, Sr.<sup>a</sup> R. possui um certo comprometimento intelectual, que a equipe não sabe precisar se já ocorria anteriormente a esta vivência com o marido, ou se seu estado agravou com a situação.

O Sr. R. acabou finalmente sendo preso e, com isso, Sr.<sup>a</sup> R. precisava retomar o controle da casa, depois de tanto tempo submissa. Desse modo, ocorreu que Sr.<sup>a</sup> R. não conseguiu ter controle das filhas, e estas, para sua proteção, acabaram abrigadas.

No intuito de reinserir as adolescentes na família, a equipe passou a orientar Sr.<sup>a</sup> R., inserida no Programa de Atendimento Integral à Família. Sr.<sup>a</sup> R. passou a participar de palestras no programa, e conseguiu emprego em fábrica de doces do município. Ainda sem saber administrar seu dinheiro, recebe ajuda de sua filha mais velha, já casada e residente em Cambuci, município próximo a São Fidélis. Enquanto isso, as adolescentes recebiam acompanhamento, participavam de programas da prefeitura e estudavam.

Em audiência, a equipe técnica do abrigo sugeriu o retorno das adolescentes para a guarda de Sr.<sup>a</sup> R., ainda que esta não fosse a situação ideal. No entanto, havia o vínculo familiar a ser mantido, pois as meninas recebiam as visitas da mãe e desejavam o retorno para casa, além do que seria difícil que outra família se

interessasse por três irmãs adolescentes e com o histórico que apresentavam. Em audiência, o juiz decidiu pelo desabrigo das três irmãs, e seu respectivo retorno para a família.

Dessa forma, a resolução para a questão foi oferecer condições de reestruturação familiar, orientando Sr.<sup>a</sup> R. e as filhas para novas responsabilidades. No entanto, a situação das adolescentes é complexa, pois provavelmente em virtude da estimulação sexual precoce, através dos abusos sofridos, estas apresentam uma exacerbação em sua sexualidade.

F.R., hoje com 18 anos, já reside com um companheiro, estando também grávida do mesmo. O companheiro de F.R. possui oito filhos de um casamento anterior – estes também apresentam histórico de passagem pelo abrigo, o que será relatado no tópico seguinte – e F.R. ajuda nos cuidados com os mesmos. F.R. e o companheiro também estão inseridos no programa familiar da prefeitura, recebendo orientações e ajuda material, quando necessário.

Sr.<sup>a</sup> R. tem dificuldades em controlar as outras duas filhas, que também apresentam interesse sexual grande, e insistem em sair de casa, para dormir na casa de outras pessoas ou simplesmente passear.

A família continua recebendo acompanhamento técnico, no entanto, a reestruturação da família torna-se muito difícil, em virtude de tantos abusos sofridos por tantos anos, o que deixa claro que a desestrutura familiar pode acarretar sérios prejuízos aos sujeitos.

#### **5.1.6 Caso Irmãos V.**

Este é o caso de oito irmãos que foram abrigados pelo Conselho Tutelar, em virtude de denúncia de que o pai, Sr. V. estaria sendo negligente. Assim sendo, a

equipe técnica do abrigo realizou entrevistas e visitas, a fim de colher informações para estudo psicossocial da família.

Foi verificado que o Sr. V. é oriundo do município do Rio de Janeiro, separado da primeira companheira, mãe das oito crianças. Segundo Sr. V., por problemas da vizinhança com o comércio que possuía, veio para a casa de sua irmã em São Fidélis, onde ainda sem emprego, estava residindo com os oito filhos.

Os dois filhos menores de um e dois anos, estavam com feridas pela pele, o que ocasionou a denúncia. No entanto, Sr. V. revoltou-se com o abrigamento das crianças, passou a visitá-las e procurar caminhos para que os filhos retornassem para a sua guarda. A esta altura, Sr. V. já tinha como companheira F.R., citada no tópico anterior, e que acompanhava Sr. V. nas solicitações e nas visitas as crianças. Nas visitas, foi possível verificar que existia um vínculo bem estabelecido das crianças com o pai, e com a atual madrasta, F.R.

Assim, a equipe passou a orientar Sr. V. e sua companheira para que se estruturassem, a fim de requerer a guarda das crianças. Com isso, a prefeitura inseriu Sr. V. numa firma de obras, terceirizada pela mesma. Sr. V. alugou uma casa, e com a ajuda e doações de vizinhos e parentes, conseguiu alguns móveis para a casa, além de receber doações de colchonetes pelo programa familiar da prefeitura, no qual foram inseridos.

As crianças, enquanto no abrigo, demonstravam o vínculo existente entre eles, no cuidado que demonstravam uns com os outros, principalmente dos maiores para com os menores. Além disso, afirmavam a todo o momento o desejo de retorno para o convívio do pai.

Ao constatar que a família possuía condições de reestruturação, o juízo deferiu que as crianças retornassem para a guarda do pai. Atualmente, estão todos

matriculados em creche ou escola, o pai continua trabalhando, enquanto F.R. cuida da casa e das crianças, já grávida do primeiro filho com Sr. V.

Este caso mostra que a falta de condições financeiras, de fato, como foi falado anteriormente, não é impedimento para que uma família se responsabilize pelos seus filhos, e lhes proporcione o desenvolvimento de vínculos saudáveis.

No entanto, é importante ressaltar a necessidade que ainda existe de trabalhar a questão do planejamento familiar entre a população, principalmente das classes mais carentes.

#### **5.1.7 Caso V.**

V é uma adolescente de dezesseis anos, criada por uma família substituta desde os sete anos de idade.

V. foi abrigada pelo Conselho Tutelar em virtude do seu desejo de não retornar para a casa da família que a criou, desejando uma nova família com a qual já havia construído laços.

A equipe técnica entendeu que o abrigamento se deu de forma desnecessária, sendo que a adolescente poderia ter aguardado decisão judicial em companhia da família substituta.

Contudo, já que o abrigamento foi realizado, a equipe passou a trabalhar de modo a tentar reconstruir o vínculo com a família substituta, constituída de um casal com outras três filhas adolescentes.

No entanto, durante as entrevistas com a adolescente, esta deixava claro o seu desejo de ir para a nova família. Ela alegava que sentia muita gratidão pelo que tinham feito por ela, mas que não se sentia filha do casal que a recebeu quando criança.

V. sofreu maus-tratos, negligência e violência na infância, chegando a sofrer abuso sexual dentro da própria família – em relatório do Conselho Tutelar, encontramos a informação de que a adolescente relatou ter sofrido abuso sexual por parte de seu irmão. Com isso, foi retirada da família de origem e colocada em família substituta.

V. acredita que a sua confusão emocional que a levou à saída de casa, além de sua dificuldade em formar novos vínculos – V. apresenta-se muito introspectiva e resistente a contato social com novas pessoas, além de uma sexualidade exacerbada, não relacionada a outras pessoas, mas ao auto-erotismo que claramente apresenta – deve-se ao que viveu na infância, principalmente aos abusos. No entanto, também ressent-se de que a família substituta nunca tenha requerido a sua adoção, tendo somente a sua guarda provisória. Ela compara a sua situação com sua irmã mais velha que foi recebida em outra família e adotada pela mesma.

Assim, sentindo-se acolhida por um casal que a liderava em atividades religiosas, demonstrou o desejo de residir com eles, tendo o seu desejo retribuído. O casal em questão passou a visitar a adolescente no abrigo, e esta lhes chamava de pai e mãe, sendo acolhida pelos mesmos.

Em audiência, V. afirmou o seu desejo, assim como o casal em recebê-la, sendo deferida pelo juiz, a inversão da guarda da antiga família para o novo casal, que requereu a sua adoção.

Foi recomendado que V. recebesse acompanhamento psicológico, em virtude da nova situação, mas também de sua experiência de infância, que lhe acarretou sérias dificuldades interpessoais.

### **5.1.8 Casos de Adoção**

É importante falar da especificidade dos casos de adoção ocorridos no abrigo, pois ilustram uma realidade constante também em outras entidades de abrigo.

De quatro casos de adoção ocorridos no abrigo entre março de 2007 e maio de 2008, somente um foi a adoção de um adolescente. Os demais casos referem-se a dois bebês e uma criança de três anos.

Este fato reflete a importância de que o abrigamento não seja prolongado, sendo o desabrigamento o mais breve possível, seja por reinserção familiar ou colocação em família substituta. Mediante isto, além da redução dos prejuízos, emocionais, psíquicos, cognitivos para a criança, a mesma tem mais chances de encontrar uma família que a acolha.

Apesar de ser este um fato cruel, as famílias normalmente se interessam por criar uma criança desde muito cedo, parece que no objetivo de que a adaptação seja mais facilitada, entre outros fatores particulares de cada família.

Assim, é muito importante que as entidades de abrigo trabalhem, assim como prevê a legislação já citada acima, de modo a reinserir a criança na família de origem o quanto mais breve for possível para que, se não for possível a reinserção, a criança seja disponibilizada rapidamente para uma família substituta, antes que sua idade avance a ponto de dificultar o interesse por parte de uma nova família.

O caso citado da adoção de um adolescente foi um caso em que a família que o requereu já o conhecia e lhe prestava assistência, desde sua infância. Sua mãe sendo paciente psiquiátrica, e necessitando de internação, o adolescente foi abrigado. Constatado o fato de que sua mãe não possui condições de responsabilizar-se pelo filho, e não tendo parente próximo, a família interessou-se pelo adolescente, responsabilizando-se por ele.

Mas isto não é a regra, é a exceção. Por exemplo, seu irmão mais novo, um dos bebês citados neste tópico, teve o interesse de diversas famílias, e foi desabrigado cerca de quatro meses após chegar ao abrigo.

O outro bebê citado, como sua mãe biológica oficializou sua entrega para a adoção, saiu do abrigo com menos de um mês de idade. Enquanto a criança de três anos citada, já era conhecida pelo casal, desde quando chegou ao abrigo com cerca de um ano e meio.

Um caso ocorrido na comarca de Itaocara-RJ também chamou atenção. J.P. de dois anos, residente com a família em Itaocara, foi vítima de sérios maus-tratos, sofrendo violência e tendo sua mãe presa, em virtude disto. Como não há abrigo em Itaocara, J.P. foi abrigado em São Fidélis, município próximo. Cerca de menos de uma semana após o seu abrigamento, um casal do município do Rio de Janeiro compareceu ao abrigo para conhecê-lo. Este casal habilitou-se para a adoção na comarca de Itaocara, pois soube que no interior encontrariam uma criança mais facilmente e, assim que J.P. foi abrigado, foi avisado pela comarca. Uma semana após a primeira visita, conseguiram levar J.P. para a sua residência, no Rio de Janeiro, em estágio de convivência, e já chamados por J.P. de pai e mãe.

Assim, é importante reiterar que a legislação prevê que a medida de abrigo é provisória e excepcional. É notório que o processo de institucionalização é muito prejudicial ao desenvolvimento da criança, mesmo sendo uma medida de proteção. Portanto, é imprescindível o trabalho pela brevidade do tempo em instituição, em prol da redução dos prejuízos sofridos, seja através da reinserção familiar ou da colocação em família substituta.

## 5.2 Discussão dos Casos

Em todos os casos apresentados neste relato de experiência, fica evidente a interferência da composição familiar no desenvolvimento das crianças e adolescentes envolvidos. Observemos inicialmente que é possível encontrar claramente os pontos discutidos por Freud, quanto ao papel da sexualidade no desenvolvimento do sujeito, quanto ao papel do tabu para a organização social e familiar, bem como a influência dos vínculos na infância para a vida adulta.

O objetivo de relatar tais casos foi o de exemplificar a realidade de uma entidade de abrigo, realizando uma ponte com a teoria discutida até aqui, no presente trabalho. Sendo assim, passaremos a discutir os pontos gerais relativos à realidade do abrigo, concomitantes com os aportes teóricos apontados nesta pesquisa e presentes na maioria dos casos apresentados.

Como já foi apontado, fica notória a participação decisiva dos laços familiares no desenvolvimento do sujeito, sobretudo durante a sua infância, até sua adolescência. Isso confirma a hipótese básica de nosso trabalho, mostrando que tanto as características de personalidade, quanto as perturbações psicopatológicas, assim como os comportamentos antissociais, são profundamente afetados pelas experiências relativas aos vínculos familiares, sobretudo as vividas na infância.

Buscando analisar com Freud o desenvolvimento da sexualidade, dentro de sua compreensão do papel das relações familiares e da vivência do complexo de Édipo para a constituição do sujeito, destacamos, em primeiro lugar, que, sendo a sexualidade concebida por Freud desenvolvida através de constelações psíquicas, que são vivenciadas até a estruturação adulta da sexualidade, e tendo esta organização como fundo a vivência do complexo de Édipo, fica clara a inclusão dos

papéis parentais neste processo. E ainda é possível relacionar o enfoque freudiano à questão da lei que ordena as relações familiares e sociais, a partir de sua leitura para o papel do tabu na sociedade.

Desse modo, observamos que muitas dessas crianças e adolescentes têm em seu processo de constituição psíquica a interferência dos conturbados modos de relação de seus pais, ou outros familiares, uma vez que nem todos experimentam a presença dos pais. A questão é que, mesmo não tendo a presença de seus pais naturais, os sujeitos em questão – crianças e adolescentes – acabam não possuindo outras figuras que desempenhem tal papel em sua dinâmica familiar e psíquica, e quando o possuem, muitas vezes, é de modo conturbado.

Além disso, muitos destes pais também apresentam problemas em sua constituição psíquica, possuindo, muitas vezes, o desenvolvimento de sua sexualidade comprometida, propagando tal histórico a seus filhos. Exemplo disto é o caso das irmãs R., vítimas do abuso sexual, físico, e conseqüentemente, psicológico, por parte de um pai que se colocava na posição de proprietário das filhas, subjugando-as, bem como à sua esposa. Com isto, as meninas em questão desenvolveram uma sexualidade exacerbada, até pelo estímulo físico que receberam, além de não receberem da figura do pai a lei que delimitaria os seus desejos. Assim, vivem hoje sem consciência das conseqüências de suas atitudes, sem muita perspectiva de vida, tendo como seu enfoque principal a própria satisfação sexual.

Isto não é privilégio de tal família, uma vez que a vivência sexual precoce, trouxe o mesmo comprometimento à adolescente V., que apresenta uma sexualidade exacerbada, porém voltada ao auto-erotismo.

As irmãs R. ainda tiveram as suas vias de sublimação comprometidas, manifestando pouco interesse intelectual, além de sérias dificuldades cognitivas. Aliás, tais dificuldades cognitivas são uma constante entre os casos recebidos no abrigo, onde a grande maioria das crianças e adolescentes apresenta, muitas vezes, déficit na aprendizagem e grande defasagem com relação à idade e a escolaridade.

Ainda é possível observar nestes casos o que a ausência de uma lei instituída pode acarretar na ordem de uma família, uma vez que ainda que não se tenha chegado a um consenso acerca do que constitui um tabu, é inegável a importância do mesmo para a manutenção de tal ordem, seja familiar ou social. Ou seja, não sem razão, Freud atribuiu ao tabu o valor de uma instituição social. Tais famílias, muitas vezes, se mostram numa configuração de ausência de limites claros entre as relações, ausência paterna, nenhuma figura de autoridade, uma vez que, muitas vezes, as mães não conseguem assumir tal postura.

É evidente, que não é possível manter uma ilusão de que a família nuclear que conhecemos, com a figura imaculada dos pais e seus filhos, é a ideal para um desenvolvimento saudável, e sem conseqüências drásticas para os sujeitos envolvidos.

Mas um mínimo de estrutura familiar clara e com papéis definidos deve haver para que estes sujeitos possam se desenvolver de modo saudável. Aqui entra o papel dos profissionais envolvidos na dinâmica do abrigo, que devem trabalhar de modo que, se possível, tais crianças e adolescentes retornem à família de origem. No entanto, é preciso que se trabalhe com esta família, para que ela tenha condições de recebê-los de volta, assim como vem sendo feito com as irmãs R., os irmãos V. e os irmãos O. E no caso da não possibilidade de retorno para suas

famílias, que a criança ou adolescente em questão tenham a oportunidade de entrar o quanto antes numa família substituta.

Não é este o caso das histórias relatadas neste trabalho, pois este abrigo, especificamente, recebe poucos casos de jovens infratores, mas muitos jovens infratores vivenciaram a ausência de limites claros, conforme destaca Assis e Constantino (s.d., p 30):

*A dificuldade de adolescentes de introjetar os limites sociais está associada ao padrão de relacionamento familiar, que apresenta problemas no estabelecimento de regras a serem vivenciadas por seus membros. A ausência paterna nessas famílias aumenta a necessidade de controle materno sobre a prole. Entretanto, isso não é o que se verificou em várias famílias. As mães se vêem como impotentes na educação das filhas, continuando a esperar pela autoridade masculina perdida e ainda sendo criticada pelos parceiros e genitores pela falta de pulso firme.*

O apego inseguro apontado por Bowlby é outra constante encontrada em entidades de abrigo. A maioria dos sujeitos inseridos em uma entidade de abrigo vivenciou grandes dificuldades na área do apego, recebendo dos pais, ao invés de cuidados básicos e respostas sociais satisfatórias, negligência, maus-tratos e violência. Muitas destas crianças e adolescentes não receberam a qualidade de apego, que na proposta de Bowlby é necessária ao bom desenvolvimento dos vínculos futuros.

Bowlby ainda destaca a perpetuação da violência familiar como uma possível consequência da desordem nos sistemas de apego e cuidado na família, que pode se tornar num ciclo de violência passado a outras gerações. Apesar de este ainda não ser um fator passível de ser observado com relação às crianças e adolescentes que passaram pelo abrigo, pode ser observado que algumas famílias de onde vêm estas crianças e adolescentes apresenta histórico de violência. Erickson concorda com esta idéia, quando observa que em famílias onde ocorria a presença do incesto,

havia confusão quanto aos limites nas relações, negligência, abuso de entorpecentes, pais indisponíveis emocionalmente, entre outras questões.

Ou seja, tais pais e mães, ou figuras substitutas das parentais, não eram disponíveis tanto quanto deveriam nos cuidados básicos, e não tão prontos a responder socialmente a estas crianças, a ponto de oferecer segurança neste vínculo. O que isto vem a acarretar posteriormente é a insegurança em outras relações e a falta de disposição em assumir novos vínculos. Exemplo disto é o caso de R.I., que mesmo com toda a oferta de apoio recebida enquanto abrigado, não demonstrava vínculo suficientemente fortalecido com as pessoas de quem vinha recebendo cuidados, desejando voltar à cidade de origem, onde constatou que os laços que ali deixou também não eram suficientes ao que ele necessitava.

Além do caso de R.I., podemos citar o caso dos irmãos O., que não se adaptaram ao novo lar, voltando ao abrigo, após a dificuldade em construir novos vínculos com a família em questão. O grande desejo dos três irmãos era o de voltar à sua família de origem, e pela figura do avô que os ofereceu a proteção, a presença, os limites e o carinho, que eles prontamente aceitaram.

Outro caso é o dos irmãos V. que recebiam do pai, pelo que foi observado, um apego de qualidade, embora as condições financeiras da família não oferecessem conforto, e a questão da saúde fosse inferior ao esperado. O que se observa neste caso é a enorme atenção dispensada pelo pai aos seus oito filhos, com repostas sociais satisfatórias, além de encorajadoras da autonomia dos mesmos. Isto se refletia no vínculo entre os irmãos, que demonstravam zelo uns para com os outros, assim como o demonstrado entre os irmãos O., embora fosse um comportamento mais discreto.

Aqui, é possível observar a importância da orientação jurídica em se conservar juntos os grupos de irmãos. Muitas vezes, mediante a presença falha das figuras responsáveis, os irmãos conservam entre si um vínculo básico e necessário ao seu desenvolvimento.

Outro ponto a se refletir é a necessidade de que as equipes responsáveis pelas entidades de abrigo realizem seu trabalho de modo a minimizar o tempo de institucionalização dos que ali estão abrigados, uma vez que este tempo pode acarretar nas crianças em questão o sentimento de abandono familiar, como é o caso de R.S. e R.R. Ambos os casos preocupam a equipe técnica, pois o tempo de institucionalização vem se prolongando sem solução para estes sujeitos, a ponto de R.S. ameaçar rejeitar a visita da irmã, e de R.R. apresentar regressão no comportamento.

Com relação à experiência de abandono, Assis e Constantino (s.d., p.33) afirmam que:

*O abandono pode se dar pela total ausência da mãe (ou outro cuidador que a substitua) ou pela descontinuidade da relação (quando a criança é privada de sua companhia posteriormente). Ambas são formas de interação insuficiente na relação entre mãe e filho, e trazem efeitos duradouros para a criança. Outro tipo de abandono é aquele em que a criança se sente insegura na relação, não encontrando na figura materna o equilíbrio emocional de que tanto necessita. (...) se a ruptura do vínculo familiar se der muito precocemente, as conseqüências recaem sobre a capacidade intelectual e afetiva; se depois da estruturação da personalidade, a delinqüência seria o caminho mais viável.*

Mediante tudo o que foi exposto fica clara a interferência dos vínculos familiares iniciais na vida futura de uma criança. Seja pela compreensão freudiana, ou de Bowlby, tais laços familiares iniciais desempenham papel fundamental no desenvolvimento dos sujeitos.

Prova desta importância é o sucesso com que se dão os processos de adoção relatados neste trabalho, onde as crianças em questão foram adotadas em

tenra idade, passando por um breve tempo de institucionalização. Este fato certamente contribuirá para minimizar os prejuízos desta institucionalização, bem como a ruptura precoce dos laços familiares originais, embora tais marcas não tenham possibilidade de se apagar por completo.

Cabe aos profissionais engajados nas práticas referentes à institucionalização de crianças e adolescentes refletir sobre qual o seu papel na minimização dos prejuízos relatados.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo pesquisar os vínculos familiares para a constituição do sujeito, levantando aportes teóricos que auxiliassem na compreensão da experiência de crianças e adolescentes com a institucionalização em entidades de abrigo.

Para tal, foram levantados pontos importantes na teoria freudiana acerca da sexualidade e sua participação na dinâmica dos vínculos familiares, e a compreensão freudiana para o papel do tabu. Seguindo este viés do tabu, realizou-se uma discussão acerca de novas perspectivas, desenvolvidas na segunda metade do século XX, sobre o incesto e sobre a forma como se constitui o tabu do incesto. Ainda, como alternativa ou complemento à teoria freudiana, foi pesquisada a teoria formulada por John Bowlby acerca do apego, e discutida a sua importância para os vínculos sociais.

Ora, se este trabalho se remete à compreensão de uma experiência em entidade de abrigo, também foi necessária a compreensão da dinâmica legal que envolve a institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil. Além disso, enquanto profissional da psicologia, compondo uma equipe técnica de entidade de abrigo, coube a mim trazer o relato de casos que apresentam importantes relações com as teorias discutidas, assim como a sua subsequente discussão.

Em contrapartida da hipótese de que a estruturação psíquica de um sujeito decorre de uma herança genética, na qual as relações familiares não influenciariam, a hipótese defendida por esta pesquisa afirmava que as relações familiares na infância são norteadoras para a estruturação psíquica desse sujeito, definindo seus modos de relação. Outras influências dos vínculos familiares iniciais propostos por

esta hipótese dizem respeito aos vínculos futuros de apego do pequeno sujeito, que refletirão os de sua infância, bem como a interferência na sua aprendizagem e na escolha de suas vias de sublimação.

O que decorreu da presente pesquisa e da verificação das hipóteses acima enumeradas é que, de fato, as relações familiares na infância são norteadoras para dinâmica psíquica e social do sujeito. Com isso, compreende-se que os vínculos futuros desta criança serão influenciados pelo que ela vivenciou na infância.

Desse modo, com Bowlby foi possível compreender que o apego inseguro na infância trará conseqüências interpessoais futuras para o sujeito em questão, uma vez que o mesmo apresentará dificuldades em se vincular a novas figuras de apego, mediante a insegurança nos vínculos com as suas primeiras figuras de apego.

Além disso, é importante considerar a possibilidade da perpetuação da violência como um resultado do desequilíbrio das vivências de apego e cuidado na infância. Com isso, alguns sujeitos podem repetir o comportamento de violência sofrido em sua infância, como é o caso de algumas famílias de crianças e adolescentes abrigados na entidade em questão neste trabalho. Do mesmo modo, também Mark T. Erickson analisou a ocorrência da desestruturação psicológica, social e material de famílias onde ocorria o abuso incestuoso entre seus membros.

A compreensão freudiana quanto à sexualidade humana, trouxe à luz a conseqüência dos desvios neste desenvolvimento, principalmente, com relação às vias de sublimação escolhidas por estes sujeitos. Segundo a compreensão de Freud, o curso normal de desenvolvimento da sexualidade humana fará o sujeito passar pela vivência do complexo de Édipo, o qual, após a sua resolução, permitirá que ele passe a um período de latência. Durante este período a curiosidade sexual despertada no momento anterior deste desenvolvimento passará a uma curiosidade

intelectual. Ou seja, dependendo da forma como este sujeito vivencia este período em suas experiências familiares, ele poderá ter sua aprendizagem prejudicada, ou sua sexualidade exacerbada, por exemplo. Nos casos relatados neste trabalho, foi possível observar o déficit cognitivo comum à maioria, além da sexualidade exacerbada, e que tem grande enfoque no desenvolvimento de alguns sujeitos.

Cumprido ressaltar que, embora Bowlby tenha proposto um modelo diferenciado do modelo freudiano, ele vem de uma formação psicanalítica. Bowlby iniciou suas pesquisas no campo da psicanálise, e a partir da necessidade de ampliar sua compreensão, não satisfeita pela Psicanálise, partiu para o campo da etologia, e sugeriu novas compreensões para o comportamento humano. Embora algumas de suas idéias difiram das freudianas, isto de modo algum torna as idéias dos dois autores incompatíveis, até mesmo porque ambos defendem a influência das relações iniciais na vida adulta.

E quanto à hipótese de Westermarck, de que a associação precoce é inibidora da atração sexual entre pessoas próximas na infância, parece claro que não é a associação precoce em si mesma a desempenhar esta função. A questão parece passar por aquilo que a associação precoce oferece, uma vez que ela propicia a proximidade necessária para as experiências de apego, se considerarmos a contribuição de Bowlby. Enquanto que, se considerarmos o paradigma freudiano, mesmo pautado na experiência aversiva da castração, tal experiência é relacionada a uma figura próxima, com a qual se está associado precocemente.

Foi discutida também, como já foi lembrado, a forma como a ciência vem enxergando a constituição do tabu, especificamente, do incesto, ao longo da segunda metade do século XX. É importante salientar que a questão de como se constitui um tabu não gera concordância entre as diversas correntes, tampouco uma

conclusão definitiva, uma vez que pesquisadores continuam atuando na área. No entanto, fica claro que este é um ponto muito importante para demarcar os limites de um relacionamento familiar saudável, estabelecendo sua ordem.

Faz-se fundamental discutir o papel da família na constituição do sujeito, mas neste processo não cabe incorrer no erro de culpabilização da família. Na prática com famílias carentes e desestruturadas, jovens infratores, crianças com dificuldades na aprendizagem, e tantas outras questões que envolvem a família destes sujeitos, muitas vezes, os profissionais se sentem tentados a incorrer neste erro.

É preciso lembrar, entretanto, que as deficiências apresentadas pelos pais, no relacionamento com seus filhos, escapam em grande medida à sua vontade consciente, e derivam, por sua vez, de suas próprias experiências, muitas vezes, também conturbadas ou inadequadas, em suas famílias de origem.

Este trabalho não pretende contribuir para o reforço desta culpabilização, onde tudo recai sobre os ombros da família. Ora, o sujeito é produzido também na sociedade, na escola, além de ter a particularidade de seu psiquismo, entre tantos outros fatores envolvidos. Afinal, o objeto da Ciência Humana é imprevisível, outrossim, seria Ciência Exata, pois ao que é humano cabe a compreensão, mas não cabe a generalização, o óbvio, a previsibilidade.

Não cabem acusações às famílias, mas cabem intervenções em prol do resgate da dignidade destas famílias, de seus direitos e deveres, de suas responsabilidades. Investir na reestruturação desta família é preciso, mas não no sentido assistencialista da prática, mas no trabalho de conscientização e formação da autonomia.

Digo isto enquanto profissional que trabalha diretamente com famílias inseridas nas problemáticas sociais. Pois de que serve a teoria se não produzimos a prática?

Digo isto também enquanto profissional que trabalha com a parceria dos profissionais de outros campos de atuação. Pois de que adianta o saber isolado de outros saberes? E não é nisto que reside a importância de nossos estudos interdisciplinares? Por isto, este trabalho pretendeu buscar a ponte entre tantos saberes: psicanalítico, psicológico, antropológico, social e jurídico.

E é nisto que espero residir a contribuição do presente trabalho: no levantamento de teorias que possam esclarecer a questão enfocada, na facilitação da compreensão dessas teorias e na reflexão sobre a prática, a partir da teoria. Afinal, esse é para mim um dos principais objetivos da pesquisa.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia. *Filhas do Mundo – Infração Juvenil Feminina no Rio de Janeiro – Sumário Executivo*. Rio de Janeiro: Fiocruz, s.d.

BARROS, Sonia Monteiro de. Apego: Retrospectiva e Perspectiva. *In Dois Pontos*. Ano 2 – nº 4 – Rio de Janeiro, verão de 1987, p. 13-36.

BOWLBY, John. *Apego – A Natureza do Vínculo*. São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1984].

BOWLBY, John. Apego e Perda – Retrospectiva e Perspectiva. *In Dois Pontos*. Rio de Janeiro, inverno de 1986, p. 11-34.

BOWLBY, John. Violência na família: uma desordem dos sistemas de Apego e de Cuidado. *In Dois Pontos*. Ano 2 – nº 4 – Rio de Janeiro, verão de 1987, p. 13-36.

CHIARADIA, E. N.; CAVALCANTE, L. I. C.; LAMARÃO, M. L. N.; SANTOS, R. H.; BARROS, R. M.S (orgs.). *Entre a realidade e o sonho: Construindo projetos de vida com crianças e adolescentes institucionalizados*. Belém: Membira, 2007.

CUNEO, Mônica Rodrigues. *Abrigamento Prolongado: os filhos do esquecimento: a institucionalização de crianças e as marcas que ficam*. Rio de Janeiro: Mônica Rodrigues Cuneo, 2007.

ERICKSON Mark T. Evolutionary Thought and the Current Clinical Understanding of Incest. *In WOLF, Arthur P.; DURHAM, William H. (orgs.). Inbreeding, Incest and the Incest Taboo*. Stanford, California: Stanford University Press, 2005. P. 161-189.

FERREIRA, Márcia Regina Porto; GHIRARDI, Maria Luiza de A. Moura. *Adoção Passo a Passo*. Associação dos Magistrados Brasileiros: s.d.

FREUD, Sigmund. A dissolução do complexo de Édipo (1924). *In Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. XIX*, Rio de Janeiro. Imago.

\_\_\_\_\_. A organização genital infantil (1923). *In Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. XIX*, Rio de Janeiro. Imago.

\_\_\_\_\_. Psicologia de Grupo e Análise do Ego (1921). *In Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. XVIII*, Rio de Janeiro. Imago.

\_\_\_\_\_. Luto e Melancolia (1915). *In Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. XIV*, Rio de Janeiro. Imago.

\_\_\_\_\_. O interesse científico da psicanálise (1913). *In Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. XIII*, Rio de Janeiro. Imago.

\_\_\_\_\_. Sobre o início do tratamento (1913). *In Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. XII*, Rio de Janeiro. Imago.

\_\_\_\_\_. Totem e Tabu (1913). *In Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. XIII*, Rio de Janeiro. Imago.

\_\_\_\_\_. Sobre as teorias sexuais infantis (1908). *In Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. IX*, Rio de Janeiro. Imago.

\_\_\_\_\_. Três ensaios sobre a sexualidade (1905). *In Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. VII*, Rio de Janeiro. Imago.

\_\_\_\_\_. A interpretação dos sonhos (1900). *In Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. VII*, Rio de Janeiro. Imago.

HÉRITIER, Françoise. Incesto. *In ROMANO, Ruggiero (org.). Enciclopédia Einaudi – Vol 20 – Parentesco*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997, p. 95-124.

KUPFER, Maria Cristina Machado. *Freud e a Educação: o mestre do impossível*. São Paulo: Ed. Scipione, 1989.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, J.B. *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MILLOT, Catherine. *Freud Antipedagogo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

MOREIRA, Jaqueline de Oliveira. Édipo em Freud: o movimento de uma teoria. *In Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 9, n. 2, p. 219-227, mai/ago. 2004.

MURTA, Alberto; MURTA, Claudia; MARTINS, Tânia (orgs.). *Incidências da psicanálise na cidade*. Vitória: EDUFES, 2004.

SANTOS, Cynthia V. Machado dos. *Sexualidade na Educação Infantil – uma leitura psicanalítica da constituição do sujeito (monografia – graduação em Psicologia)*. Universidade Estácio de Sá, Campos dos Goytacazes: 2003.

SCHMIDT, Carolina; VIEIRA Jr., Ênio Gentil; OLIVEIRA NETO, Francisco. *Abrigo Legal*. Associação dos Magistrados Brasileiros: s.d.

SROUFE, L. Alan. Avaliação: Contribuição de Bowlby à teoria psicanalítica e à teoria do desenvolvimento – apego, separação, perda. *In Dois Pontos*. Ano 2 – nº 5 – Rio de Janeiro, outono de 1987, p. 11-25.

TEIXEIRA, Maria de Fátima Silva; MONTEIRO, Sâmia Márcia Araújo. *Ser Filho*. Belém: Membira, 2007.

VITERBO, Eleanor; RENAULT, Monique. John Bowlby. *In BOLSE, B. (org.) O Desenvolvimento Afetivo e Intelectual da Criança*. Porto Alegre: Artmed. 1998, p. 124-133.

WOLF, Arthur P. Introduction. *In WOLF, Arthur P.; DURHAM, William H. (orgs.). Inbreeding, Incest and the Incest Taboo*. Stanford, California: Stanford University Press, 2005, p. 1-23.

#### **Sites da Internet:**

<http://www.veja.com.br>. Uma decisão corajosa. Matéria publicada na Revista Veja – Edição 1668 – 27 de setembro de 2000.

<http://www.revistaepoca.globo.br>. Rejeitados. Matéria publicada na Revista Época – Edição 268 – 04 de julho de 2003.

**Legislação Consultada:**

Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal 8.069/90.